

ATA DETALHADA DA 193ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43

Aos Quatorze dias do mês de Agosto de dois mil e quatorze às nove horas, no plenário da Casa de Direitos Humanos – Sede do CEAS/ MG realizou se centésima nonagésima terceira Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela presidente Maria Albanita Roberta de Lima – SEDESE, onde estavam presentes os seguintes conselheiros Titulares: Lucia Elena Rodrigues-GOGEMAS; Júlio Cesar de Oliveira Brum- IMSNS; Patrícia Pinto Valadares – FEAPAES; Rodrigo dos Santos – ASSPROM; Hermellis Messias Tirado de Campos – CMAS São Francisco de Paula ; Brandão ; Shirley Aparecida M. Silva- CMAS Sarzedo ;Mila Magalhães Ribeiro - SEPLAG ;Jose Henrique Righi Rodrigues- SEF; Geisiane L. Soares Conselheiros suplentes : Tereza Cristina D. Gusmão – SEDESE; Robson Marcos Pereira – CMAS – Bueno Brandão; Maria da Pascoa Andrade-GOGEMAS; Isabel Fernandes I. Azeredo – SES; Odette Pereira dos santos – CMAS Três Marias ; Renata dos Santos Vieira – ISJB; Mauro Alves de Souza; Membros da Secretaria executiva: Consolação Cifani da Conceição Rosalice tassar, Paula, Nilce Araújo, Ângelo Machado, Vera Lucia Rodrigues, adelmira Siqueira, Max Douglas , Regina caldeira, Rosângela Maria. A presidenta Inicia a Plenária. **ROBERTA**: Vamos começar a 193ª plenária ordinária. Então nos vamos começar com a justificativa de ausência, da Denise CRESS, Motivo trabalho; Maria Geralda SEC, motivo de viagem; Vinicius, CMAS/ BH Férias; Volney PSIND – representando o CEAS na reunião de URCMAS; Luiza SEDESE – trabalho Moc e Salinas; Isabela SEDESE- Trabalho. Só uma pergunta. Nós vamos dar posse aos novos conselheiros e na medida em que eu for falando você vai me dizendo quem está presente ou não. Toma posse hoje a Maria Lucia, a Lucia Helena Santos Junqueira Rodrigues titular, na questão titular do CONGEMAS, a Maria da Pascoa Andrade como condição de suplente do CONGEMAS. A Fernanda Rodrigues não está. A Isabel Fernandes Lima está na condição de titular então, até agora. Por favor, troca sua placa, por favor. Então você está tomando posse como suplente e hoje você está na condição de titular. Maria Alves de Souza da FETAEMG não está presente, Mauro não está presente, Isabela de Vasconcelos não está presente, Renata Vieira não está presente, Maria Raimundo Muniz da Silva não está presente, Fernanda Almeida não está presente e ficou faltando mais alguém. Então no decorrer da plenária se eles chegarem a gente volta fazer nova chamada. Então se sintam empossados os novos conselheiros, sejam bem vindos a esse colegiado e algum conselheiros quer colocar alguma coisa para os novos conselheiros. Pega o microfone, por favor. **ISABEL** - É um prazer está representando a secretaria estadual de saúde. **ROBERTA** – Apreciação da pauta da 190ª que é a plenária anterior, algum comentário em relação a pauta? Posso considerar aprovado. É ata e não pauta. Apreciação da pauta inclusão de ponto de pauta informe. Alguma modificação na pauta e inclusão de pauta dessa plenária? Mantem a pauta como está. Nós trouxemos, nós fizemos uma discursão na mesa diretora e não

44 sei se na plenária anterior a gente pautou isso, a gente está sentindo falta de
45 algumas pautas que o conselhor precisa esta discutindo em plenária e que nós,
46 agora em agosto, a gente está tinando por uma serie de avaliações que a
47 gente está entendendo que passiais de uma serie de ferramentas de gestão
48 nós que a gente não está acompanhando e de algumas pautas que são
49 pertinentes ao conselho estadual e que a gente não estava trazendo para esse
50 colegiado e uma delas é uma avaliação parcial do pacto de aprimoramento.
51 Nós firmamos um pacto de aprimoramento Estado com a União, todos os
52 estados, agora os municipios tambem fizeram os seus pactos com algumas
53 metas que são prioritarias no Brasil inteiro, então é muito importante que a
54 gente comece essa discursão pelo pacto estadual e depois a gente estrapole
55 essa discursão, acredito inclusive na comissão de politica nos pactos ter um
56 painel e uma visão geral dos pactos municipais em relação ao cumprimento da
57 meta, como estão as metas municipais que foram compactuadas. Eu queria
58 chamar a Edna, por favor, para fazer essa avaliação. Edna é diretora da gestão
59 do SUAS, nosso lá e ela é que é responsável para fazer o painel pra nós.
60 **EDMA** - Boa dia a todos. Temos acompanhado o pacto primoramento gestão,
61 firmado entre o Estado e o Governo Federal, o periodo dele é de 2011 a 2014.
62 Esse já é o segundo pacto que o governo do Estado pactua com a Uniao. O
63 primeiro foi em 2008 a 2011. Vendo no painel que esse pacto para os
64 conselheiros novos que ainda nao se familiarizaram ou estão se familiarizando
65 agora com a politica de estancia social. A lei operacional basica no SUAS do
66 seu artigo 23 ela nova nota foi aprovada pelo conselho nacional em 2012 e
67 estabelece que o pacto primeiramente em gestão é o um instrumento pelo qual
68 se materializa as metas de prioridade nacional no ambito do sistema único de
69 gestão social. Ele se constitui de mecanismo de indusão de aprimoramento de
70 gestão dos serviços, programas, projetos e beneficios socio especiais do SUAS
71 e sua periodicidade é de quatro anos com revisão anual. O pacto de ve ser
72 acompanhado e avaliado com o objetivo de observar o cumprimento dos seus
73 conteudo e efetivação dos cumprimentos assumidos, no caso entre o Estado e
74 a União. O primeiro pacto, eu ja falei isso, foi firmado entre o Estado e a União
75 no ambito de 2007, nao foi em 2008. Portaria 350 -2007. Em 2011 foi celebrado
76 o novo pacto primoramento de gestao da politica de gestao social com duração
77 de 2011 a 2014, apreviado pela resolução desse conselho numero 380 de
78 2011. Em 2012 foi publicada essa nova nota. **ROBERTA** - Deixa eu fazer uma
79 pergunta. Em 2007 não teve resolução, ou seja, o pacto nao veio para cá em
80 2007? **EDMA** – Não reparei isso. **ROBERTA** - Claro que foi. Então no minimo
81 tinha que estar aí, porque se nao para os conselheiros que nao conhecem o
82 processo vai entender que apenas o pacto 2011 passou pelo conselho e na
83 verdade é obrigação legal passar por aqui. Então de vez de portaria deveria ter
84 vindo a resolução do conselho aprovando o primeiro pacto. Entendeu? Porque
85 chega em 2011 voce traz uma resolução aprovando o de 2011 e o de 2007 nao
86 tem resolução. **EDMA** – Ok. Então ficou faltando, o nosso compromisso de
87 mandar para cá (08:49 inaldivel) nossos conselheiros. Em 2012 foi publicada a

88 nova nota com as alterações importantes do pacto que passará a ser
89 acompanhado por meios de indicadores pactuados na comissão de gestores
90 tripartidos. A pactuação do Estado nesse novo formato será realizado
91 juntamente com a elaboração do novo PPAG em 2011 que vai disposto na
92 NOB. A primeira prioridade nesse pacto foi adequação organizacional e
93 programática do órgão gestor estadual da assistência social para adequação ao
94 sistema único de assistência social. A primeira ação compactuada que foi o
95 reordenamento do órgão gestor conforme estabelece a NOB SUAS e a NOB de
96 recursos humanos, a NOB RH. Esse pacto foi cumprido, essa ação foi
97 cumprida, devido ao ordenamento realizado na lei delegada, número 180 –
98 2011. A segunda ação foi o quadro de RH efetivo para o órgão gestor e da
99 unidade regionalizada. Será ofertado 80 vagas. **ROBERTA** – Edma só um
100 minuto por favor. Queria só orientar os conselheiros que na medida que ela for
101 lendo as ações do pacto e os estatutos dessas ações, se algum conselheiro
102 quiser algum comentário, a gente pede o destaque, anota o destaque com o
103 nome do conselheiro e depois a gente volta para debater esses destaques, por
104 favor. **EDMA** – parte do RH efetivo para o órgão gestor das unidades
105 regionalizadas, ou seja, as nossas regionais. Seria ofertada 80 vagas, sendo
106 40 para assistentes sociais e 40 para psicólogos. Essa ação foi cumprida, o
107 concurso público foi realizado em 20-10-2013 conforme edital da SEPLAG-
108 SEDES, número 01-2013. Foi homologada em 01-05-2014 tendo 23 novos
109 servidores nomeados em 23-05-2014. A nomeação dos demais concursados
110 serão escalonadas. O terceiro, o cumprimento da lei número 10098- 2000 que
111 estabelece a acessibilidade do órgão gestor estadual na unidade atendimento.
112 Essa ação também foi cumprida. A secretaria de assistência social está
113 instalada na Cidade Administrativa que cumpre a legislação de acessibilidade.
114 Outra ação são cinco diretorias regionais implantadas. Essa ação foi cumprida
115 parcialmente. Foi implantado uma nova regional no município de Passos em
116 2013. Uma dessas cinco foi implantada aí. Outra ação é realização diagnóstico
117 da situação de vulnerabilidade de risco pessoal e social. Esse diagnóstico e
118 essa ação também foi cumprida, foi criado um índice de desenvolvimento social
119 que foi desenvolvido no observatório SEDESE. A outra ação é delimitação das
120 microregiões de assistência social de atendimento para orientar implantação de
121 serviços regionalizados de média e alta complexidade no sistema único social
122 devidamente compactuado na comissão dos gestores do PARTITE. Essa ação
123 também foi cumprida, foi elaborado o diagnóstico situacional. A organização do
124 território estadual em regiões, microregiões de assistência social e a
125 identificação das áreas para orientar a implantação de serviços de caráter
126 regional da proteção social e especial no âmbito sistema único de assistência
127 social do estado de Minas Gerais, publicado em outubro de 2013, regiões de
128 assistência social, nas pactuadas na SIB conforme resolução 12 -2013 e
129 deliberada aqui neste conselho conforme resolução 467 -2013. Outra ação é a
130 pactuação na SIB na delimitação das regiões de assistência social, também foi
131 cumprida, foi pactuada na SIB conforme resolução 12-2013 de 09-12-2013.

132 Agora a segunda prioridade. Organização do território estadual regiões,
133 microregiões de assistência social com identificação para orientar implantação
134 de serviços de caráter regional nos municípios sede ou poli e municípios de
135 abrangência. A ação e implantação de serviços de caráter regional ou de
136 unidades regionais de assistência especial, de média e alta complexidade
137 podendo ter como referência a assistência de comarca, as microregiões e o
138 mapa de risco social. Essa meta não cumprida, ela não foi cumprida ainda. A
139 situação está em andamento. A previsão de ordenamento do serviço
140 regionalizado, dos quatro que temos, é para dezembro de 2014. Os quatro
141 serviços regionalizados e ordenados, mesma coisa, para dezembro de 2014.
142 Outra meta, a implantação da central de vagas para a gestão de atendimento
143 do serviço de alta complexidade. Essa ação também não foi cumprida. A
144 proposta está suspensa para maior aprofundamento pelos outros atores da
145 rede. A outra prioridade é a prestação de apoio técnico aos municípios,
146 estruturação e implantação do seu sistema municipal de assistência social na
147 gestão do CAD Único e do Programa Bolsa Família. A ação e implantação de
148 sistemática, de assessoramento, apoio técnico e de monitoramento aos
149 municípios da implementação do SUAS no que se refere à estrutura
150 organizacional ao instrumento de planejamento e de monitoramento, os planos
151 e relatório de gestão de serviços e benefícios. A gestão do SIB, a instância de
152 controle social, a gestão do trabalho, a rede socio-especial, a efetivação do
153 vínculo SUAS ao alcance de metas de pactuação nacional e a observância de
154 normativas do SUAS. Ação cumprida, plano de ação anual pactual pela SIB,
155 liberado pelo SEAS. Esta ação é continuada. A outra prioridade é coordenação
156 e gerenciamento e execução com financiamento de programa de execução
157 para gestores, trabalhadores e conselheiros. A ação, elaboração e execução
158 do plano estadual de capacitação contendo diversas modalidades formatos,
159 temática, o público na perspectiva da educação permanente, sistemática e
160 continuada de capacitação, serviços e conformidade da NOB RH
161 compatíveis com as necessidades locais e regionais. A ação foi cumprida,
162 criadas ações específicas no plano plurianual de ação governamental na lei
163 orçamentária anual com cotação orçamentária, resolução 2-2012 da SIB
164 publicada 31-05-2012 e resolução 394- 2012 deste conselho publicada 24-05-
165 2012 e retificada em 30-05-2012. A outra ação é nova meta para o plano de
166 capacitação. A ação foi cumprida, o plano concluído. O caso é permanente
167 com a meta até o final deste pacto. Outra prioridade implantação e
168 implementação deste sistema estadual de informação, monitoramento e
169 avaliação com aplicativo básico e inegável a ser utilizado. Plano municipal de
170 assistência social, relatório de gestão, repasse fundo a fundo, CAD SUAS,
171 CAD Único, considerando protocolo de referência elaborado pelo Estado e pelo
172 Ministério do Desenvolvimento Social. A ação foi cumprida parcialmente. O SIB
173 foi implantado e implementado. Estamos aguardando a vinculação da rede
174 SUAS pelo gestor federal. O sistema MDS não disponibilizou a abertura dos
175 aplicativos para consolidação do sistema, absorção. A outra ação, elaboração

176 do plano estadual de monitoramento do avaliação do sistema unico de gestor
177 social. O prazo para a entrega do produto inspira em 2014. A meta está em
178 andamento. O palno estadual de monitoramento esta em elaboração, com
179 previsão de conclusão ate dezembro de 2014. Outra prioridade e ultima, é a
180 municipalização de execusão direta dos serviços de proteção social especial,
181 contendo multas aos responsaveis e prazos. A ação, elaboração e execusao
182 do plano de transição para a proteção social basica com especificação das
183 responsabilidades dos orgao envolvido, no cronograma de execussão e da
184 forma de co-financiamento. A ação foi cumprida, foi negociado e
185 municipalizado todos os serviços da proteção social basica e executado pelo
186 estado. A outra ação e elaboração de planos de transição para a
187 municipalização e regionalização dos serviços da proteção social especial de
188 media e alta complexidade, ainda desenvolvido pelo estado no municipio de
189 grande porte, metropoles e em gestao premio em cumprimento a portaria
190 numero 460-2007, um plano de transição elaborado. O serviço LOCATU assim
191 foi cumprido. Foi finalizado em dezembro de 2013. O serviço Casa Lar a ação
192 nao cumprida. O serviço Casa Lar os convenios estao sendo revisados com
193 vista nos regulamentos dos serviços ofertados. A vigencia é até agosto de
194 2018. Com o financiamneto da proteção social basica e proteção social
195 especial a ação, regulamentação do estado do repasse automatico, fundo a
196 fundo conforme emotização nacional a ser cumprido, SISFAB e CONTAB
197 implementado. A outra ação estabelece cotação instrumentaria e financeira
198 para co-financiamento estadual de serviço socio especial tipificado de proteção
199 social basica e proteção social especial e de beneficios eventuais assim
200 cumprido e implementação do piso minimo de assitencia social com cobertura
201 da proteção social basica nos municipios ate 2014, entao tendo a cobertura
202 total. Adequação de ferramenta informacional disponibilizada pelo ministerio de
203 desenvolvimento social para opreciação do repasse fundo a fundo, no caso, se
204 fizerem necessarios. Essa ação nao se aplica, o estado desenvolveu o sistema
205 informacional proprio. A outra ação pactuação da SIB de criterio partilha de
206 recursos de co-financiamento estadual dos serviços socio especial
207 nacionalmente unificados, de proteção nacional basica, proteção social
208 especial e beneficios eventuais. A ação cumprida, criterios de partida
209 compactuado na CIB anualmente. Em 2013 nao houve recurso para serem
210 pactuados na comissão dos gestores do bipartite. A prioridade e apoio ao
211 exercicio da participação do controle social. Apoio tecnico e financeiro ao pleno
212 funcionamento deste conselho visando fortalecimento de suas funções
213 normativas do controle social do sistema unico de assistencia social. A ação foi
214 cumprida. O conselho apoiado com cotação instrumentaria propria. A outra
215 ação incorporação das deliberações com conformidades no sistema unico de
216 gestao social das conferencias nos planos estadual de assistencia social com
217 monitoramento das deliberações contemplada no plano estadual. Ação
218 cumprida. O plano estadual de assistencia social contempla as deliberações da
219 conferencia estadual de assistencia social, segundo a resolução 456/2013,

220 deste conselho. Essa resolução que preve o plano. Outra ação incentivo a
221 legislação de reunião ampliadas como estratégias, fortalecimento do controle
222 social. Ação cumprida. Realização de vídeo reuniões ampliadas no ano de
223 2011 sendo dezenove encontros regionais. A outra é a nova meta de para
224 realizações de reuniões ampliadas. Doze reuniões ampliadas e doze
225 centralizadas. Ação cumprida em 2012 foram realizadas três reuniões
226 ampliadas do CEAS nos municípios de Cataguases, Guanhaes e Montes
227 Claros. Em 2013 não houve reunião descentralizada do conselho estadual.

228 **ROBERTA** – Alguém gostaria de comentar alguma coisa. Está claro o Pacto?
229 As metas, tranquilo?**SHIRLEY** : Esta dando para entender que menino foi
230 cumprindo que está faltando o encaminhamento.**ROBERTA** – Se não está
231 dando para entender nós temos que debater isso, porque também não é um
232 mínimo ali. Acho que a Edna teria trazer para gente consolidada para não ficar
233 um mínimo de metas, porque se eu tiver cumprido mínimo e estou no último
234 ano do pacto de 2011 a 2014, se essa plenária compreender que é o mínimo
235 que está sendo cumprido nós estamos muito mal, do ponto de vista difícil.
236 Porque quantas metas foram colocadas? Aí é preciso Edna, eu sei que vocês
237 não atinaram para isso, para esse conselho é preciso saber de tantas metas,
238 tantos percentuais foram cumpridos e tantos estão parcialmente cumpridos até
239 para não ter esse entendimento que a conselheira Shirley teve, porque na
240 minha visão pelo que foi apresentado não foi o mínimo. Me parece que a
241 grande maioria, eu preciso que vocês sentem e façam essa conta agora, por
242 favor. Eu vou dar uma pauta enquanto as meninas olham, porque isso é
243 importante, porque o pacto foi todo desenhado em metas inclusive por eixos e
244 o número de metas até para facilitar o acompanhamento dos conselhos. Se o
245 colegiado não compreender isso, de fato, a gente não vai ter a percepção
246 nesses quatro anos o que foi pactuado está sendo cumprido ou não e o que
247 deva ainda, até dezembro, ser mudado de caminho e que mais sério ainda, o
248 que não está sendo cumprido, o que está parcialmente cumprido, porque
249 temos até dezembro, onde temos três a quatro meses, e o que é de
250 importância para esse colegiado debater em relação ao SUAS. Eu fico um
251 pouco angustiada da gente apresentar um pacto desse que foi feito com metas
252 para o SUAS, eu diria metas arrojadas e a gente não conseguiu nem
253 debater.**TEREZA** – A gente passar e olhar os que foram cumpridos, que está
254 escrito cumpridos e que tem a justificativa e como foi cumprido e a gente parar
255 nas que estão em andamento e fazermos uma leitura. Seria
256 possível?**ROBERTA** – Eu discordo Tereza porque a gente não pode cansar os
257 nossos conselheiros novamente com outra leitura. Uma coisa é debater e outra
258 coisa é gente fazer a leitura de tudo. Pelo menos que você saia e separe o que
259 as telas para a gente trabalhar, porque a forma como foi apresentada foi lido
260 tudo, agora nós vamos voltar e reler. Não faz sentido. Nós vamos ficar aqui
261 mais de trinta minutos.**TEREZA**– Ler cumprido e não cumprido. Os cumpridos
262 passam e os não cumpridos em andamentos vão ficar parados. **JULIO**: Na
263 última tela do slide poderia falar da questão dos encontros. Eu queria entender

264 as questões desses encontros. Esses dezenove encontros. O que se
265 considera esse encontros regionais, é URCMAS, aquelas descentralizadas, as
266 conferências que os conselheiros compareceram. O que consideram isto.
267 Estou aqui desde de 2011. **TEREZA** – Nós somamos as pré conferências, as
268 conferências regionalizadas e as pré conferências. Ok? Existe a conferência
269 regional porque a nossa lei assim determina, então tem a conferência regional,
270 que aconteceu não só em 2011 como em 2013. Tivemos mais até que
271 dezenove encontros. A pergunta que o Julio está fazendo, ou seja, que está
272 dizendo é que teve 20 reuniões ampliadas e teve dezenove encontros. Estão
273 dizendo que esses dezenove encontros traduz em conferências
274 regionalizadas? **SHIRLEY** – Com o que Tereza disse, no que eu entendi é que
275 ela quer contabilizar, visualizar a memória que está sendo apresentada, porque
276 se forem cumpridas então não precisa mexer nelas, mas as que não foram
277 cumpridas elas seriam separada para isso. **ROBERTA** – Então nós vamos
278 passar, conforme a proposta de Tereza e a conselheira Shirley, nós vamos
279 voltar as metas todas, é isso? Das que não foram cumpridas e para uma por
280 uma? É essa proposta Shirley? **ROBSON** – Queria só fazer uma observação.
281 Ali está colocado como meta cumprida a realização do concurso público, com a
282 contratação de vinte psicólogos e vinte assistentes sociais para apoiar as
283 regionais da SEDEDE. A regional de Poços de Caldas por enquanto não tem
284 nenhum profissionais. Eu não sei como está as demais regionais do estado.
285 Então ali está como meta cumprida, não sei como vai ficar essa situação até
286 dezembro de 2014. **ROBERTA** – Eu sugiro a você que permaneça aqui pra
287 gente poder esclarecer para os conselheiros. A gente coloca que a meta foi
288 cumprida porque o concurso foi realizado. **EDMA**: Então o concurso foi
289 realizado, foi homologado e já nomeamos alguns funcionários, funcionários que
290 passaram no concurso. Vinte e três já estão trabalhando. Os outros vão ser
291 chamados escalonadamente. Então ainda não chamamos os das diretorias
292 regionais. Os que foram chamados até o momento eles estão na sede, os
293 outros estamos chamando escalonadamente. **ROBERTA**: Conselheiro Robson
294 o edital do concurso ele prevê o escalonamento para contratação. Você tem
295 dois anos, você faz um concurso conforme edital e tem dois anos para chamar.
296 Então nós estamos chamando de forma escalonada. **LUCIA -COGEMAS-** Eu
297 também costumo reparar dessa categorização como cumprida conselheiros,
298 porque efetivamente tem uma série de outras deliberações do cumprimento
299 das atividades do estado, que vem dependendo muito da presença desses
300 técnicos nas regionais. A gente sabe que isso é estruturante. Depois de todo
301 processo de regionalização, acompanhamento e fortalecimento. Eu sugeria que
302 nós conversásemos e debatêssemos porque me incomoda e assim como o
303 conselheiro, de colocar como cumprida. Acho que ter o concurso, estar
304 homologado para mim está parcialmente cumprido, talvez nós pudessemos
305 tomar conhecimento de qual escalonamento o estado considera possível,
306 dentro da vigência do prazo do pacto. A gente sabe que 2015 haverá outro
307 Pacto, mas também entendo até pela demanda das próprias regionais de que é

308 quase impossível cumprir as metas que eles tem. **RODRIGO**– Posso fazer uma
309 proposta em relação ao que a Lucia e o Robson falou. Restituir a ressalva para
310 gente facilitar o entendimento nesse aprofundamento, acredito que a gente
311 possa estender muito o assunto, se possível o ressalva ser bem objetivo pra
312 gente nao se esgotar.**ROBERTA** – Entendi qual é a sua proposta. **RODRIGO** –
313 Vou pedir ressalva nas possiveis duvidas do cumprido que não está cumprida
314 segundo os conselheiros. **ROBERTA** – Isso não está em aprovação. Só para
315 gente encaminhar o debate, isto aqui não está em aprovação. O que ela
316 colocou e que talvez combina com um pouco com o que voce está falando, só
317 que não é questão de ressalva, ela quer dizer o seguinte: no estatus ela não
318 concorda com o que foi colocado lá na avaliação do pacto que foi cumprida,
319 porque de fato é parcial. Uma coisa é voce fazer o concurso e chamar
320 escalonadamente. É isso Lúcia? Então é mudar no status, em vez de colocar
321 como cumprido, colocar parcialmente cumprido no status. Ate porque a gente
322 tem até dezembro. Provavelmente se a gente estiver fazendo a avaliação e
323 dentro disso for homologado e contratado todo mundo, ai sim coloca o estatus
324 como cumprido. De fato ela tem razão. Aí mudar o status e colocar
325 parcialmente cumprido. Mais alguma coisa ou vamos para o encaminhamento
326 que a Shirley e a conselheira Tereza propos de repassar os itens nao
327 cumpridos para detate. Essa é a pergunta. Isso posse então, por favor, a
328 equipe do apoio busque os status não cumpridos e vao por ordem, por favor.
329 Estamos abertos para essa primeira ação conforme a propositorada Tereza e
330 da Shirley. Tereza conserta na tela e faça o comentario em cima da sua
331 propositora. **TEREZA** – Na verdade como a meta não cumprida na situação em
332 andamento, em que todo mundo entende que até dezembro seria só para
333 passar e ver a lógica do numero do maximo que foi colocado pela Shirley e que
334 a maioria foi cumprida ate consolidade os numeros e dentro do andamento que
335 ainda nao foi cumprida como a Roberta acabou de dizer está dentro do prazo.
336 Entao a gente consegui ver que nao foi cumprida nas no lado da descrição que
337 está dentro do prazo previsto. **ROBERTA**: Entao eu vou falar novamente que é
338 a mesma logica que usamos para o outro, porque se estou dentro do prazo,
339 não posso falar que nao foi cumprida. Se nao posso falar que foi cumprida,
340 tambem nao posso falar que não foi cumprida, porque estou dentro do prazo. A
341 minha sugestao é que é parcialmente em andamento. Por favor mude o status,
342 porque é a mesma logica que a Lucia colocou. Se para cumprido eu nao posso
343 colocar porque de fato ela nao foi cumprida, eu tambem nao posso dizer que
344 nao foi cumprido porque eu tenho ate 2014. Entao, por favor, altera pra gente.
345 **EDMA**:Retira meta nao cumprida e deixa situação em andamento nessa
346 proposta.**TEREZA**: Nao tem como alterar agora. Nós vamos fazer a correção e
347 aqui nós so vamos explicar. Nós trouxemos o pauer point e nao dá para
348 consertar on line para voces vizualizarem agora. Da regionalização é a mesma
349 coisa. Meta nao cumprida em situação de andamento. Vamos tirar o não
350 cumprida e deixar em situação de andamento porque nós temos até dezembro
351 de 2014. Implantação de central de vagas. Nós tambem colocamos, não tinha

352 prazo estabelecido dentro do Pacto de 2014. Teve a proposta de implantação,
353 mas como da alta complexidade, já foi discutida várias questões nas pré
354 conferências, hoje nós começamos com o sistema judiciário com o legislativo,
355 onde essas metas estão suspensas em função da discussão do serviço de alta
356 complexidade regionalizado. **LÚCIA** – Tereza está ação veio desta forma no
357 Pacto ou esta central de vagas faz parte do modelo que o estado tinha
358 pensado. **EDMA** – Ela foi pactuada na CIB e ela foi deliberada no CEIAS dessa
359 forma. Então nós pegamos do jeito que foi deliberado e coloquei. **LUCIA** –
360 Minha pergunta é um pouco diferente Edma. A definição do governo federal
361 para este item, para esta prioridade. Este é estadual. Ok! Contemplada.
362 **ROBERTA** – É porque na verdade você estabelece as prioridades nacional.
363 Agora a forma da ação ela é individualizada pelo estado. **TEREZA** - Pode
364 passar. **NOCATO** essa é parcial. Já está explicando que já é parcial.
365 (conversar ao fundo). Está claro que foi cumprida a questão do Mocatu e da
366 alta complexidade que está prevista até agosto de 2018 em andamento. Agora
367 os números vou acabar de consolidar e a gente lê daqui a pouco para vocês.
368 Quantas já cumpridas e quantas em andamento. Ok?
369 **ROBERTA**: Contemplados conselheiros ou já podemos passar para outro ponto
370 de pauta. Antes da gente terminar a plenária, nós vamos passar o consolidado.
371 Tantas metas pactuadas, tantas metas cumpridas, tantas em andamento e
372 tantas não cumpridas. Uma outra questão que a gente debateu nessa linha,
373 para provocar essas pautas mais específicas do conselho é em relação a bolsa
374 família. Na regulação do programa esse conselho, como os conselhos
375 municipais, maioria dos conselhos municipais, porque me parece que quando o
376 programa foi criado deve todo um controle social a parte e aí depois com uma
377 série de movimentos que nós fomos fazendo na SID, conversação com a MDS
378 a gente conseguiu regular que o controle social do programa bolsa família é o
379 próprio controle social do SUAS, ou seja, os conselhos estaduais e municipais.
380 Isto posto, a gente também, nessa linha de conversa da pauta do conselho que
381 a gente estava sentindo falta deste debate, a gente, até então esse ano, eu não
382 sei os anos anteriores, porque não sei se debatemos, mas esse ano a gente
383 não colocou a tona o painel do programa bolsa família do estado de Minas
384 Gerais, para os conselheiros tenham uma visão do que é o bolsa família no
385 estado, que situação está o programa do bolsa família no estado e do ponto de
386 vista do controle municipal, o que a comissão de apoio do conselho precisa
387 saber em relação a este programa para também trabalhar o controle social do
388 programa no município. A gente ainda não tinha feito está discussão. Pedi a
389 Tereza que é coordenadora da superintendente, coordenadora do programa
390 estadual para fazer um painel para gente do bolsa família. Enquanto elas
391 acham lá, eu vou dar posse a dois conselheiros que chegaram que é a Renata
392 representando Inspeção João Bosco e Mauro da FETAEMG, uma vez que o
393 Mauro já esteve conosco aqui, já foi conselheiro e teve boas contribuições no
394 colegiado. Tanto o Mauro, quanto a Renata sejam bem vindos. Estou me
395 referindo mais ao Mauro porque ele já teve uma trajetória significativa. Então

396 sejam bem vindo e sintam impossados. **TEREZA** – Como Roberta ja falou nós
397 vamos mostrar a situação do programa bolsa familia no estado de Minas
398 Gerais a partir dos numeros e dos dados. Dentro do cadastro temos dois
399 milhoes, oitocentos e quarenta e dois, novecentos e sessenta e seis familias
400 cadastradas. Esse cadastro nao é só do programa bolsa familia. É o cadastro
401 de todas familias para qualquer programa social. Estimativa de familias de
402 baixa renda, perfil cadastro unico pelo IBGE. Tem um milhoes novecentos e
403 dezoite mil, cento e quarenta e nove. Nao só essa diferença acima de um
404 milhao e que tem outros programas sociais que nao sao vinculados à baixa
405 renda estimado pelo IBGE, mas que necessita que af amilia seja casdastra nao
406 CAD unico, por isso tem esse numero maior. Estimativa de familias pobre, do
407 programa bolsa familia IBGE 2010, 1.190.155 milhão, familias beneficiarias
408 pelo programa bolsa familia no Estado de MG, o numero de familias
409 beneficiadas em julho de 2014, valor de referência que é 1.168.977 que
410 significa 98% do numero de familia com perfil do bolsa familia estimados pelo
411 IBGE de 2010. O valor repassado em julho de 2014, R\$185.119.194. Cadastro
412 unico. É a leitura que eu ja fiz da diferença de 1.190.155 (falas ao fundo) é
413 porque dá um cliqtue e abre o que eu falei que é a questao da porcentagem da
414 estimativa e o publico do bolsa familia. Agora nas condicionalidades da saude e
415 da educacao no ambito da assistencia social. Da saúde como é semestral
416 ainda nao tem o consolidade no sistema de 2014, então eu trouxe como bae o
417 segundo semestre de 2013, perfil de familias na saude no programa bolsa
418 familia é 1.016.159, familias acompanhadas no Estado uma porcentagem de
419 79%. É um percentual signfiicativa onde temos um ponto positivo dentor das
420 acoes das condicionalidades no Estado de MG. Agora Educação ja fechamos o
421 primeiro bimestre, entao eu trouxe os dados de 2014, onde o perfil da familia
422 seria 1.460.368 familias, nós temos acompanhado 1.290.252, que representa
423 885 das familias que estão cumprindo e sendo acompanhadas **TEREZA** - Não
424 fechou, então tem 3696, acho que vou ter que ir lá na frente igual a Edma. A
425 quantidade de família com perfil de saúde parcialmente acompanhada pelos
426 municípios, 3696. Quantidade de família com perfil de saúde, localizadas mas
427 não acompanhadas isso no Estado é 9000 e quantidade de famílias não
428 localizadas e não acompanhadas pelos municípios 8248 e quantidade de
429 famílias não visitadas e não acompanhadas 8266, essa parcial, onde faz muita
430 diferença quando for fechar o sistema. **ROBERTA** – Tereza para gente
431 acompanhar dados por exemplo, no caso da saúde, público não localizado e
432 não acompanhado, precisava da gente ter uma coluna do universo. Para saber
433 do que a gente tá falando. Se eu tenho um universo de 100, não localizados,
434 entendeu? Pra gente saber inclusive esse pessoal, que para o controle não nos
435 interessa, fora desse acompanhamento, igual saúde e educação. Entendeu?
436 Eu particularmente não consigo visualizar se a coisa está ruim ou está bom!
437 3696 é bom ou ruim, em relação ao quê? 9000 em relação ao quê? 8622 em
438 relação ao quê? Então assim, pra gente! Compreender e acompanhar e
439 controlar eu tenho que ter um universo e saber igual ao que você fez do outro

440 lado. **TEREZA** – então vamos desconsiderar essa parte parcial, porque ser
441 parcial este item. Então vamos levar para discussão o semestre que foi a
442 lamina anterior, onde mostra que 77% está sendo acompanhada, na média,
443 pode ser. **LUCIA** – do CONGEMAS, Roberta, acho que talvez os conselheiros
444 só pra gente é aprofundar um pouco mais nos dados Tereza, se nós gravarmos
445 aquele R\$1.190.000,00, não sei exatamente eu lembrando de 1,190 milhão, na
446 saúde ela mente. **ROBERTA** – mas isso é porque você gravou. **LUCIA**- Estou
447 sugerindo isso agora para não perder o trabalho que vocês fizeram a gente
448 coloca as duas referencias para a gente ir dialogando com você, depois eu dou
449 uma contribuição especificamente da saúde, o que a gente teve que fazer no
450 município para resolver, você está lá com um numero de família com um perfil
451 1,16 milhão, depois quando você pega outro (falas diversas) **ROBERTA** –
452 quanto á metodologia de apresentação acho bom a gente provocar o debate,
453 ela apresenta e depois volta tudo lendo e a gente perde o time da coisa,
454 melhor! Essa sugestão as, essa referencia nossa na saúde, é 1,16 milhão,
455 mesmo que ele seja parcial, mesmo que a gente estiver trabalhando com o
456 dado parcial, você também tem o dado parcial total, pra nós não faz diferença
457 se ele é parcial ou total. O importante é que você tenha um universo e é
458 preciso a gente saber qual o universo que a gente está acompanhando.
459 **TEREZA** – Então pra saber dados seria esse que não é parcial, e sim que é
460 fechado referente ao segundo semestre de 2013, na saúde é esse percentual
461 do Estado de MG, estamos dando conta de acompanhar quase 30% e da
462 educação quase 88%. Temos monitorado e nas ultimas laminas temos falado
463 muito das ações que temos desenvolvido. As ações que temos desenvolvido
464 além de e-mail e telefone, fizemos uma capacitação ano passado com os 853
465 municípios, onde trabalhamos intersetorialidade. Assistência saúde e
466 educação. Chamamos representante de cada pasta e essa evolução no
467 percentual, consideramos que é dessa capacitação continuada que
468 promovemos com os municípios. As ações do município de acompanhamento
469 das famílias do cadastro de atualização do programa Bolsa Família ele é
470 totalmente sistêmico, então temos que capacitar os municípios para pode está
471 atuando e inserindo os dados. Então a partir dessas ações do Estado de MG,
472 temos alcançado esses números que são bem acima da media do Brasil.
473 **ROBERTA** – Tereza já que a gente vai debater eu queria segunda lamina que
474 nós estamos com 8005 família acompanhadas, nós estamos com 16 mil e
475 nossa lamina é de 8005, então a lamina seguinte, que é o que eu acho que
476 precisamos conversar, para orientar os conselhos que são controle social
477 também. Quantidade de famílias com perfil de saúde não visitadas e não
478 acompanhadas pelo município 8222mil, qual a diferença desse conceito com o
479 anterior por que está 8005 mil. **TEREZA** – lá já está consolidado, porque é o
480 segundo semestre de 2013, esse é o parcial deste ano. Esse primeiro semestre
481 de 2014.**ROBERTA** – se você fizer a fala do time que tem pela frente, acho que
482 não vai cair tanto assim não. O que a gente precisa atinar é o seguinte. O
483 Programa é desenhado numa perspectiva que tem coordenação estadual, com

484 essas pastas saúde, educação, e assistência, precisa ter uma inferência maior
485 estadual, para que a pasta da saúde, a pasta da educação, ela tenha haver
486 com isso ai. Se olhar do ponto de vista do usuário, se eu não tiver a
487 perspectiva da oferta, da atenção primária, não adianta cobrar do usuário não.
488 E se o CRAS no seu território não tiver trabalhando a logica de acompanhar
489 essas famílias no PDF, programa do Bolsa Família, está fazendo a referência
490 do encaminhamento tanto da saúde e da educação. Esses dados não vao
491 mudar com capacitação de telepresencial, não vao mudar não! Porque está na
492 ponta. Então assim! A ideia da gente discutir o controle social do programa
493 bolsa família, é o que a Lúcia coloca, importante visualizar esses dados, mas
494 temos que visualizar no tempo que está sendo colocado, no tempo daqui pra
495 frente e que estrutura que eu tenho dessas três pastas que estão envolvidas
496 para fazer a inferência. Achar que isso ai vai diminuir com alguma inferência de
497 capacitação, vai pensar que é só capacitar gestor que é o máximo que vai
498 acontecer. Na verdade a gente está falando de acesso do usuário. O usuário a
499 estrutura da rede, a oferta de serviço e essas coisas, inclusive no controle
500 social do sistema único, nós temos conselheiros da saúde, e da educação, na
501 coordenação estadual tem gente da educação e da saúde. E se não discutir
502 internamente nas pastas e para seu espelhamento na ponta a discussão do
503 programa, vai ser capacitação muito menos dos Black que vai acontecer
504 alguma coisa do sistema. **LÚCIA** –queria fazer só duas colocações, acho que
505 vou partir da minha vivencia de município. No município embora nele tem um
506 IDH, muito bom e a saúde entra no campo desse IDH, a gente está em rede
507 básica da saúde, precária. Então o que estava acontecendo, quando ele
508 precisava e não encontrava o médico no posto, ele corre para a UPA, na minha
509 cidade tem outro nome, que não é nem o nome da politica. O habito de ir à
510 unidade de saúde, estava comprometido. E levamos um pouco de tempo para
511 entender isso. Então a gente ficava cobrando, campanha no radio. Sabe o que
512 resolveu, eu emprestei um carro do PDF e a equipe colocou uma balança
513 dentro do carro e foi visitar as famílias. Sabe o que eles conseguiram 97%. Mas
514 acho que está sendo colocado aqui talvez fosse em aspecto para orientar os
515 conselhos de que ele precisa fazer essa analise, como é que está essa rede de
516 saúde, porque as vezes na educação falta pessoa para lançar o dados, isso é
517 simples, a criança esta na escola. Agora na saúde ele tem que ir ao posto de
518 saúde, agora indo ele tem que ser atendido, se chegar e tiver que ficar na filona
519 ele não quer ser pesado não, ele vai embora, então acho que a gente
520 precisaria de pensar que a luz dos números, quais seriam de que natureza
521 seriam as orientações para ajudar o conselho municipal. **TEREZA** – vem de
522 encontro o que a Roberta colocou que é o papel de cada pasta da saúde e da
523 educação, e qual condição que cada pasta está tendo de ofertar o serviço aos
524 usuários. **FERNANDA** é antes de ir para a saúde. Eu fui referencia técnica do
525 grupo de apoio de saúde da família no meu município, até 2012. A gente tinha
526 um programa de saúde na escola, estou agora na saúde mental e não estou
527 sabendo. Vocês estão sabendo que ainda existe este programa? Até tinha a

528 participação do Márcio na educação. **LÚCIA**– na educação existe, na saúde
529 até então específico. **FERNANDA** — ata porque a gente fazia, essa estatística
530 através do programa saúde na escola. **ROBERTA** — mais alguém que deseja
531 colocar alguma consideração. **MAURO** – Bom dia a todos e todas, como parte
532 de usuários, eu quero me referir em relação ao acompanhamento, não
533 somente na questão da educação para criança que está na escola, mas como
534 o acompanhamento da família, porque às vezes pode acompanhar a criança na
535 escola, mas as vezes vai acompanhar a família na escola. Eu vejo a relação do
536 município este acompanhamento de alguns dados logo, em dificuldade e as
537 vezes são colocados dados de outro acompanhamento, para esse município ou
538 que a família continue recebendo sem ser bloqueado. Muitas vezes esse
539 acompanhamento deixa a desejar, devido à falta de infraestrutura dos
540 municípios de capacitação dessa gestão, e que fica esses dados não
541 lançados com a realidade atualizado das famílias. E como o bolsa família, não
542 visa apenas a educação e a saúde, e é um programa no contexto geral,
543 infelizmente muitas famílias que estão recebendo também, não é do perfil per
544 capta por pessoal e família e muitas pessoas burlam o sistema para beneficiar
545 o sistema do público alvo do bolsa família. Fica essa deficiência e como é que
546 está sendo feito esse acompanhamento na realidade do bolsa família. **TEREZA**
547 – na verdade o que acontece. O cadastro é auto declaratório, a família é que
548 declara sua renda. Isso está claro, está na legislação. Ele assina que ele está
549 declarando, mas é auto declaratório. **ROBERTA** – o que o Mauro está
550 colocando é outra questão. Está fazendo uma critica, primeiro a qualidade da
551 oferta da política pública na condicionalidade do programa. Isso de fato Mauro,
552 se trabalharmos na perspectiva, tendo a transferência de renda como algo que
553 busca fazer a emancipação, você tem toda a razão. Estamos com um entrave
554 no programa bolsa família, porque a qualidade na saúde, na ponta, a qualidade
555 da educação, uma serie de questão que busca de fato, ele sair dessa questão
556 e ser emancipado, nós temos um entrave e isso é real, por outro lado, acho
557 assim, as experiências dos gestores municipais que aqui coloca, e acho que
558 deve ser apreendido nesse colegiado, principalmente para a comissão de
559 apoio, como é que vai transformar esses números, quais são os desafios, o
560 que está por trás desses números, a Lúcia colocou alguma questão pontuou
561 alguma coisa. Temos que fazer um debate, o que está por traz, quais são os
562 desafios e quais são os arranjos que o controle social tanto no âmbito do
563 Estado, quanto no âmbito do município precisa fazer para que a gente possa
564 melhor os números que estão ai. Ai Tereza, eu queria melhorar estes números.
565 A gente não precisa ficar na defensiva de colocar o que. É preciso analisar que
566 o que estamos propondo aqui é analisar esses dados, quem está na ponta tem
567 uma experiência está olhando. Coloca na ponta um olhar quase que do
568 usuário. Agora disso precisamos tirar daqui. Estratégias que podem melhorar
569 esses números. Primeiro compreender esses números e depois modificar.
570 **LÚCIA** – eu queria até fazer uma sugestão nessa direção, Tereza! Vou
571 misturar um pouco as coisas, mas a gente pode amadurecer uma discussão

572 nesse plenário. O pacto municipal que foi apresentado para os municípios, ele
573 tem uma serie de percentuais ai em relação aos atendimentos, tá certo! No
574 exercício que tenho feito com o conselho e a nossa equipe, tem um dado que
575 me preocupa na nossa cidade que vai um pouco de encontro com isso que o
576 Mauro falou, que é assim! Um numero muito grande de famílias com renda 0 a
577 70, mas onde eles estão, isso não existe, é auto declaratório. Se eu não me
578 engano em outubro, veio uma orientação da gestão de cadastro, de que
579 preferencialmente, as atualizações fossem via por busca ativa, por visita
580 domiciliar. Então se você pegar as várias os vários percentuais que estão
581 postos para o município, em relação á essas questão, a gente vai chegar a
582 conclusão que o acompanhamento familiar, a prioridade do CRAS no PAIF, e
583 também ficou definido que o PAIF, é uma equipe de referida para fazer o
584 acompanhamento. E eu estou até chata no município, de tanto que eu falo isso,
585 entendeu? PAIF, é acompanhamento, não me inventa de fazer outra coisa.
586 Porque? Num município de grande porte é 10% do cadastro. O meu cadastro
587 com essa inclusão de outros benefícios, de outros programas, tem 15mil, então
588 eu tenho dentro do pacto de acompanhar em uma premissa metodológica 1500
589 famílias, sobre o bolsa família, dentro do meu cadastro eu tenho 4200,
590 entendeu? Se eu ainda fizer o recorte que dentro do bolsa, eu ainda vou
591 acompanhar o zero 70, não estou cumprindo. (Falas diversas). Porque ai tem
592 os percentuais, no nosso pacto tem 1500, depois tem X % do BBC, X% da
593 condicionalidade, X%, então somando, se for fazer uma análise disso, de como
594 você vai fazer para cumprir todos os percentuais. Isso que o Mauro colocou a
595 gente começa a encontrar, não é uma caça as bruxas, né Mauro. Mas tem por
596 exemplo, vamos pegar uma situação bem tranquila de dizer, o percentual da
597 zona rural, que trabalha na região de meia, que é meeiro, na declaração de
598 renda que declara é só o proprietário da terra. O meeiro não tem que declarar,
599 então ele me entende que não tem que falar essa renda. Eu não tenho na zona
600 rural, carência, entendeu? Que bata com o numero de bolsa família que eu
601 tenho na zona rural. E o acompanhamento familiar ele propicia um tipo de
602 acompanhamento que propicia um numero de trabalho, que a gente não vai
603 fazer um caça as bruxas, mas que vai trabalhar e conscientizar essas famílias,
604 que estão usando indevidamente o beneficio, que ele investe 4200 mas tem
605 gente que está fora do bolsa, porque eu não tenho mais, a minha inclusão já
606 passou muito que o MDS tinha projetado pelo IBGE. Então assim só pra
607 resumir, talvez fosse interessante a ajudar o município a fazer essa análise de
608 ser 2%, da consistência do cadastro e de uma gestão, e ajuda-lo a perceber
609 que uma prioridade de acompanhamento familiar, já está posta, mas ele vai ter
610 que usar a busca ativa, porque se ele deixar a demanda espontânea do CRAS
611 ele não faz, porque a demanda vem de outro lugar. **ROBERTA** – ok! Então
612 vamos lá só pra gente caminhar nessa linha pra gente poder fazer os
613 encaminhamentos aqui, se não vamos ficar o dia todo discutindo bolsa família.
614 Veja bem! A primeira logica aqui é o seguinte, vamos colocar os dados e
615 trabalhar os dados. Porque não adianta colocar os dados se eles não são

616 trabalhados, precisa da compreensão do que significa esses dados e aí nessa
617 lógica é fazer a correlação do universo daquilo dentro da oferta, e como disse a
618 Lúcia do que está acompanhando. Não adianta colocar dados se não fizer
619 análise dos dados. A segunda questão a Lúcia pontou algumas questões na
620 perspectiva dos pactos municipais, existem metas que ao serem trabalhadas e
621 desenhadas, vão ser desdobradas no pacto do programa que a lógica do
622 acompanhamento do PAIF, junto ao município e ter como prioridade os
623 municípios que estão com esses números baixos com relação ao
624 acompanhamento da família que estão no programa bolsa família, Ok, Tereza,
625 por favor essa foi a primeira apresentação que estamos fazendo, e estamos
626 fazendo o debate, agora das próximas que ele venha acompanhado de uma
627 análise para que a gente possa entender, porque apresentar só o dado fica
628 muito frio e não significa. **TEREZA** – da educação a gente teve um ponto inicial
629 de 25mil, público com pendência seria 2499 que significa 51% do público inicial
630 com pendência. E o público inicial de famílias que eram beneficiários, que nem
631 todas as famílias tem crianças e adolescentes na questão da escola. Público
632 inicial de família seria 5145, famílias com pendências 10684 que significa 52%.
633 Vem o da assistência social, baseado no cadastro, na qualidade do cadastro e
634 da atualização que temos 65% de acompanhamento e de atualização
635 cadastral, esse número vem de encontro a localização e dentro das
636 legislações, você tem dois anos. E tem que ser atualizado e ainda permanece
637 mais dois anos. Então a gente acredita na análise dos dados que é onde dá o
638 impacto de 65% que temos que mantê-lo 48 meses mesmo não sendo
639 localizados no cadastro. Na questão de qualidade nós já passamos os 100%. E
640 a questão do acompanhamento da repercussão que vem de encontro com os
641 acompanhamentos, porque eles estando na repercussão de retorno de
642 advertência, essa família para não ficar na função de suspenso tem que ser
643 acompanhada, vem bem a questão que a Lúcia falou de está no processo dos
644 municípios estarem trabalhando isso com a equipe, apesar de está colocado no
645 CRAS, que as famílias apresentadas, são as do bolsa família onde a gente
646 coloca primeiro para as famílias que não estão cumpridos as
647 condicionalidades, cancelamentos tivemos em torno de 31, da questão ode
648 famílias, porque. **ROBERTA** – quantos números. **TEREZA** – – somente 31
649 canceladas, não temos uma suspensão que é anterior ao cancelamento, que é
650 4628 e temos proteção do jovem, porque tem a análise da família e a questão
651 do jovem, os conjuntos para a frequência escolar. **ROBERTA** – se eu somar o
652 bloqueio e suspensão, vou ter quase 9000 famílias que não estão recebendo o
653 bolsa família. É isso? **TEREZA** – – 20 mil famílias de advertência **ROBERTA**
654 – advertência recebe recurso **TEREZA** – não recebe. **ROBERTA**- eu tenho 20
655 mil famílias. Esses 20 mil? não estou entendendo. **TEREZA**- 20 mil
656 advertências ele para de receber quando ele está bloqueado e suspenso.
657 **ROBERTA** – então tem 9000mil famílias que estão sem receber. 10mil
658 praticamente, porque 5635 + 4000, dez mil. **TEREZA**- quase 10mil que eles
659 não estão recebendo o benefício. Agora ainda está na condição de ser

660 acompanhada e cancelada, porque esse período para chegar no
661 cancelamento, são 18 meses. Então os municípios recebem a lista das famílias
662 que estão nessa situação, para ser realizado a busca ativa do CRAS.
663 **ROBERTA** – mais um instrumento que a gente tem para a comissão de apoio,
664 e para os conselhos municipais, e está de posse dessa lista, pelo menos a lista
665 de advertência, porque a lista vai desdobrar no bloqueio, na suspensão, ou no
666 cancelamento. Entendeu? Porque depois que cancelou só Deus para tomar
667 conta. Resta saber se nesse cancelamento Mauro, se de fato estamos
668 cancelando quem está aí, ou se estamos cometendo alguma heresia. A 2 anos
669 atrás a Veja fez uma reportagem, que ela pegou três famílias, Minas Gerais,
670 Pernambuco e Ceará. Ela pegou essas três famílias e fez uma reportagem em
671 2003, ao longo dos anos, ela voltou nessas três famílias para ver se a situação
672 tinha mudado, com a implantação da renda e outros programas que foram
673 implantados para superação da pobreza. Das três famílias, é duas as duas fora
674 de Pernambuco e Ceará tinham superado um patamar de vida. A de MG, ela
675 continuava no patamar pior do que estava, e ela tinha o bolsa família
676 cancelado. Esse trem deu um Zebu para compreender, o que é o programa,
677 que as vezes faz com alguém de fato necessita está no programa ou de fato
678 quem não necessita e está no programa, então essa gestão no município, no
679 controle social ela é muito importante e nesse colegiado tem que está atento a
680 isso, porque é essa ingerência e essas ações que vai nos levar a de fato levar
681 a transferência de renda para quem necessita e de fato levar essas questões
682 das condicionalidades que o programa tem que fazer. **LÚCIA** – só um
683 complemento que a Roberta tá colocando. É teve essa reportagem da veja e
684 tem uma pesquisa da UNICAMP, vozes do bolsa que virou um livro muito
685 interessante, que a comissão de apoio pode fazer eu percebi que um grande
686 numero até de profissionais, quando a gente está recebendo um numero
687 grande de profissionais que acabaram de chegar da universidade eu fiz essa
688 pergunta para eles, porque o bolsa existe. Porque tem essa ferramenta na
689 politica, é triste, mas a resposta que deveria vir de que ela é uma ferramenta
690 para a superação da pobreza intergeracional, isso não é aprendido isso não é
691 debatido nas escolas, nem de psicologia, de pedagogia, em lugar nenhum.
692 Então a gente começou a fazer essa discussão, exatamente para ter essa
693 compreensão, não é suspender o beneficio, não é isso que vai dá qualidade ao
694 acompanhamento ao controle social do beneficio, mas avançar na perspectiva
695 de beneficio é só uma ferramenta, se não houver todo o acompanhamento de
696 que essa politica é um sistema e que além dessa ferramenta existe vários
697 sistemas que somados poderão propiciar a estas famílias a superação da
698 condição de pobreza. Não é só o bolsa família, se ele ficar só no bolsa família,
699 ai eu entendo que o pacto para os municípios ele foi formulado nesta
700 perspectiva inclusive de que é o município avança na compreensão, que os
701 operadores avance nessa compreensão que essa politica é para romper ciclo
702 de pobreza e não para administrar dificuldade que estejam postas. Essa talvez
703 seja maiores contribuições do conselho estadual de promover essa discussão e

704 reflexão e aquele texto publicado pelo MDS, BPF, programa bolsa família e
705 CRAS, esse texto é fulminante para que a gente não só faça essa leitura do
706 pacto, faça essa leitura dos instrumentos que temos na política e dos usuários
707 mas que a gente consiga atingir sobretudo os objetivos. Talvez fosse uma
708 recomendação desse conselho aos não só aos gestores pela SEDESE, mas
709 aos conselhos pelo CEAS. **MAURO** – tentar fazer acompanhamento se
710 bloqueia se não bloqueia, esse acompanhamento ou cancelamento suspensão
711 acontece de que seguinte forma. Muitas vezes os beneficiários vão até o
712 cadastro e dizem assim eu não recebi esse mês, o que aconteceu. Parou de
713 receber, eles vão verificar no sistema, pra saber o que acontece. Mas a
714 questão de advertência sempre vai está auto, por não ter acompanhamento, ou
715 a família ter uma condicionante de receber o benefício e não ter um controle
716 entra aí o processo de advertência, passa aí dois meses, três e vai ser
717 bloqueado, mas não porque teve acompanhamento, mas porque foi bloqueado,
718 ele vai lá, você precisa ir lá, seu filho está com falta é dessa forma que
719 acontece. Lembrando que agora outros programas também é da condicionante
720 de cada família ter um cadastro limpo no CAD único, que leva também a muitas
721 famílias receberem sem mesmo ter a intenção de querer ter bolsa família,
722 porque ele fez um cadastro lá, e entra nessa fila de espera. E um deles é o
723 programa minha casa minha vida. Pra ter o benefício do minha casa minha
724 vida, ele tem que ir no CAD único e fazer o cadastro, e muitas acabam.
725 **ROBERTA** – é porque a regulação da política nacional, porque todo e qualquer
726 programa no cadastro nacional ele tem que ter NIS, que é o número de
727 inscrição social, esse número só é dado pelo cadastro CAD único, quer dizer
728 de certa forma, o governo do Estado usa em determinados programas nosso
729 essa famílias, por compreender que o CAD único é o cadastro das famílias
730 pobres do Brasil. É o único dado oficial que nós temos e dali se tira, foi quando
731 ela se apresentou no início. O programa absorve nacionalmente o número para
732 ser benefício o programa bolsa família para cada município. **MAURO** – É até
733 bacana esses dados apesar de ser parte mas estamos usando esses dados, é
734 muito importante fazer isso. É importante no conselho tão grande é o nosso
735 desafio nesse acompanhamento. Eu volto a trazer novamente ao nosso público
736 do meio rural. Não existe acompanhamento, pode existir mas muito pouco das
737 nossas famílias que estão no meio rural em questão de deficiência tanto de
738 infra estrutura porque não dá conta porque consome-se o trabalho da área
739 urbana. **TEREZA** – aí vem essa questão que a gente está discutindo as
740 famílias que estão em acompanhamento pra não chegar a serem canceladas
741 do programa. Esse percentual era de 16% em maio, agora caiu 14,54% que
742 não estão sendo acompanhadas, eram de 16 e nós tivemos um avanço aí que
743 vem de encontro nas nossas falas. Do CRAS acompanhar e jogar no sistema,
744 o sistema sempre não é tudo, mas ele também não adianta acompanhar
745 famílias e a gente não jogar no SICOB, o programa não registra esse
746 acompanhamento. É só por meio do sistema que a gente consegue
747 sistematizar esse acompanhamento. É só um diferencial. Aí é que a gente

748 apresenta a na SIP como informe e no conselho também já informamos que a
749 gente manda sempre no dia seguinte para o conselho, são os municípios que
750 não prestaram contas no Estado sofre o índice de IGB N, diferente de 2010, a
751 gente tem ainda um município que é Divisa Alegre, em 2011 que é ele, porque
752 se não prestar contas do ano anterior, não tem condições de dá sequencia,
753 então em 2010 e 2011, conseqüentemente, em 2012 e em 2012, nós temos
754 274 municípios que não prestaram contas do IGB. Ai são as ações que eu já
755 falei anteriormente, que é atendimento presencial, as nossas capacitações,
756 onde a gente trabalha a intersectorialidade, os encontros dos grupos
757 intergestores estadual onde a gente tem representação do conselho e das duas
758 pastas da assistência social, da saúde e da educação. E seria essa a
759 apresentação, outra coisa mais alguma pergunta, alguma colocação. **LÚCIA** –
760 Tereza! Em relação às averiguações, na discussão que é o conselho de Poços
761 não queria de jeito nenhum assumir o controle social de bolsas, nós fomos
762 entender e eu percebi deles, muito claro, 1 – é que o conselheiro é voluntário
763 então ele não tem tempo, ele vai sair da sua instituição do seu órgão para fazer
764 o monitoramento, então tivemos que discutir como isso seria feito. E as
765 intervenções, porque a outra orientação que veio do MDS, que
766 preferencialmente as avaliações não sejam feitas pelos técnicos dos CRAS.
767 Então está posto, e ai não vi ai o índice de averiguação no Estado. Porque
768 averiguação é um dos indicativos fortes Mauro de inconsistência. Porque a
769 caixa faz ações auto declaradas com outras bases de dados bancárias, é
770 seguro desemprego, seguro garantia, porque ela manda para o município e o
771 Estado para fazer uma averiguação, pra realmente conhecer de perto a
772 situação daquela família, isso intimida o controle social daquele conselho. A
773 responsabilidade é maior, mas fico imaginando uma cidade pequena de 10mil,
774 15 mil, acho também que é um ponto para este conselho discutir, refletir e
775 orientar. **TEREZA** – a questão do percentual da averiguação nós não
776 trouxemos porque não temos consolidado, temos individualmente por
777 município, e até porque esperamos o fechamento para poder apresentar. Agora
778 o conselho ser controle social, está no pacto, porque não tinha essa exigência
779 igual a Roberta colocou. **ROBERTA** – só um minutinho, na próxima plenária
780 traga o percentual, mesmo que não fechou, vai fechar quando, isso fecha
781 quando? **TEREZA**- então 30 de setembro. **ROBERTA** – então 30 de setembro
782 traz pra gente na plenária de setembro uma parcial das averiguações, ok! Até
783 para eles compreenderem o que a Lúcia colocou. Do ponto de vista do controle
784 social, basicamente isso. Uma coisa apresentar os dados e aqui está as
785 agressões e qual é o papel deste conselho e ai a próxima, por isso estou
786 falando, essa foi a primeira apresentação e por favor, venham com estes
787 indicativos, a gente discutir as intervenções tanto da comissão estadual e essa
788 questão dentro do controle social do programa bolsa família e estes indicativos
789 da agregação percentual, e qual é a propositura, se não, não faz sentido de
790 apresentar isso e de debruçar, e ai qual é o papel nosso nisso ai? E
791 essencialmente ela colocou duas questões desafiadoras, que precisamos

792 pensar nisso. **TEREZA** – consolidado das metas do pacto do bolsa,
793 encerramos? **Hermellis**– EU queria só pedir ao Rodrigo se tem alguma coisa a
794 considerar que ele participa do grupo do bolsa família? **RODRIGO** – como foi
795 falado na mesa diretora, que eu faço lá com os conselheiros. Em maio deste
796 ano apresentamos a agenda para 2014, até então foi um encontro só, muito em
797 circunstancia da COPA o encontro que seria bimestral, coincidiu com o dia de
798 jogo da Copa do Brasil e estamos aguardando a reunião do comitê gestor.
799 **ROBERTA** e eu queria referendar a fala do Rodrigo, de colocar aqui que o
800 Comitê está fragilizado. Do ponto de vista de 2014, não significa jogar a conta
801 na COPA, entendeu? Porque a Copa foi em Junho, estamos falando e
802 pressupõe o comitê com uma agenda, sistemática, propositura de avaliar
803 dados, tem resultado e produtos disso. Então Tereza você coordena essa
804 questão, pra nós do conselho é de suma importância, e você Rodrigo, precisa
805 pautar o conselho disso. Porque não justifica colocar na conta da COPA,
806 porque a Copa já tem conta demais na conta dela e pode estourar. Teria
807 reunião da comissão e de ante, fizemos um apanhado geral, e não
808 aprofundamos nos desafio que este programa trás, a Lúcia pontou algumas
809 coisas, e estamos passando nele, mas de fato se este conselho tem o papel da
810 vigilância e da preponderância do olhar do usuário, acho que precisamos
811 debruçar mais nos detalhes, estamos apresentando dados. A Lúcia está
812 provocando muito, colocando questões com a experiência dela, mas chamo a
813 atenção deste conselho do ponto de vista da comissão de política, da
814 coordenação Estadual, é preciso ter provocações Tereza, porque a relação de
815 ações que está ali, não é suficiente para dar conta, nem 5% da mazela das
816 dificuldades que os municípios estão enfrentando, os usuários estão
817 enfrentando com relação ao programa Bolsa Família. E se não vemos uma
818 estratégia para superação do problema da pobreza, de fato nós estamos
819 caindo no senso comum, o senso da sociedade, a distribuição de renda é
820 bobagem, está levando o pobre a ficar preguiçoso. Não estamos
821 movimentando uma articulação mais forte com as demais políticas nesses olhar
822 de acompanhar as famílias pobres e fazer de fato o programa de transferência
823 de renda uma ferramenta, e ai começa critica assim dentro do próprio
824 conselho, da coordenação estadual do programa, e eu chamo a atenção, foi a
825 primeira apresentação, e a minha expectativa é que na próxima apresentação
826 qualifique os dados, o debate, para além do que foi colocado aqui, para termos
827 como provocação até para os conselheiros novos que não compreendem como
828 um todo e a gente subsidiar as comissões, e para poder provocar a ação do
829 que podemos fazer para poder apoiar os conselhos, porque como o Mauro
830 falou, os conselhos se quer tem uma relação daquilo que está em suspensão, e
831 achar que o próprio conselho estadual faz o controle social deste programa é
832 brincar de casinha, nem nós do conselho estadual tem essa relação. O Estado
833 de Minas Gerais, coloca essa relação, onde ela se concentra mais, é no norte
834 do sul, qual é a região que está concentrando mais essa suspensão. Até para
835 poder entender mais esse dado. Esse que é o papel do controle social. **MARIA**

836 **PASCOA (COGEMAS)** –Ver o porte dos municípios dessas incidências, e para
837 o município que é pequeno, Roberta! A demanda do cadastro único, ela tem
838 sido muito grande, com esse negocio do minha casa minha vida, está grande
839 por conta do fortalecimento de vínculo, está grande pelo INSS da dona de
840 casa, porque fazemos e dá um problema grande. Não está funcionando. Eu
841 sou gestora do bolsa família do meu município e é complicado. Eu tenho na
842 minha cidade 66 famílias que não encontro eles de jeito nenhum e elas estão lá
843 o ministério. Ele falou pra mim que tem, da ultima vez que eu fui lá, eu chamei
844 a Simone e falei como é que vou resolver, nós vamos ter que ver como que é.
845 São dados que as pessoas informaram ao censo do IBGE e realmente as
846 famílias não existem. Igual ele falou, essas famílias que tem uma renda de 70
847 per capita, nós vamos ter que investigar ir na casa, é muito difícil isso, não
848 existe. **ROBERTA** - E ai Maria Paula, se você pegar o SUAS ele está
849 desenhado pelos seus atores, eu chamo atenção essa discussão deve ser
850 trabalhada no CONGEMAS, com a mesma intensidade que este conselho
851 trabalha e com a mesma intensidade também, porque é ali que está o
852 colegiado de gestores, porque a dor e a delicia de ser gestor municipal, só você
853 sabe eu sei que é ser estadual, qualquer um que me perguntar eu sei a dor e a
854 delicia de ser gestor estadual. Agora o que estou chamando a atenção é pra
855 isso. Inclusive da minha equipe, é trazer este dados pra cá mais qualitativo,
856 não me traga dados frios, porque se não a gente não consegue explicar do que
857 é que estamos falando, porque colocar dados sem fazer analise sem fazer
858 tratativa, mais ainda sem dizer dentro deste conselho a que pedaço desta
859 maça nos cabe. Isso precisa ficar claro aqui, dessa maça como um todo qual é
860 o pedaço nosso aqui e se nós conseguirmos compreender e sair uma
861 estratégia para trabalharmos no nosso papel de conselheiro e de controle
862 social, nesta perspectiva do programa bolsa família, e ai eu acredito que de
863 fato estamos fazendo o controle social, não podemos entender que só uma
864 apresentação do programa, ou só uma reunião do comitê que teve no
865 semestre, a de ser um contorno de alguma coisa, pelo contrário a sensação
866 que eu tenho é que estamos trabalhando por demanda, chega um lista
867 trabalha, chega outra trabalha, ninguém faz analise, pensa estrategicamente
868 entendeu Rodrigo, ai seu papel lá, no comitê é provocar isso, provocar isso no
869 comitê e se não resolver, trazer para cá, e dizer não está reunindo, as reuniões
870 não estão com produto, não estou conseguindo colocar do ponto de vista do
871 conselho, qual é o papel lá e vem de lá pra cá. OK, gente! **TEREZA** – Ok,
872 gente! Consolidado de meta de acompanhamento, total de 25, metas
873 cumpridas, 16, que corresponde a 64%, **TEREZA** – então é 4% e a meta não
874 cumprida, 1 que é 4% que é a respeito da central de vagas que está em
875 discussão. Seria isso. Então das 25 já cumpridas corresponde a 64%.
876 **ROBERTA** - Eu queria só deixar para a Edna, diretora do gestão do SUAS.
877 Edna o encaminhamento é o seguinte até 2014, é no primeiro trimestre de
878 janeiro, já ter um indicativo da preparação para a questão da avaliação geral do
879 pacto e nessa linha de percentual, por favor, porque pra nós é importante isso.

880 E a outra questão é o indicativo, qual o novo pacto, quais as novas metas, para
881 2014, acabou dezembro o que que vem, então no mínimo no final de dezembro
882 temos que apresentar um quadro desse e com perspectiva para um novo
883 pacto. Mais alguma coisa gente? Mais algum conselheiro quer fazer algum
884 encaminhamento com relação a pacto e bolsa família. **ROBSON** – fazendo um
885 apanhado do que foi apresentado ai, a gente tem muito que aprender,
886 caminhar na questão do bolsa família do país, que do começo até aqui tem
887 muita coisa que precisa ser avaliado, desde o IBGE no levantamento destes
888 dados, crianças de 12, 13, 14 anos, acabam respondendo estes dados. O
889 IBGE lança aquele município com um auto índice de pobreza e extrema
890 pobreza, a gente vai verificar na zona rural, e vai verificar que aqueles dados
891 não são compatíveis com a realidade do município. Então já começa com uma
892 desconfiguração dos dados do próprio IBGE que fornece dados que não são
893 compatíveis. Outra questão, que o Mauro colocou que é gerar todos os
894 programas sociais do governo. A pessoa comprovar uma renda per capita de
895 400 reais, passa dois três meses, está dentro do bolsa família. Isso não é uma
896 vez acontece frequentemente os gestores sabem disso. Eu sou gestor do bolsa
897 família eles tem que ir lá, fazer a visita domiciliar, falar com a pessoa que ela
898 não é assistida que a renda dela é 400 reais per capita, ela assina a guia de
899 cancelamento e quando envia para o MDS para o próprio bloqueio. Existem
900 muitas coisas para serem revistas e refeitas ai. **ROBERTA** – ai Robson, só
901 para a gente entender que do ponto de vista de dados oficiais, o IBGE, com
902 todas as criticas e ai seria muito importante localizar essas criticas, qualificar
903 porque de fato é um dado oficial. O Brasil inteiro, não tem como você não usar
904 este dado. Em todas as questões. E ai é importante lembrar para os
905 conselheiros a gente usa o Estatic e a Munic. A Munic., é um dado do IBGE,
906 que vem trazendo dados importantíssimos na área da assistência social, eu
907 quero fazer um encaminhamento que na próxima plenária vamos trazer dados
908 para poder, viu Edna para você encaminhar junto, trazer esta para essa
909 plenária, os dados da Munic., em relação à Minas Gerais, ele trás um painel,
910 um quadro da questão da gestão da Assistência Social, nós conseguimos
911 colocar e inserir a coleta de dados na área da assistência social, então ele traz
912 um retrato do controle da assistência social, então se vamos fazer um controle
913 da politica de assistência social, precisa compreender quem são estes
914 operadores da politica da assistência social e quem são estes operadores.
915 Principalmente dados do conselho municipal de assistência social, então este
916 conselho ter uma noção de como é que está o SUAS, no âmbito da gestão é na
917 politica de assistência pra nós é de suma importância. E a outra coisa é que ele
918 traz um dado também para o Estatic, que é dos Estados, ele traz também os
919 dados da gestão dos Estados, coletado pela gestão do IBGE, então vamos
920 trazer o que o IBGE coletou em relação a questão do Estado de MG. Eu queria
921 pedir a Tereza e a Edna, superintendente de monitoramento não está aqui, e
922 encaminhe isso e prepare junto com a superintendente de monitoramento, para
923 que os conselheiros possam ter um painel, nós tivemos a SIT no começo do

924 mês agora e eu trouxe um caderninho, com todas os dados de MG, não só do
925 Estado, mas também dos municípios. Tá bom! **SHIRLEY** – é uma sugestão no
926 caso, os conselheiros conhecem as ferramentas do IBGE como ela está
927 falando ali, com aquela capacitação da SEDESE que a gente teve acesso. Eu
928 acho que pra gente poder monitorar tem que pensar quais são essas
929 ferramentas. É uma forma que temos para poder comprar o que está sendo
930 representado aqui com dados oficiais, com o que a gente tem. Fica uma
931 sugestão. **ROBERTA** – as ferramentas eu acho que neste momento eu não
932 tenho como atender isso, Shirley. Porque as ferramentas é dada em um curso
933 de uma semana, isso vem do Capacita SUAS. O Capacita SUAS, neste
934 primeiro momento foi desenhado por gestor. Aquelas ferramentas das SARGE
935 que você teve acesso, aquilo ali é uma semana de curso, você teve uma
936 semana de curso. Então não tem como trazer aqui, uma semana de curso e em
937 uma hora mostrar isso. Agora mais que ferramentas, aqui os conselheiros
938 precisam conhecer os dados, porque a ferramenta sim, é pra estatístico, eu,
939 por exemplo, não quero conhecer ferramenta não. Quero conhecer dados de
940 MG, quero conhecer todos os dados que estão sendo coletados em assistência
941 social. Isso eu acho importante. Agora as ferramentas infelizmente não tem
942 como. Porque é uma semana de curso, porque você entra em sistema de
943 computador, entra em sistema de geoprocessamento, do CAD Único, é um
944 pouco mais especificado, então essas ferramentas não tenho como trazer não.
945 **SHIRLEY** – Roberta não pensei nesse grau de detalhamento, não! Até porque
946 não atende às nossas necessidades, de ter uma detalhamento como foi em
947 uma semana não. Eu imaginei que tivéssemos acesso ao ambiente virtual e
948 fosse visto, o que tem lá, principalmente os documentos que já estão pronto. O
949 Munic., saber pesquisar. **ROBERTA** – no site qualquer pessoa entra nisso ai.
950 Agora só não. No IBGE, se souber entrar qualquer pessoa entra, agora é
951 estatística que tem que saber entrar, não precisa da gente ter essa
952 preocupação de ensinar vocês não. Da SAGE se você jogar na internet, você
953 pode navegar no site do jeito que você quiser, você consegue fazer todos os
954 seus filtros. O que estou dizendo é que você teve um curso de fazer filtros,
955 dados. Agora exatamente. Do ponto de vista de ter acesso, a internet está ai.
956 Agora quem tiver acesso é só entrar na SAGE, /MDS, vocês vão ter opções de
957 dados. Agora veja bem! Micro dados do IBGE isso precisa saber fazer. A
958 pessoa tem um dado e não consegue compreender, o que estou me propondo
959 trazer os dados do IBGE do Estado de MG. E ai é por isso que estou falando
960 assim, é preciso compreender que dados a gente precisa trabalhar e ser
961 informado para exercer o controle porque micro dados além de ser cansativo,
962 essas ferramentas eu acho que ela é desnecessária, agora os dados, quantos
963 conselhos, por exemplo, quantos conselhos. A gente pegou poucos dados,
964 porque ela é enorme. Não tem um caderno assim. Da área da assistência, a
965 menina do IBGE apresentou alguns dados. a gente vai trazer alguns dados
966 importantes para o controle social. Agora não impede, cada Estado recebeu
967 isso ai. Agora não impede ter acesso a isso ai. A consulta é só falar com a

968 gente que a gente manifesta, se precisar de algum dado específico. Só pra ter
969 uma orientação de que dados são importante para exercer o controle social. O
970 que agora é diferente do curso que você participou. O Capacita-SUAS é um
971 curso para gestor, tem que entrar nos dados mesmo, precisa compreender. Os
972 dados do município e tudo. **SHIRLEY** – volto a afirmar que é só acessar,
973 principalmente a SAGE, porque ela é bem complexa. E ela tem uma parte que
974 aberta ao público, não precisa da senha do gestor, porque tem muitas
975 informações públicas. O próprio conselheiro pode olhar lá, saber quais são as
976 ferramentas, saber procurar informações, porque quanto mais chegar na fonte,
977 mais fácil monitorar o que está acontecendo. Não ter o trabalho de esperar que
978 alguém traga, e trazer ferramentas também. **ROBERTA** – só porque você falou
979 em ferramentas. Enfim é isso. Ela está sugerindo a conselheira Shirley, que
980 todos os conselheiros navegue no site da SAGE e conhecer o que tem lá. Mais
981 alguma coisa gente! **MAURO** – Roberta, eu só queria desculpe vou ter que me
982 afastar, porque era pra eu vir tomar posse, porque minha mãe está internada,
983 longe daqui 28km e a Maria tem vir também para que ela possa tomar posse
984 hoje, quero pedir desculpa. **ROBERTA** – muito obrigada, viu Mauro. Bom! O
985 Rodrigo vai passar para a gente, eu também estive lá no encontro nacional de
986 monitoramento e vigilância social socioassistencial. Eu só queria chamar a
987 atenção dos conselheiros que essa palavra foi usada duas vezes. Do ponto de
988 vista do controle social, a gente não monitora, nós temos que ter claro isso.
989 Conselheiro não faz monitoramento não! Só pra compreender do que estamos
990 falando. **RODRIGO** – vou falar e dar um informe sobre o 9º encontro de
991 nacional de monitoramento socioassistencial que ocorreu em Brasília, agora no
992 final do mês de julho, foi uma reunião dia 30, 31 e 1º de Agosto, com uma
993 programação de mesa de abertura com as autoridades e do SMS, nossa
994 secretária Denise Colin, também o secretário Paulo da SAGE, José Rodrigues
995 do COGEMAS, Oswaldo do CONCEIAS, e Edvaldo do CMAS, então além
996 dessas autoridades, aproximadamente 300 participantes entre técnicos e
997 gestores das secretarias estaduais, municipais e também representantes do
998 COR-GEMAS, respectivos estados, técnicos-gestores, também dos municípios
999 e das capitais, direções do COGEMAS, FUNCEAS, além de pesquisadores e
1000 professores convidados. Foi apresentado pra nós que estávamos no evento. A
1001 base de dados de 2013, voltando a falar que é um retrato do SUAS, e seu
1002 processo de monitoramento. Das informações deste censo, foram aferidas,
1003 como por exemplo, como anda a gestão estadual, o CRESS, o CREAS, do
1004 POP, acolhimento, gestão municipal, os conselhos, RH entre outros. Pra efeito
1005 de consultas, foi aquilo que foi falado agora pouco, as informações estão no
1006 site do MDS, quem puder ter acesso, já existe um blog do MAS e do MDS,
1007 também que identifica essas informações, dessas ferramentas. O ministério
1008 através da SAGE, ele apresentou algumas observações, pertinentes, sobre o
1009 que anda acontecendo no SUAS no país, e eu trago um exemplo que há uma
1010 certa dúvida com relação, há uma clareza na origem de certeza de 100% de
1011 todos os dados que foram informados por todos os Estados e Municípios, e

1012 Minas foi falado que Minas não tinha a Lei Estadual do SUAS. Nossa
1013 presidente Roberta, corrigiu na hora. Então é um evento que teve outro
1014 exemplo que é o Amapá, que informou 9 unidades administrativas, sendo que
1015 são 16 municípios, gerou um certo estranhamento nas pessoas que estão na
1016 plenária, dessa veracidade de informações, do próprio Ministério, pela SAGE,
1017 reforçou essa forma de verificar essas informações na ponta. Por onde, de que
1018 forma está sendo, como está sendo alimentado o sistema, quem está
1019 informando estes dados, para que o retrato do sistema único não fique, fora do
1020 que nós buscamos identificar, como muitas vezes de fortalecimento
1021 institucional. Foi falado que ano que vem finda o plano decidual e o governo já
1022 vem sinalizando algumas políticas transversais para crescer o decidual e
1023 falaram de gênero, racial e direitos humanos e em relação aos benefícios
1024 eventuais, insistiram que os Estados que ainda não tem devem regulamentar e
1025 deram exemplo e uma crítica às ONGS, existem ONGs que são criadas e
1026 operam benefícios eventuais, para Estados e fazem o que querem com estes
1027 benefícios, como por exemplo, alguém falou dos carros pipas do nordeste no
1028 semiárido. O benefício chega no carro pipa, não tem nada haver com a
1029 assistência e foi falado na oficina, dos 100%, 50% vai para o município e não
1030 se sabe se chega ao município. Isso foi bem reforçado que não é da
1031 assistência, que os Estados tem que ter um certo cuidado destas formas de
1032 convenio, dessas responsabilidades de política pública, também foi
1033 apresentados os desafios da vigilância sócioassistencial para o futuro, então,
1034 existe uma exigência um pedido que esteja uma aproximação maior do ser
1035 público no território e eles pediram para identificar as vulnerabilidades, riscos
1036 serviços, mobilidades riscos e benefícios, métodos de monitoramento,
1037 indicadores de resultados, intersetorialidade. É a proposta desses desafios é o
1038 adensamento de ofertas nos territórios, tentando identificar outras
1039 possibilidades de benefícios, projetos, programas e serviços. Também foi
1040 pedido nos painéis e oficinas, qualidade dos dados, o que está dando certo, o
1041 que não está dando certo e o que fazer, para todos nós atores, políticos.
1042 Entender quem somos no serviço público, a sociedade civil e essa forma de
1043 equalizar e balancear os conceitos, como estão acontecendo nos municípios.
1044 Conjunto de território e com foco no espaço comum de planejamento e estudos
1045 locais, ele faz referência à abordagem coletiva que remete a gente às clínicas
1046 que já vem sendo o valor desse governo, a família como núcleo. Tem uns
1047 dados que eu trouxe bem rápido, num país os fundos de assistência social, já
1048 tem um fundo aproximado de 50% com CNPJ, nesse universo, 65% dos
1049 ordenadores de despesas já são técnicos, secretários de assistência social. Em
1050 relação à capital intelectual que é o que a gente vem fazendo com os tele
1051 presenciais, foi dado um dado que os concursos público tem diminuído por
1052 vários fatores. Lei de responsabilidade, má formação técnicas, falta de perfil,
1053 etc. E fizeram um comparativo em uma das oficinas que os vínculos
1054 estatutários no nordeste são 20% e no sul são 50% os 50% no sul e os 80% no
1055 nordestes, são vínculos de todas as formas que vocês pensarem e inclusive

1056 aquelas que já tivemos no conselho de problema com profissional de nível
1057 superior. E em relação a co-financiamento Federal foi dado informações que
1058 um terço dos municípios não receberam este co-financiamento Federal.
1059 Segundo a SAGE nós temos no país, 25 universidades públicas e 11000
1060 unidades privadas da rede social e eles reforçaram que a região Sudeste, só a
1061 região tem 5500 ONGs operando em suas diversas formas, no sistema único
1062 de assistência social. Com essas informações eles apalparam para os Estados
1063 mais vulneráveis do nosso país que são hoje Piauí, Maranhão e Alagoas, no
1064 caso do Maranhão 705 dos municípios recebem algum tipo de benefício,
1065 programa, do sistema único de assistência social. Voltando naquilo que a
1066 Tereza acabou de apresentar aqui do programa bolsa família. A média
1067 nacional, da taxa de atualização cadastral do programa está sendo 68%, eles
1068 estão tendo essa média 68% em dois anos de atualização. Sendo que 22%
1069 está na zona rural e 46% na zona urbana e pra encerrar para nós conselheiros,
1070 foi também feito um dado estatísticos da qualidade dos conselheiros desde o
1071 nacional até os municípios, e hoje temos 50% dos conselheiros
1072 governamentais, com nível superior, e dos não governamentais com nível
1073 superior. Isso pode dizer muita coisa, como pode cair por terra, se a gente
1074 entender que vai trazer qualidade para a discussão da política. O que eu quero
1075 encerrar na plenária é que são dados da SAGE, são dados do conselheiro,
1076 nossos dados estão lá. E cada um tem uma possibilidade de ter acesso, ao que
1077 vier de informação, mas assim para o próximo encontro, certamente o
1078 monitoramento será excluído, deu muita divergência, monitoramento, vigilância,
1079 as pessoas queriam saber se um estava dentro do outro se complementavam.
1080 Segundo a SARGE será vigilância sócio assistencial, e também os professores
1081 universitários que estavam lá fazendo este capital social para o governo, este
1082 aprimoramento das nossas ferramentas das nossas políticas que é os
1083 profissionais recém-formados não estão tendo entendimento do que é o serviço
1084 social na ponta. E que o Ministério pretende fazer um encontro de serviços
1085 sociais em Brasília. Este convite deve chegar a este conselho e por fim eles
1086 ofertaram para nós os cadernos do Capacita, volume 1, 2, 3 e as orientações
1087 técnicas de vigilância sócio assistencial, é físico o arquivo digitalizado eu
1088 encaminhei para a secretária executiva, quem tiver interesse é bem favorável a
1089 leitura, porque tem uma leitura crítica até sobre o que a gente sabia do que
1090 está acontecendo agora e no futuro que praticamente vai parar e agora este
1091 retrato ele está aparecendo suas mazelas com suas facetas é isso que eu
1092 queria dizer para vocês, as informações já estão na secretaria executiva com
1093 os dados e quem tiver interesse em pesquisar de acordo com seu interesse e
1094 seguimento. É isso. **ROBERTA** – muito obrigada, conselheiro Rodrigo. Só
1095 lembrando que o conselheiro Rodrigo ficou três dias no encontro. Então de fato
1096 é um desafio, ficar três dias de encontro e passar em pouco minutos, como
1097 bem lembrando foi passado para todo mundo, acho que é importante quem
1098 quiser ter acesso ao material, ele está ai e é importante ler, eu estava lá no
1099 encontro também. E o maior desafio que nós percebemos lá, é que de fato

1100 discutir a vigilância social no SUAS, a informação é a base. Não se fala em
1101 vigilância social se não tiver a informação. Nós avançamos bastante quando
1102 alimentamos o sistema com a questão do censo. Na medida que a gente
1103 institucionalizou o censo anual isso foi um grande avanço para o SUAS, e por
1104 outro é preciso a gente compreender esse dados que estão sendo trazidos de
1105 censo. E todas as vezes que é colocado dessa forma mais consolidada tem
1106 algumas inquietações e aí é como o Rodrigo colocou a gente percebe que na
1107 ponta, na hora de responder o censo. O Censo é respondido todo período de
1108 outubro a gente percebe cada vez a gente percebe que as pessoas que estão
1109 informando as questões para o censo, de fato elas não espalham o que é
1110 realidade, por exemplo, aí tem algumas perguntas que a gente fez no debate,
1111 se tem haver com a pergunta que está sendo feito. As vezes a pergunta que
1112 está sendo feita, um pergunta A outro entende B. aí ele responde conforme a
1113 sua compreensão e na hora que você consolida o dado você tem uma
1114 divergência. Uma informação em relação a qualidade. No primeiro censo, a
1115 gente apanhou de mais, a gente fez um questionário e quando fomos apurar os
1116 primeiros resultados, e normalmente eles apresentam os resultados primeiro na
1117 CIT, ou então em nos dois fórum separados CONGEMAS E FUNCEAS, e
1118 como estamos operacionalizando o sistema tem determinados dados que você
1119 bate e fala está errado. Por exemplo, coletado do Censo SUAS, números de
1120 municípios Co-financiados, pelo Estado 849, este dado está errado. Há
1121 porque? Só em Minas Gerais eu co-financio, 853. Aí a Aline pediu o microfone
1122 que ela é do município, quero falar Roberta que está atrasado e etc. Perai a
1123 pergunta é co-financiado, tem outra pergunta está atrasado, porque a
1124 informação é isso, você tem que saber o que está perguntando para saber o
1125 que você tem de resposta. Então isso também é um grande desafio para nós
1126 da assistência, porque na hora que você consolida os dados e nós já temos
1127 dados da assistência de serviço de controle social, mas na hora que consolida
1128 isso, em determinadas perguntas que se faz, a gente está vendo um diferencial
1129 enorme da realidade, por um lado é desafiador, porque é de fato nós
1130 precisamos dessa base de dado, porque não se faz política pública sem
1131 informação e não se faz vigilância social sem informação, entendeu? Para a
1132 vigilância social a base é a informação, nós precisamos qualificar a informação
1133 sob pena de tomar a decisão errada. Análise equivocada, informação
1134 equivocada, vai nós levar para dados equivocados e entendendo que nós
1135 estamos implantando um sistema que tem vários atores das três esferas de
1136 governo. Que essa informação não tiver mais próxima à realidade e mais clara
1137 ela tem nos dificultado em alguns momentos nas nossas pactuações, porque
1138 ela já é um limite, porque na hora que você espelha informação se ela não tiver
1139 mais próxima da realidade ela gera conflito nas relações, a gente colocou muito
1140 a questão no encontro. A outra questão que eu levantei e é um desafio que não
1141 está sendo posto no sistema, a gente não está conseguindo trabalhar as
1142 informações coletadas no sistema único de assistência social e separar aquilo
1143 que é problema nosso estrutural do sistema e questão que são consequência

1144 do não estrutural. Por exemplo a gente fala em todas as informações debates,
1145 em todas as questões está sendo um problema sério de RH, a gente fala da
1146 questão de pregão, que os CRAS estão sucateados, serviços não estão sendo
1147 implantados, municípios reclamam que não dão contam de fazer a demanda de
1148 trabalho. Os profissionais não são suficientes, mas a gente não consegue tocar
1149 num assunto, estrutural que é apresentam se nós não buscarmos uma
1150 vinculação de receita para a assistência social não vamos conseguir operar o
1151 sistema. Porque a insegurança dos gestores é enorme. Principalmente gestor
1152 municipal, ele trabalha na perspectiva, de pedir transferência de renda,
1153 transferência de recurso, ela pode ser suspensa atrasada, e ele está com a
1154 porta de serviço aberta, está com o RH toda aberto. E ai tudo que a gente vai
1155 colocar de informação no sistema ela vai esbarar em questões estruturais do
1156 próprio sistema, e ainda não conseguimos discutir isso em encontros nacionais,
1157 não conseguimos separar aquilo que é estrutural. E ai eu não sei se a gente
1158 não está tendo tanta força com relação de força para isso, se é proposital, ou
1159 se de fato a gente vai continuar dessa forma, se não vamos passar anos,
1160 porque mesmo políticas públicas que tem sua questão de base mais
1161 estruturadas de saúde e educação, ainda enfretam problemas parecidos com
1162 os nossos, mas ele está no patamar de avaliação dessa política pública melhor,
1163 porque se discute mais qualidade, nós não estamos chegando nem isso no
1164 SUAS, não estamos discutindo qualidade não, as informações que a gente está
1165 operando no sistema ainda é muito quantitativas elas não são qualitativas, e
1166 nos temos sérios gargalos no sistema. Agora é preciso é entender
1167 compreender isso, claro que já tivemos uma avanço enorme, precisa ser dito.
1168 Se não fechamos a porta e vamos embora, onde estamos já tivemos saltos
1169 enormes, agora chega o momento que é preciso entender o que é estrutura,
1170 porque se não entender o que é estrutural e pensar estratégica e atacar o
1171 estrutural, estaremos sempre em periferia e brigando em periferia. Ai vamos
1172 sempre patinar, patinar escorrega e cai. Porque não é aquela logica de ser as
1173 causas, nós estamos trabalhando em cima dos efeitos. O sistema hoje não
1174 estou falando, avançou bastante, mas a gente está trabalhando em cima de
1175 efeitos. Não conseguimos trabalhar causas, do sistema. De tudo que foi
1176 colocado nos três dias de monitoramento, nos três dias de encontro nacional,
1177 uma das questões que eu pontuei é isso. A gente precisa discutir as causas
1178 dos nossos problemas, porque se não vamos passar anos nas conferências,
1179 mas nesses encontros discutindo os efeitos. E para isso nós estamos usando
1180 paliativos para cobrir os efeitos, a mesma coisa a dor de cabeça, sem saber
1181 qual é a origem da dor de cabeça, então vamos tomar neosaldina, a neosaldina
1182 não dá então vamos passar para outro remédio para a coisa, mas a gente não
1183 está exames mais aprofundados a consequência e efeito dessa dor de cabeça.
1184 Eu coloquei lá deixei, essa questão, porque isso tem inquietado, ao longo
1185 desses anos em trabalhar a questão do SUAS e precisamos chamar a atenção
1186 disso, pra saber quais são os efeitos nossos pra gente tentar as causas nossas
1187 para a gente tentar saber. Ok! **SHIRLEY** – Roberta que bom que você levantou

1188 este ponto, porque hoje mais tarde, nós fomos falar dos pontos de pauta das
1189 comissões e uma das coisas que discutimos ontem foi a importância de
1190 começar a planejar, a nossa estrutura tem uma dificuldade muito grande de
1191 lidar com planejamento, de diagnóstico, essas coisas. Do primeiro ponto de
1192 vista me parece chato, mas quando a gente viu uma demanda como vamos
1193 contornar as deliberações da conferência estadual, a única forma de você
1194 conseguir trabalhar com este número tão grande bem alto de informações é
1195 organizando, se você não pegar este universo, não estabelecer prioridades e
1196 organizar onde você vai fazer aquilo, é isso que eu acredito que está
1197 acontecendo neste nível de trabalho que você está vendo aí. Não está havendo
1198 nesse planejamento, então é uma sugestão que eu dou no nosso espaço do
1199 conselho estadual, é que nós mesmos poderíamos estar fazendo este exercício.
1200 Nós poderíamos estar estabelecendo este espaço para poder pensar essas
1201 demandas, para poder estabelecer essas prioridades, também como exercício,
1202 para que possamos pensar desta forma. E quem sabe ter alguma sugestão
1203 para o conselho nacional neste sentido. Uma outra consideração você chegou
1204 a colocar, é que fazendo parte deste programa estrutural que você citou
1205 também, inclusive corroborando o que a conselheira Lúcia citou aqui sobre a
1206 questão de definição do que é o sistema, da bolsa família, e o conselheiro falou
1207 rapidamente em respeito da problema técnico. E ainda por cima com a
1208 experiências recebidas dos estagiários do município, nós precisamos começar
1209 a pensar como vamos trabalhar isso dentro da universidade, porque o SUAS
1210 não existe lá ainda. Nós precisamos de mão de obra qualificada, que você não
1211 tenha que ensinar a todos que chegam no município a trabalhar. Então acho
1212 que tem estrutura a se pensar, porque precisamos dessa mão de obra pronta,
1213 não podemos trabalhar nela toda vez que ela chega e retrabalho e não há
1214 atraso para a construção do nosso sistema, obrigada. **ROBERTA** – só para
1215 poder se orientar um pouco melhor é o seguinte. O que estrategicamente nós
1216 temos alcance, dentro do curso de serviço social, inclusive nós temos um
1217 representante aqui e que ele talvez faça uma pauta com o próprio CRESS. Nós
1218 temos representante da psicologia, que são as duas áreas mais atuantes do
1219 sistema. Nós não temos o número certo, hoje já está inserido na grade do
1220 CRESS a grade do SUAS, isso já está dentro. **SHIRLEY** – pode até estar,
1221 dentro da psicologia não está. **ROBERTA** – é isso que eu iria falar, dentro da
1222 psicologia eu não sei se temos governabilidade para isso. Aí a estratégia é o
1223 contrário, porque não adianta pensar em estratégia se não tem
1224 governabilidade, porque por exemplo, nessa perspectiva existe uma posição do
1225 MEC, de todas as políticas públicas para que tenham na sua grade curricular,
1226 possibilidade de discutir o idoso, o deficiente, todo mundo tem esse ensino não
1227 é só não. E isso dificilmente nós vamos chegar nesse movimento. Agora o
1228 movimento que precisa ser feito é trazer a universidade pra dentro da operação
1229 do SUAS, esse movimento que temos que fazer, porquê a gente que está
1230 praticando do sistema da universidade de participar, e acho que avançamos
1231 bastante, e temos vários trabalhos concluídos pelo SUAS, monografias e isso

1232 que é importante, agora ainda sim também não podemos ter a decisão de
1233 achar que isso é suficiente está atuando na pratica. Estou falando como
1234 gestoras, porque recentemente entrevistei 15 assistentes sociais, para
1235 contratar uma e não consegui recém formadas. Nós estamos recebendo no
1236 nosso concurso, foi feito concurso público, 40 assistente sociais e 40
1237 psicólogos, ai gente! A dor e a delicia de coordenar pessoas, não é fácil. As
1238 pessoas acabam saindo da faculdade e não estão prontas não. É isso que
1239 estou falando. Não basta colocar na grade curricular, nós não temos, e onde
1240 tem que está tá! No serviço social, dentro de psicologia não vejo a mínima
1241 possibilidade disso. Agora o movimento que temos que melhorar é trazer a
1242 universidade para cá e irmos para a faculdade, agora dentro do CAPACITA
1243 SUAS fizemos uma aproximação enorme com a UFMG, porque quem ganhou
1244 foi a UFMG, então agora nós a SEDESE sempre na perspectiva da
1245 universidade, fizemos dois trabalhos com a PUC, onde tem serviço social, a
1246 UFMG não tem serviço social, mas tem uma atuação muito forte na área de
1247 serviços sócio assistencial, e isso ajuda bastante. Agora! Talvez aqui no
1248 conselho, que precisamos fazer o movimento. Os municípios maiores, tem
1249 esse envolvimento. E isso sim, poderíamos facultar é ajudar para essa
1250 operação do sistema. **LÚCIA** – eu só queria complementar que a gente não
1251 pode esquecer da politica de estágio, sobretudo os estágios obrigatórios. Então
1252 essa aproximação com as universidades. Nós qualificando e tendo uma boa
1253 interlocução com a equipe da universidade, seja de psicologia ou assistência
1254 social, ou até outras áreas que nos procuram. O gestor tem que se envolver e
1255 tem que qualificar a proposta que as vezes a universidade fez. A gente tem um
1256 pouco mais de trabalho e eu defendo muito isso. Se você não trabalhar o
1257 estagiário agora, ele vai concluir o curso, e hora que ele concluir vem trabalhar
1258 com você sem saber nada. Então vamos envolver na politica de estágio, seja o
1259 estágio remunerado, que vários municípios tem que não é o curricular, e
1260 sobretudo o curricular, e o que é que a universidade também está propondo
1261 para aquele aluno, que é uma bobagem. **ROBERTA** – você tocou num
1262 assunto, interessante, e a tendência da gente é colocar o estagiário para fazer
1263 o trivial e o operacional, as vezes até involuntário, quando você assunta. Nós
1264 trabalhamos com estagiário na área de serviço social e eu trabalho com
1265 estagiário do EPPPG, eu sinto até aflição quando eu vejo eles no trivial do
1266 trivial, nós é que temos responsabilidade sobre isso. A responsabilidade é do
1267 gestor mesmo. Que tipo de profissional ele está ajudando a formar, pra depois
1268 não reclamar que ai depois vem pra pratica a gente começar a reclamar, e vem
1269 com esse período que ele teve a oportunidade de está na pratica e vem fazer a
1270 ponte para a universidade, isso é muito importante o que a Lúcia falou
1271 agora. **SHIRLEY** – esqueci de perguntar você não acha impossível que tenha
1272 uma discussão da faculdade de psicologia se nós temos presença na equipe
1273 básica. **ROBERTA** – uma coisa é eles definirem que eles fazem parte da nossa
1274 politica pública, outra coisa é definir a perna para discutir isso na grade
1275 curricular dele. Não temos ingerência nenhuma, nem força para isso.

1276 **SHIRLEY**-Partindo daqui, não que tenha força para discutir lá. É isso que você
1277 quer dizer. **ROBERTA** – não temos força para isso. É como se tomássemos
1278 uma decisão que não é tomar um barco que não damos conta. A gente tem
1279 que inverter, vamos usar a estratégia para aquilo que é factível. Pra que vamos
1280 abrir uma discussão na faculdade de psicologia, para compreender, até porque
1281 Shirley, estatisticamente comprovado pelo Censo, que o maior numero de
1282 trabalhadores da região de trabalho pelo SUAS tem sido o da psicologia, não
1283 queria falar não, mas vou falar, não dei conta. Eles estão dando banho na
1284 gente. Que é da área da assistência social, pronto falei, falei no microfone.
1285 Estou falando para a gente não achar que é colocar numa grade curricular que
1286 vai resolver, pelo contrario, nós temos vários trabalhadores que não tem na sua
1287 grade curricular determinadas matérias que são mais pesadas da politica de
1288 assistência que dão banho, e temos esses protagonistas assistente social e
1289 psicólogo que estão deixando a desejar, talvez por uma formação superior, e
1290 temos que lidar com isso. Então ai ele dá com isso no gerenciamento, a Lúcia
1291 trouxe uma questão importante no período de estagiário e uma formação
1292 permanente com o SUAS. Isso não conseguimos implantar no SUAS, acho que
1293 isso é um enorme avanço, hoje tem o CAPACITA SUAS, em MG, temos o tele
1294 presencial, formação regional e nós do Estado ainda fomentamos a formação é
1295 muitas vezes com para trabalhadores do Estado pós graduação. E muitas
1296 vezes o município precisa buscar um pouco isso para a formação do
1297 trabalhador. Não adianta colocar nem em grade curricular que. **LÚCIA** – não
1298 vou conseguir ficar quieta, sou psicóloga de formação. **ROBERTA**- pronto falei.
1299 **LÚCIA** – eu acho que, acho não. Tenho navegado, as pessoas nunca falam
1300 que sou psicóloga, sempre falam que sou assistente social. Ninguém olha aqui,
1301 de alma sou. Mas o psicólogo ele é de alma, eu fui fazer psicologia porque eu
1302 trabalhava em BH na periferia, eu estava dentro da educação, e resolvi fazer
1303 psicologia, porque achei que fosse me ajudar a resolver problemas que eu não
1304 dava conta. Depois que eu formei fui para FEBEM e eu não dava conta, eu
1305 tinha como chefes pedagogas, claro que tive que entender como é que
1306 funcionava a questão da pedagogia, fui colega de Antônio Carlos, tive que
1307 estudar igual a uma louca de noite, para poder dá conta até da interlocução
1308 com o pessoal. Vive a politica de assistência em BH quando ela estava
1309 nascendo com todas as suas propostas, tive que entender, disso também tive
1310 que estudar. **LÚCIA** – eu acredito Roberta que maior do que você está
1311 apontando. Eu acredito que a construção do saber que hoje está posta dentro
1312 do SUAS, ela extrapola e muito o serviço social, a produção do serviço social
1313 que já aumentou muito. A Exposta fala muito disso e acho que ela tem muita
1314 razão, e tem um momento que eu fui designada para defender por exemplo, foi
1315 uma designação muito espinhosa, tinha que defender as medidas sócio
1316 educativas dentro do SUAS, foi uma briga no SIMAV no encontro nacional,
1317 depois foi uma briga dentro da assistência, dentro do MDS, ou seja estou
1318 querendo dizer que existe dentro das categorias algumas sugestões que nós
1319 vamos ter que superar gerencialmente com conhecimento, com produção de

1320 conhecimento e ai eu acredito que vai ser possível sim, uma construção dentro
1321 da psicologia, porque o psicólogo chega com determinadas capacidades para
1322 tratar com o cidadão com o usuário com as necessidades do nosso usuário,
1323 mas ele tem que entender do sistema , entender da logica do sistema, entender
1324 que essa politica ela tem limites, em relação à politica de saúde, então é um
1325 saber dentro da psicologia que está sendo criado. O psicólogo não vem para
1326 atuar no campo da assistência, enquanto a politica de assistência social, com
1327 os ferramentais adequados e prontos não vem, é um desafio para os dois
1328 lados, mas eu tenho visto das publicações do conselho federal de psicologia
1329 que está caminhando. Acredito que daqui um tempo isso vai se impor como
1330 necessidade e vai acabar caminhando. **ROBERTA** – eu estou dizendo do
1331 ponto de vista do que foi proposto pelo conselho. Só deixar claro que não estou
1332 desconhecendo o que você disse e que está invadindo o mercado é o
1333 psicólogo, que por necessidade a academia nesse mercado está pegando um
1334 nicho do mercado e a universidade vai trazer pra dentro, mas não na
1335 perspectiva do SUAS, mas por conta do mercado, o mercado está entrando,
1336 demandando, e ai o que ele faz, se adequa. Estuo dizendo é dentro do
1337 conselho, o encaminhamento é nós vamos encaminhar isso para a grade
1338 curricular nesse ponto. Não disse que desconheço essa construção de saber
1339 dentro da psicologia, absolutamente, alias não é só psicologia, todas as áreas,
1340 nós temos nosso amigo advogado aqui. Daqui a pouco ele vai dizer tenho que
1341 entender disso também. Então assim. Então está vendo! De fato talvez não é
1342 linha de colocar em todos as grades curricular de todos os atores que
1343 trabalham conosco principalmente e ai não podemos achar que é, temos até
1344 que separar, dentro do SUAS, você tem o clube da gestão, clube do controle
1345 social, de todas as áreas e que necessariamente está nessa construção do
1346 saber e ai você fala, que todo mundo que está no sistema tem que ter essa
1347 especificidade e a construção do sistema. Lembra que a gente colocou muito é
1348 principalmente na hora da operação do produto e do serviço. Agora o sistema
1349 ele é composto por outras instancias, inclusive do controle social e que para o
1350 controle social obviamente não há que se exigir especificidade, se não a gente
1351 quebra a questão da participação social e da representação. Nós vamos
1352 começar, ok, gente! **SHIRLEY** – na questão das prioridades, de discutir as
1353 estruturas, que você tinha citado, se existe essa possibilidade, o que vocês
1354 acham. **ROBERTA** – eu só teci um comentário do que foi a avaliação lá. Não
1355 sei o que você está pedindo para encaminhar aqui. Você está pedindo para
1356 discutir as prioridades do SUAS?**SHIRLEY** – sim, até como espaço de
1357 democracia, que a gente poderia começar a pensar quais são essas estruturas,
1358 entende-la melhor, ver o que poderíamos fazer do ponto de vista de
1359 prioridades, defender, por a mão na massa, porque as pessoas tem
1360 dificuldades de fazer. **ROBERTA** – de fato não estou entendendo para poder
1361 encaminhar. Nós acabamos de mostrar aqui o pacto com prioridades, este
1362 conselho tem um planejamento no inicio do ano, com as prioridades do que
1363 fazer, eu ainda não estou alcançando o que você quer fazer. **SHIRLEY** – seria

1364 mais a questão qualitativa que você disse e acabou de falar, qualitativo. Do
1365 ponto de vista qualitativo de como a política está sendo construída
1366 qualitativamente, essa estrutura que precisa ser discutida que você citou do
1367 contingente socioassistencial. Eu acredito que a gente pode visualizar isso do
1368 dentro do SUAS. O que está acontecendo e trazendo um desenvolvimento do
1369 nosso sistema único também. **ROBERTA** – ok! Como sugestão assim, acho
1370 que podemos encaminhar para a comissão de política, se a comissão de
1371 política consegue levantar pontos estruturais do SUAS que está tendo gargalo,
1372 se ela levantar este ponto discutimos aqui, pode ser assim. Pra comissão de
1373 política. Levantar os pontos estruturais do sistema, não é prioridade não, é
1374 pontos estruturais do sistema que nós entendemos que é gargalo. **SHIRLEY** –
1375 só como informação, já foi encaminhada isso que ele apresentou no relatório
1376 dele mais os volumes estão sendo encaminhados por e-mail a todos os
1377 conselheiros. **ROBERTA** – ok gente! Podemos só aquele ponto para sairmos
1378 para o almoço. Almoçar. Então o ultimo ponto só para encerrar para o almoço
1379 eu queria que a Consolação lesse e gostaria que vocês prestassem a atenção
1380 o Estado agora está trabalhando com todo o sistema integrado, compartilhando
1381 serviço na cidade administrativa, todos os serviços nossos operacionais, estão
1382 sendo compartilhado, uma coisas estão boas outras ruins, mas o sistema está
1383 implantado, pra isso estamos trazendo algumas informações para o
1384 conselheiro, que está afeto a nossa vida cotidiana do colegiado. Então gostaria
1385 que vocês estivessem ligados à isso. É o Estado inteiro está sendo coordenado
1386 e gerenciado pelo centro do serviço compartilhado, que tem haver com diária,
1387 com uma serie de serviços operacionais desse conselho para a funcionalidade
1388 dele, para isso é importante essas informações todo o esclarecimento possível
1389 para depois futuramente não termos problemas para inviabilizar a participação
1390 de ninguém. Por isso fiz questão que a Consolação fizesse por escrito e serem
1391 orientados por ela. Mas como ordenadora de despesa eu tenho várias
1392 consequências se isso não for cumprido. Não estou aqui porque recentemente
1393 eu foi proprietária de um apartamento, e eu estou sem nenhuma verba
1394 rescisória para poder pagar nada. Pronto falei! **CONSOLAÇÃO** – bom! vou
1395 começar desde o inicio, para o processo de diária é elaborado uma planilha
1396 com valores prevista para cada conselheiro, então tem um planilha de todo
1397 mundo. (Falas ao fundo) então ali a gente retira o que seria, faz o calculo dessa
1398 diária e manda esses valores para uma câmara técnica da secretaria de
1399 planejamento, depois dessa. **ROBERTA**- Veja bem! Tudo que a gente delibera
1400 aqui e que transfere e transforma com uma ação que vai para conselheiro. Se a
1401 gente deliberou aqui que alguém via para não sei o que. E chega no inicio do
1402 mês a Consolação faz um planejamento de tudo foi deliberado aqui, e manda
1403 uma copia do planejamento da SUBAS, manda para o SEPLAG, para uma
1404 comissão que chama JPOF. Aquela planilha se pode ou não pode, dentro do
1405 teto de orçamento de tudo que está previsto para este conselho e tudo.
1406 **CONSOLAÇÃO** – após essa aprovação, tem o cadastramento dos
1407 conselheiros, onde tem todos os dados, com CPF, com PIS, conta bancaria,

1408 todos os dados de conselheiros, agora tem por obrigação, já tínhamos isso e
1409 fazíamos manualmente, mas agora todos esses dados estão entrando nesse
1410 centro de serviços compartilhado que é o novo sistema. No primeiro momento
1411 entra com os dados do conselheiro. **ROBERTA** – então! Regra numero 1
1412 Regina você tem que ter uma ficha de cadastro para todos os conselheiros que
1413 entram preencher. Eu espero que todos os conselheiros novos que tomaram
1414 posse agora já preencham sua ficha de cadastro e passe para a Regina e
1415 qualquer ação que este conselheiro venha fazer ele já está coma ficha de
1416 cadastro, evite de fazer o cadastro quando tiver que fazer a ação dele. Ele já
1417 está tomando posse e o primeiro fluxo é que após tomar a posse ele tem todos
1418 esses dados necessários que vai para o sistema. **CONSOLAÇÃO** - Inclusive
1419 assim que sai a nomeação a gente já manda para o conselheiro e agente
1420 preenche. Em BH a gente encaminha a folha aqui e ele preenche. Então nós já
1421 temos todos estes dados. Só quem veio do interior que tivemos que pegar
1422 estes dados antes para fazer jus à diária de hoje. Os de BH ela está
1423 preenchendo. **ROBERTA** – e você demandou isso. Então assim vai demandar.
1424 Só para facilitar a praticidade da coisa. Então é pra todo mundo informar PIS.
1425 **CONSOLAÇÃO** - Então vamos falar da necessidade porque muita gente
1426 questiona, porque tenho que dá meu numero de PIS. Então é só para fazer
1427 este esclarecimento e estamos pedindo oi numero de quem está faltando,
1428 muitos já conseguimos e foi necessário ter principalmente os do interior. Com
1429 essa atualização e cadastramento feito, e no máximo 5 dias antes do evento,
1430 temos que fazer no sistema do portal CSC, temos que fazer a solicitação de
1431 diária e passagem, temos que preencher todos os dados, anexo do que tem do
1432 conselheiro, da planilha, a CI de convocação, uma serie de documentos nisso.
1433 É aberta uma ocorrência, inclusive no portal, quando a gente fala que o
1434 conselheiro vem em um dia e volta no outro, quem calcula a diária e a faixa que
1435 está no decreto e é o sistema que vai gerar isso tudo. E chama de ocorrência o
1436 protocolo pra gente. Saiu por exemplo a Regina fez a solicitação, essa é
1437 encaminhada por e-mail, vai pra mim tem que autorizar e depois vai para a
1438 ordenadora de despesa que é a aprovação final. Isso ai as vezes demanda um
1439 dois dias para isso ocorrer, só depois que tem o encaminhamento da
1440 ordenadora que vai para o pagamento final. Então a gente precisa de no
1441 mínimo 5 dias para que se há alguma incoerência de informação que tenhamos
1442 tempo hábil para também colocar isso. **ROBERTA** – Rodrigo viveu essa
1443 experiência no governo federal, o que acontece, o sistema calcula a diária e ele
1444 está, ele não calcula meia diária, ele só calcula diária inteira, ele não calcula
1445 meia, então se você tende a usar uma e meia, ele vai calcular duas, isso não
1446 tem nenhum transtorno ok, gente! Normalmente o que está ouvindo que ele
1447 está calculando pra cima e não para baixo. Então é na hora da prestação de
1448 contas que você devolve. Todo esse processo que ela está dizendo, a minha
1449 preocupação maior é na prestação de contas. Porque a partir de agora ele vai
1450 trancar, se você dever uma prestação de contas, você não vai mais para
1451 plenária, enquanto você não presta contas. Ano passado tivemos sérios

1452 problemas com prestação de contas, quer dizer eu cheguei, em janeiro e tinha
1453 um monte de processo assim. Temos que resolver, se não tivemos controle de
1454 conselheiro que não estava vindo, isso é responsabilidade nossa. Entendeu!
1455 Não é responsabilidade de mais ninguém, é nossa a responsabilidade. Agora o
1456 sistema vai fazer automático, então para vocês que veem do interior, a gente
1457 vai estabelecer algumas regras para não prejudicar vocês, porque não tem
1458 nada que a gente possa fazer que inviabilize, sair dessa questão, não veio não
1459 veio porque não prestou, inclusive vamos justificar a ausência porque não
1460 prestou contas. É coisa simples, porque se ele veio é só prestar contas, e só
1461 pegar este ritmo porque não tem como dá errado. **CONSOLAÇÃO** – quando o
1462 processo é ocorrido dentro deste prazo, todo mundo vai receber dentro deste
1463 prazo. Se ela não ocorrer tem que ser o ressarcimento. A pessoa vai vir sem a
1464 diária pra depois receber. **ROBERTA** – lembrando que ressarcimento.
1465 **CONSOLAÇÃO** – é o ultimo caso se der no sistema alguma, faltou alguma
1466 coisa. **ROBERTA** – o ressarcimento é compreendido, se dentro do período
1467 planejamento você começou com o processo ele paga o ressarcimento. Agora
1468 essa historia de falar que eu vou depois paga o ressarcimento não paga não.
1469 Porque o planejamento é pra isso. Agora você mandou pra cá, está dentro do
1470 processo e não deu tempo de resolver, mas está no sistema, na hora que você
1471 estiver voltando para casa ele está te pagando, isso pode acontecer. Agora não
1472 pense em viajar, sem este processo para depois receber, porque pode correr o
1473 risco de ficar sem receber. **CONSOLAÇÃO** - Agora duas informações
1474 importantes. Se a viagem ocorrer não sábado, no domingo para vir, ou mesmo
1475 a questão do retorno, temos que justificar e precisa de autorização do
1476 secretaria antecipadamente. Se viaja sábado, domingo e feriado. E a utilização
1477 de carro particular. Sem autorização. A utilização de carro particular não é
1478 permitida. Só com autorização do secretário. Se autorizado, a gente já tem por
1479 experiência a não autorização, porque isso gera uma responsabilidade a mais
1480 pra secretaria, se acontece um acidente alguma coisa, foi um parecer jurídico
1481 sobre isso. É a pessoa só receberia se fosse autorizado no dia que ela está
1482 participando e a hora que ela está aqui. Não conta a hora do retorno nada
1483 disso. Prestação de contas. Prazo 5 dias uteis subsequente ao retorno. Não é
1484 nem ao retorno. Terminou hoje eu tenho 5 dias para prestar contas, porque a
1485 pessoa via embora hoje e conforme a passagem. O que nós temos é
1486 aconselhar. Todo mundo compra a passagem de volta quando chega, e
1487 tiramos xerox disso para a adiantar a prestação de contas. E depois ela manda
1488 o original, já fica com a Regina a copia dessa passagem de volta. A de ida é
1489 entregue imediatamente também. Então que a gente possa fazer a prestação
1490 de contas. Uma prestação de contas atrasada, bloqueia o da próxima, não tem
1491 conversa, não tem como inserir a prestação de contas. É bem organizado
1492 nesse sentido para não prejudicar, depois o conselheiro fala que não recebeu.
1493 A gente vai tentar fazer o pedido pra ressarcimento que pode não dá certo.
1494 Porque o ressarcimento é quando a gente entra no período certo, porque não
1495 prestou contas da anterior, pode ser que não consiga nem ressarcimento da

1496 anterior. O conselheiro suplente do interior, ele só vem na ausência do titular
1497 com convocação específica. Inclusive estou colocando isso nas CIS, nos meios
1498 de convocação para não ter erro. Não tem como pagar a diária do suplente
1499 coma presença do titular aqui. Não tem como. No caso de tomar posse é
1500 exceção por isso que nós conseguimos isso. A Regina sempre encaminha e-
1501 mail antes da convocação ela tenta otimizar isso, vai adiantando tudo que
1502 estamos fazendo para que não tenham problema. Estamos tentando fazer
1503 internamente o melhor possível para que não haja problema em relação a isso.
1504 E se puderem responder os e-mails dela seria bom. Manda lá todo mundo já
1505 tem o calendário anula e fala assim eu já estou com a intenção pela MG, e na
1506 convocação responder também, tem pessoas que não confirmam presença em
1507 reunião e a gente pede a confirmação. Quando a gente tem representação de
1508 conselheiros o Volney foi representando o Ronaldo, o Ronaldo que saiu daqui
1509 deliberado falando que seria o representante das reuniões de união de
1510 conselhos de Montes claros e de Salinas, ai não foi nem na ultima hora, o
1511 Ronaldo iria viajar na segunda inicio da semana, ele avisou, só que a
1512 autorização da câmara estava no nome do Ronaldo. Nós tivemos muito
1513 trabalho e foi avisado que quando trocar, nós vamos ter que ter uma nova
1514 autorização da câmara, com um novo nome. Então a representação que sai
1515 daqui e vai para a câmara e de ultima hora não vai conseguir substituir
1516 conselheiro, então vamos ter que trabalhar isso também. Porque inclusive o
1517 Volney viajou sem a diária com o compromisso do sistema das pessoas que
1518 trabalham lá de pagar este ressarcimento, mas é porque esta tudo no inicio,
1519 porque estão avisando, não pode, mas já comunicaram a gente, que é não tem
1520 como sem outra autorização da câmara para aquela viagem. E ai é sempre
1521 lembrando que os documentos sempre tem que deixar com a gente passagem
1522 de rodoviária e se for alguma viagem aérea mesmo que igual está acontecendo
1523 com o Rodrigo, ele recebeu a diária e a passagem pelo conselho nacional, mas
1524 a passagem ele fez pelo CEAS, para prestar contas do PAX eu preciso da
1525 passagem aérea, não adianta falar que eu já entreguei lá, preciso dessa copia
1526 se não, não tem como fazer a prestação de contas. É quando é carro oficial, a
1527 declaração do carro oficial, recibos de taxi que usar, as notas fiscais de hotel
1528 ajuda para garantir uma diária inteira, se a pessoa chegou 10hs da noite e vai
1529 sair no outro dia a tarde, que não completou 24hs com o hotel ela consegue
1530 completar. **ROBERTA** – não é que ajuda não é obrigatório. Se você vai para
1531 Brasília hoje e volta amanhã então você tem que trazer a coisa do hotel, se
1532 você ficar lá três dias não precisa. Mas onde vai completar 24hs não ajuda não
1533 é obrigatório, caso contrario você não recebe a diária inteira. **CONSOLAÇÃO** –
1534 e o comprovante de evento e capacitação, trazer o comprovante da
1535 capacitação. São as orientações que passaram para a gente. Nenhum
1536 documento não pode ser rasurado. E lembrar que documento de taxi e
1537 passagem de ônibus que chega as vezes peguei no meio da estrada, a pessoa
1538 rasura, não pode ele tem que te dar um bilhete sem rasura. Porque não vai
1539 aceitar. **ROBERTA** – agora também não vamos exacerbar não, pelo amor de

1540 Deus, procurar é isso. Se o cara tem uma caligrafia que Deus nos acuda, e ele
1541 rasurar, é questão de bom senso. Nós temos separar o seguinte, uma coisa é o
1542 que o sistema está pedindo dentro do sistema operacional, a outra é não
1543 exagerar para partir do principio da desconfiança. Estou colocando isso que é
1544 muito comum, começa a exacerbar na burocracia porque estou desconfiando, a
1545 entendeu. É só ter um pouco de bom senso, não queremos também jogar na
1546 conta do CES o excesso de burocracia para atormentar os conselheiros. Por
1547 exemplo, essa questão de representação, foi lá, nós não do ponto de vigilância
1548 deram certificado. Se foi num encontro que não deram certificado. Ou é ou não
1549 é, se também tiver que justificar, alguém está pensando nisso para. Porque a
1550 própria motivação, veja bem, vamos pela logica aqui, pra não irmos. Por isso
1551 que eu falo. **CONSOLAÇÃO** – este documento foi passado da pra justificar.
1552 **ROBERTA** - veja bem a Consolação tem aqui o principio da razoabilidade, o
1553 que estou colocando o principio da razoabilidade é isso Doutor que a gente
1554 usa. Razoabilidade, é ou não é por exemplo, você abre um processo, com um
1555 oficio do MDS, é falando que vai ter um encontro nacional. E que está tendo
1556 abertura para um conselheiro ir. Como no caso o Rodrigo. Ele pede a
1557 passagem falando que ele foi e voltou, traz os comprovantes de taxi, se eles
1558 não derem certificado isso que é a motivação que provocou a saída dele. Isso
1559 que eu estou falando tem que tomar cuidado para não exagerar, daqui a pouco
1560 fica atormentando a gente até com xerox, retrato de que você esteve presente.
1561 Tem que ter bom senso. Traz uma fotografia que você estava lá. Já tem o
1562 comprovante de viagem que eu fui e voltei. O de taxi, tem um oficio institucional
1563 que provocou minha saída, agora tem que ter a declaração do neguinho que eu
1564 tive lá. Não estou no exercício de conselheiro não. Se ele tiver que ficar
1565 apresentando isso, eu apresento porque eu tenho que apresentar. Quando eles
1566 falam de apresentar hotel de um dia para o outro. Eu dormi no alento, eu fui
1567 para Brasília e dormir no planalto e fiquei deitada lá vendo a lua. Isso é só para
1568 chamar a atenção para não ficar exagerando, tem um fluxo que vamos cumprir
1569 e tem que cumprir porque tem que está posto. Mas não inventem mais, porque
1570 se não vai atormentar nossas vidas. Entendeu? Ok! Só tem mais duas
1571 coisinhas que 12:30 a gente almoça gostoso. Correspondência do CMAS de
1572 Badaró, que eu gostaria que a Consolação lesse pra gente! Cadê ela?
1573 **CONSOLAÇÃO** – foi encaminhado à presidente do conselho. Prezada
1574 senhora, o conselho municipal de assistência social de Francisco Badaró, vem
1575 por meio destes, considerando o que preconiza a LOAS e a NOB SUAS, as
1576 ações, serviços, programas, projetos e benefícios, devem ser financiados com
1577 recursos das três esferas de governo, considerando que o recursos do co-
1578 financiamento estadual não é suficiente para cobertura total dos gastos de
1579 manutenção dos equipamentos públicos, e oferta de serviços, faz-se
1580 necessário e de extrema importância que os recursos transferidos do Estado
1581 por meio do piso mineiro sejam igual aos do recursos do governo federal. Que
1582 detém a medida da transferência automática e regular do fundo de assistência
1583 social, CEAS, para que sejam tomadas as devidas providencias as parcelas,

1584 desculpa. Pendentes do piso mineiro, referente ao exercício de 2014, afim de
1585 que os usuários não sejam penalizados pelo não acesso aos bens e aquisições
1586 que são de direito. Rogério O. Souza, presidente do conselho municipal.
1587 **ROBERTA** – algum comentário. Não! **SHIRLEY** – estritamente pertinente a
1588 colocação dele, porque essa discussão está sendo levantada em várias
1589 esferas, até porque ele foi mandado um e-mail falando a respeito disso. Mas e
1590 os municípios estão sendo penalizados, porque se automatizar resolve o
1591 problema. **HERMELLIS** -Eu queria pedir e esclarecer melhor, que foi colocado
1592 essa transferência colocada como ocorre no MDS, eu acho que já foi explicado
1593 em outras oportunidades, a forma que está estrutura o piso mineiro. Não tem
1594 como fazer esse repasse automático, como acontece no MDS, me corrige se
1595 eu estiver errado. **MILA** – o que estávamos explicando ou dia que entramos no
1596 piso de novo, o procedimento para poder fazer aprovação do piso, das parcelas
1597 do piso. A SEDESE nos solicita a SEPLAG autorizada, e faz a aprovação
1598 entendeu? O repasse do governo federal não acontece automaticamente pelo
1599 sistema não. É acontece o mesmo procedimento, só que não tem a
1600 solicitação, eles repassam automaticamente. E não acontece por um sistema.
1601 O que estávamos explicando é só o procedimento, a questão de ser regular ou
1602 automática, ela não ter paralização. **HERMELLIS** - no sentido que ele coloca
1603 para automático o MDS, não precisa aprovar o sistema para ele transferir, a
1604 gente veio aprovar o plano depois e não antes. **MILA** – não sei como funciona o
1605 MDS.**HERMELLIS**- Aqui no Estado de MG, tem que aprovar o plano de
1606 serviço. **MILA** – precisa do plano de serviço, de autorização da SEDESE,
1607 precisa da SEPLAG, e depois liberação da cota. **HERMELLIS** – E no MDS é
1608 aprovar o plano no meio do ano. Os gestores estão presentes e podem
1609 confirmar isso. Em fevereiro e janeiro, mas não precisou de ter esse
1610 procedimento como no Estado, acho que os municípios às vezes confundem
1611 em razão disso, dessa transferência automática. **ROBERTA** – é tem uma
1612 questão que está posta ai, é a questão de decisão de gestor, é uma questão de
1613 gestor, regular e automática, vou chamar bem a atenção para o que eu vou
1614 falar aqui. É o governo federal, os secretários nacionais de assistência social,
1615 inclusive a Ana Lígia, vários pagam multa em relação a isso, tá? É uma decisão
1616 que o gestor toma. Quando você vai repassando, porque o plano de ação, é
1617 uma pactuação, porque isso Shirley, quando eu falo que é estrutural, quando
1618 eu falo que é vinculado. Você fala que 5% vai para a assistência, isso vai
1619 automático. Quando eu faço transferência eu tenho que ficar pactuando com o
1620 governo federal. E pactuo através do plano de ação. Você fala assim vou fazer
1621 isso e isso, e vou fazer esse e esse. Você tem que assinar alguma coisa,
1622 porque ele não é como esse 5% que é automático não. Esses 5% você tem
1623 que falar com o que vai gastar ele. Ai todo o repasse seja do governo federal,
1624 ou do Estado para o município ou do Estado para o município, você assina
1625 alguma coisa. Você assina um termo de adesão, qualquer coisa você tem que
1626 assinar, assina o gestor responsável, aquele dinheiro para o que é. A Ana
1627 Ligia, foi uma das secretárias estaduais, que mais pagou multa, que quando o

1628 TCU vai na ponta, ela está passando recursos e não sabe se o serviço está
1629 aberto. O plano de ação é para acobertar o serviço sócio assistencial, a
1630 responsabilidade é do ordenador de despesa que repassou. E essa decisão no
1631 Estado nós não tomamos de regular e automático. Quando a gente criou a
1632 sistemática do fundo no SIGCON, que é o sistema nosso que repassa o
1633 recursos, que agora está dentro do CIAF, e o CIAF conversa com o SIGCON, o
1634 que tivemos que garantir ao TCE e a Controladoria do Estado é que teria que
1635 ter uma condicionalidade para explicar para que eu estou passando aquilo ali.
1636 Não tem nada que me acoberta mesmo a lei do SUAS, que fala que é regular e
1637 automático, você tem que regular aquele artigo da lei. Eu automaticamente vou
1638 passar 10mil para você, beleza ponho lá na sua conta. Mas eu não tenho nada
1639 que você assine como gestor que vai dizer o que você vai fazer. Nós
1640 recebemos do governo federal o CAPACITA SUAS, mas nós temos um
1641 documento descrito lá, quantas metas vou ter que cumprir com o Capacita-
1642 SUAS, por mais que eu fale em regular e automático, nós temos que
1643 compreender os limites desse repasse, porque quem está com isso é o
1644 ordenador de despesa, porque quando tiver com o tribunal de contas lá, não
1645 querem saber se o conselho deliberou se a CIB deliberou, se a SIT deliberou,
1646 quem canetou lá que é responsável por este repasse se o serviço estava
1647 fechado. Entendeu! É ai que você tem suas responsabilidades, eu estou
1648 falando é disso. Não estou falando que a minha discussão é regular e
1649 automática, quando ele fala de plano de ação e serviço. Porque que a gente
1650 assegura o plano de serviço e depois começa a pagar. E porque o governo
1651 federal, paga e depois ele assina plano de ação. **LÚCIA** – Roberta só
1652 aproveitando que foi lida a carta, os gestores embora sua explicação seja
1653 pertinente, está realmente angustiando os gestores é o repasse do recurso, eu
1654 perguntaria para a Mila, talvez, a informação que é a gestora especifica qual é
1655 a perspectiva. Você tem mais do que você. Qual que é a perspectiva. A gente
1656 pode até partir do conselho e sinalizar isso para os demais conselhos, porque
1657 realmente a gente tem recebido é algumas pressões sabe! Do que está sendo
1658 feito para regularização do repasse pelo conselho. **ROBERTA** – quando eu
1659 falei que tenho mais que a Mila, porque assim é do ponto de vista da gestão
1660 essa informação é do governo. Essa é uma decisão do governo. Hoje a tarde
1661 temos uma reunião com o Eduardo Godoy que é da fazendo e estamos
1662 fazendo todo uma ingerência, a própria SEPLAG, está fazendo uma ingerência,
1663 o governador entrou nessa ingerência para fazermos um esforço e
1664 começarmos a pagar o piso. Porque de fato não tem ninguém no governo que
1665 não está sensibilizado com isso. O que nós temos todo este processo que nós
1666 colocamos inclusive o processo de diária que mandamos para a JPEF que é
1667 uma ajuda, que chama de JPEF, uma junta que foi criada no governo para
1668 ajustar as contas do governo e prioridades para pagamentos das contas, isso
1669 não é só no governo de estado, o governo federal faz isso, os governos
1670 estaduais, até porque estamos no último ano de gestão. Então este aperto da
1671 receita fiscal, isso ai nós vamos ter que entendeu, se vocês falar assim

1672 Roberta, o piso está atrasado. Então estou colocando para vocês uma situação
1673 e nós vamos ter uma resposta porque estamos fazendo toda uma ingerência
1674 no sentido de que tem vários municípios que estão com saldo assustador, por
1675 exemplo e ai quando vocês falam de regular e automático, não é bem regular,
1676 tivemos que fazer uma portaria na CIT agora que o governo federal começou a
1677 bloquear recurso, por causa de saldos na conta. O que estamos fazendo, uma
1678 varredura em todas as contas municipais. Pra ver de fato o saldo nos fundos
1679 das contas municipais, porque ai, isso tem tido um problema para nós, porque
1680 quando vamos discutir com a fazenda, ela tem essas contas, ela fala assim
1681 Roberta, está difícil passar dinheiro para vocês, porque se é para acumular
1682 financeiro, vamos acumular na conta do Estado, porque os municípios estão
1683 com o saldo em conta. Ai pra desmistificar isso, estamos no mês de julho,
1684 fazendo uma varredura imensa nas contas. Então se Deus quiser nós vamos
1685 começar a processar os pagamentos. Mas para isso nós tivemos que fazer a
1686 varredura, até para termos argumento. Porque a mim é cobrado o pagamento
1687 do piso. Paralelo a isso ao mesmo tempo nas discussões com os municípios a
1688 gente sabe que tem saldo em conta. Entendeu? E ai tem que fazer este
1689 balanço ai. De fato nós tivemos que parar para fazer este balanço uma serie de
1690 coisas, com certeza em setembro, mais tarde outubro, a gente começa a fazer
1691 pagamento do piso. Mas assim vou dizer para vocês nós temos tido muita
1692 pressão, mas ela não é um terço do que deveria ser com 853 municípios se
1693 não tivesse saldo em conta. Prova disso que o próprio governo federal está
1694 suspendendo. Nós pedimos a lista para ver os municípios, especificamente do
1695 governo do Estado para saber quais municípios estão bloqueados agora. Vai
1696 começar a bloquear os de pequeno porte. Agora bem o regular e automático do
1697 governo federal como falam não. Eu apanho muito em muitos lugares, regular e
1698 automático é o que vale ali, está lá na portaria, porque o tribunal de contas está
1699 descendo e vendo serviço fechado e saldo em conta. Então tem que aceitar,
1700 isso é um problema estrutural e vamos ter que aceitar isso. O que tenho para
1701 dizer a vocês em relação ao piso é isso, se Deus quiser mês que vem a gente
1702 pode está numa situação mais confortável para darmos resposta mais clara
1703 para vocês, mas nós paramos estes dois últimos meses, para a não ser outra
1704 coisa de cruzar conta de município. Ok!**SHIRLEY** – só para esclarecer no caso
1705 da união o que ampara a união? Se ela libera o recurso como você disse ela
1706 cobra depois ela se ampara exclusivamente na portaria. **ROBERTA** – ela se
1707 ampara na vontade politica e nesse risco, foi o que eu te disse. A Ana Ligia que
1708 era a secretária o ano todo, ela pagou multa lá, não sei se a Denise está
1709 pagando, ela acredita muito nesse movimento e não foi por nada que soltou
1710 essa portaria bloqueando não. É porque começou a CGU-DC a ver que tem
1711 saldo em conta e serviço fechado. Ai o TCU inclusive aplicou inconformidade
1712 nas prestações de contas do MDS, e ai teve que fazer uma portaria, nem foi
1713 pactuada na SID, já veio com uma decisão e o que conseguimos segurar
1714 primeiro foi bloquear os dos municípios maiores, agora vai ser dos municípios
1715 menores. Entendeu! Então assim de fato é possível a gente compreender e pra

1716 isso o COGEMAS tem que fazer um movimento muito grande dos gestores
1717 municipais e gastar o dinheiro que tem lá e tentar uma coisa, porque tanto o
1718 governo do Estado e o governo federal, nós estamos fazendo varredura nas
1719 contas. **SHIRLEY** – queria que tivesse mais de doze meses em conta.
1720 **ROBERTA** – foi uma decisão que ele fez, nós aqui não tomamos, não
1721 esperamos 12 meses, vocês tem que convir comigo, pra quem está na política
1722 pública de assistência, é muito difícil você discutir com a fazenda e o
1723 planejamento, você falar que tem doze parcelas na conta, você está precisando
1724 implantar serviço, fala que o dinheiro é pouco, o piso é pouco o valor é pouco,
1725 e a gente atrasa e você ainda tem doze parcelas na conta. **SHIRLEY**– Agora
1726 tem muitos municípios do Estado de MG, que não tem nenhum tostão. A gente
1727 faz o plano de serviço, para ajudar pagar benefícios eventuais, pagar. (Falas ao
1728 fundo) **ROBERTA** – de fato o que vamos separar mais é o joio do trigo,
1729 entendeu? Porque como tem muitos que não tem nada, tem muitos que não
1730 tem. O que vamos fazer agora é separar o joio do trigo, porque eu não posso
1731 considerar quem está implantando serviço, igual você falou, como é que o
1732 município que fala que está pagando o benefício eventual e está com saldo em
1733 conta. Ou ele está pagando com dinheiro próprio que eu acredito que esteja,
1734 que eu acredito que ele esteja pagando, esses anos meu de vida publica,
1735 nunca vi falar que ouvi falar que urubu comeu pobre, de certa forma enterra.
1736 Agora ele deve está dando benefício com o dinheiro dele, ou dando benefício
1737 de outra forma, mesmo com dinheiro público de alguma forma com dinheiro de
1738 direito. Então acho que essa discussão para nós do piso ela é interessante
1739 quando a gente abrange isso aí. Agora pode ter certeza que o esforço que
1740 estamos fazendo por isso que eu falei para falar em vez da Miriam é no sentido
1741 de separar o joio do trigo, no sentido de fazer esforços com dois colegas de
1742 trabalho forte, que é da fazenda e da SEPLAG, nós vamos fazer esforços, uma
1743 vez que limpado essa área, nós começamos a fazer os pagamentos.
1744 Principalmente e a determinação é que se pague quem está com o saldo
1745 zerado. **SHIRLEY** – só para eu cerca essa questão. Então estou entendendo
1746 que a questão não seria automatizar ou não. Por conta das inferências das
1747 consequências que tem. Como seria então ser cercada essas questões dos
1748 atrasos para que não acontecesse mais. **ROBERTA** – fica aí a sugestão de
1749 fato para vocês darem sugestão, a sugestão não é minha. **HERMELLIS**-Na
1750 última plenária não sei se você estava presente, temo o Júlio pode lembrar
1751 aquela discussão de pagar os primeiros que foram. **JULIO**- foi na plenária de
1752 julho que foi deliberado é Anderson, agora foi deliberado para encaminhar a
1753 relação dos municípios que foram pagos. Estão com pendências no piso
1754 mineiro. Foi até no dia 10 de julho que foi encaminhado o ofício à SEDESE, e
1755 não tivemos retorno disso. Até mesmo porque foi o mês passado. Mas ficou
1756 deliberado a relação para enviar a SEDESE enviar a relação dos municípios
1757 que estão com o piso mineiro correto e aqueles que estão com pendência.
1758 **ROBERTA** – é na verdade o ofício que recebe, não foi nessa linha não. O ofício
1759 que recebi foi para trazer informações do piso mensal. Uma coisa é informação

1760 do piso mensal, e outra coisa que vou colocar claro aqui para os conselheiros,
1761 que eu não tenho como prestar contas mensalmente, não tenho como do ponto
1762 de vista da logística uma vez que a lei me garante o direito de prestar contas
1763 trimestralmente. Agora trazer informações do piso mensalmente, até porque já
1764 trouxemos aqui, e estou cumprindo um ofício. Eu não tenho que responder,
1765 porque estou trazendo. Estou dizendo não pagamos ninguém ai, porque
1766 acabamos de dizer o que estamos fazendo. O ofício que recebi é trazer o piso.
1767 Agora no estagio do que pagou e não pagou, acho um pouco temeroso
1768 trabalhar com isso, porque o processo de pagamento é dinâmico, eu posso
1769 chegar aqui com uma listagem no dia da plenária e passou dois dias essa
1770 listagem está diferenciada. Acho que o movimento que temos que fazer é
1771 trabalhar a possibilidade de não haver atraso e quando houver informar porque
1772 está tendo atraso. E nesse aspecto na prestação de contas eu sempre trago
1773 com a maior clareza. O que pagou e não pagou e porque não pagou e
1774 trimestralmente estamos trazendo essa informação. Essa informação está
1775 sendo emitida e agora dos momentos que pagamos e quem deixou de pagar e
1776 plano de serviço, a gente sempre trouxe a informação que tá devendo quem
1777 preencheu e é preciso entender que tipo mais de informações vocês querem,
1778 porque listagem de quem pagou de quem não pagou eu teria que ter uma corte
1779 na data no mês de pagamento. E eu não tenho este corte, eu vou processando
1780 este pagamento. São 853, fora os outros serviços gente! Eu não pago só piso.
1781 Uma coisa é você falar assim, pagamento do servidor do Estado eu só faço até
1782 dia 20. Vamos supor até o dia 10, então depois do dia 10 eu tenho uma
1783 listagem de pagamento. Agora não tenho isso, porque processo pagamento
1784 semanalmente. Então assim meu indicativo é que a gente traga as informações
1785 e na SIB e no conselho e tenho mandado para cá todas as pendências que os
1786 municípios tem. Pendências que às vezes leva a suspensão de recursos.
1787 Agora acho que precisa se ater a isso. Ficar trazendo listagem pontual, isso
1788 foge um pouco da minha condição de ficar trazendo aqui. Acho que é uma
1789 informação que você vai trabalhar com ela. Hoje tem essa listagem e daqui a
1790 dois dias essa listagem vai mudar é dinâmica. Ai vou ficar mandando listagem.
1791 Pagou mais 10, mais 50, são 853 municípios. **JÚLIO** - Essa foi uma decisão do
1792 conselho da plenária de julho, ficou deliberado e a Isabela concordou que seria
1793 possível trazer mensal, referente ao mês anterior, foi deliberado aqui por isso.
1794 **ROBERTA** – é o que eu acabei de entender, ficou deliberado que vai trazer
1795 informação do piso, não é isso? Quando a Consolação me trouxe esse ofício,
1796 eu falei você leva para a plenária que eu não tenho que informar do piso? OK!
1797 Só um ultimo aviso. O CNAS vai fazer a reunião regional do CEAS, é que do
1798 CEAS, CONCEAS, na região Sudeste dia 17 e 18 de setembro, a gente não vai
1799 deliberar nada em cima disso ainda, porque eles não mandaram programação
1800 é só um primeiro aviso, assim que mandarem a programação, normalmente
1801 eles custeiam para o presidente ou vice presidente participar, é e se estender a
1802 mais alguém se não der tempo para a plenária, se não der na mesa diretora a
1803 gente trabalha essa discussão e socializa essa plenária 17 e 18 de setembro.

1804 Podemos almoçar então. ROBERTA – É comissão de política que vai
1805 apresentar, política normas e o que Consolação? Orçamento e apoio não é
1806 isso? E normas também, ok! Quem vai apresentar? Então muda gente! Então
1807 põe a normal, raciocina gente! Política não está aqui, então vamos trocar o
1808 painel? (Falas ao fundo).**RODRIGO** – comissão de normas, primeiro ponto, o
1809 tema é a lei 13019 de 31/07/14, é marco regulatório do terceiro setor,
1810 estabelece os regimes jurídicos das parcerias voluntárias envolvendo, ou não
1811 transferências de recursos financeiros, entre as organizações públicas e as
1812 organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, da
1813 concepção de finalidade de interesse público, define a política de fomento e
1814 colaboração, de organizações da sociedade civil, institui o termo de
1815 colaboração e fomento, e altera as leis 8429 de 04/07/1992, Lei 9790 de
1816 22/03/1999, é o resumo a gente define novas regras para as parcerias do
1817 Estado e as organizações da sociedade civil, institui o termo de cooperação e
1818 fomento, chamamento público como fórum, determina 3 anos de experiência e
1819 das entidades, ficha limpa tanto para as organizações e seus dirigentes, órgãos
1820 públicos devem planejar a realização das parcerias, sistema de prestação de
1821 contas operacionalizado por volume de recursos, permite o aperfeiçoamento de
1822 monitoramento dos projetos, e por fim para fins das leis, considera os
1823 conselhos de políticas públicas como instância consultiva. A data de
1824 recebimento foi agora dia 12, e a gente faz o seguinte encaminhamento, para
1825 essa plenária, levantamento junto aos conselheiros das outras comissões de
1826 pontos a serem esclarecidos da lei, uma vez que a lei já foi encaminhada pela
1827 secretaria executiva a todos os conselheiros, outro encaminhamento, tendo em
1828 vista a sua publicação da lei e a sua importância para as entidades não
1829 governamentais, a comissão sugere convidar representante da secretaria
1830 especial da presidência da república, assessora especial Laís Lopes e da
1831 sociedade civil, dois representantes da plataforma nacional criada em 2010,
1832 para acompanhar as discussões da lei, para apresentar a referida normativa e
1833 promover debate sobre o assunto um dia antes da plenária de setembro. É
1834 resumindo este item, foi criada uma plataforma nacional, um espaço de
1835 discussão a 4 anos atrás com a proposta de normatizar a essa relação da
1836 sociedade civil com o poder público e o produto dessa plataforma nacional é o
1837 marco regulatório do terceiro setor através desta lei. A lei 13019 e dessa
1838 plataforma nacional existem representantes governamentais e não
1839 governamentais, dos representantes governamentais existem é a gente da
1840 comissão conversando ontem identificou a CALTAS que tem representante
1841 aqui no conselho com uma possível articulação desse representante que está
1842 em Brasília vir aqui falar para a gente e em contraponto o gestor público
1843 alguém da presidência que seria a Laís que vem acompanhando esse marco
1844 regulatório. **ROBERTA** – só para entender a proposta que vocês estão
1845 trazendo é trazer duas pessoas. Duas pessoas de Brasília para poder
1846 **RODRIGO** – um olhar público e um olhar da sociedade civil. É o que a
1847 comissão faz para esta plenária de proposta. **ROBERTA** – e a outra

1848 perspectiva que vocês estão encaminhando é fazer levantamento junto aos
1849 conselheiros e as outras comissões pontos a serem esclarecidos da lei. E a
1850 primeira pergunta os conselheiros já tem acesso a essa lei, enviou para todo
1851 mundo, pediu devolutiva no sentido disso ai. Sugestão replica a lei novamente,
1852 já que é por e-mail não tem dificuldade nenhuma, replica e qual é o período
1853 que vocês estão querendo esta devolutiva, vocês estão querendo esta
1854 apresentação para? **RODRIGO-** Setembro. **ROBERTA-** Então dá um tempo
1855 para essa devolutiva e antes da gente marcar para setembro eu sugiro que os
1856 dois façam contato em Brasília para ver se isso é possível sem ter feito contato.
1857 Então vamos deixar pra gente deliberar a data pós contato seus, então vocês
1858 façam o contato e passam a indicativa para a secretaria executiva, marcando a
1859 possibilidade de vir a gente organiza um debate junto aos conselheiros
1860 ok?**RODRIGO** ok **CONSOLAÇÃO** vou voltar aqui ainda, porque eu tinha
1861 sugerido que talvez não fosse em setembro. É porque já tem uma agenda que
1862 vai ser apresentada, uma outra revisão que já foi marcada para essa data. Se
1863 não temos várias coisas para o mesmo dia e precisamos das pautas das
1864 comissões de normas. **ROBERTA** – eu quero contrapor Consolação, acho que
1865 os dois temas que estamos propondo para setembro são importantes. Este
1866 ponto da comissão de normas é de suma importância, talvez não tenham
1867 noção da gravidade do que isso vai desencadear na rede sócio assistencial, na
1868 área privada, então a minha sugestão é que esperem o contato deles, se
1869 tiverem disposição para virem aqui nessa plenária a gente ajusta numa manhã
1870 a gente discute isso e na parte da tarde a gente discute outras coisas. Vamos
1871 perder isso de vista não. Porque acho que o encaminhamento da comissão de
1872 normas porque este conselho precisa se apoderar dessa legislação, isso tem
1873 tudo haver com a gente. Tudo haver! Então a gente precisa compreender
1874 essas questões para poder trabalhar e ter um esforço grande para trabalhar
1875 com os conselhos municipais, entendeu? Então não vamos deixar para
1876 amanhã não, fica no indicativo da disposição do grupo que vocês indicaram.
1877 Ok! Mais alguma coisa neste ponto. Vamos aprovando por ponto porque a
1878 gente vai elencando, os conselheiro concordam com o ponto 1, ok? Aprovado!
1879 **RODRIGO** – ponto 2 é a PCH Figueirinha, final das atividades do posto de
1880 atendimento social, a gente fez um histórico para facilitar. O PAS da PCH
1881 figueirinha II foi aprovado pelo CEAS na resolução 252 de 2009 de 21/07/09, o
1882 empreendedor em 13/02/2012. Solicitou as alterações do PAS, no sentido de
1883 desmobilizar o ponto o posto de atendimento social instalado no município de
1884 Guanhães, em virtude da morosidade na aprovação do projeto básico do
1885 empreendimento junto á Aneel, ainda há época apresentou um plano para
1886 desmobilização, o CEAS consultou o CNAS, em Guanhães e manifestou
1887 positivamente a proposta, na reunião ordinária 170 ocorrida no dia 20/07/12, o
1888 CEAS deliberou pela aprovação do plano de assistência social, ao qual se
1889 refere pela desmobilização do posto de atendimento social que passou a ter
1890 uma equipe técnica itinerante, composta por assistente social e psicóloga o
1891 plano de desmobilização teve um prazo de duração de dois anos e a

1892 deliberação foi publicizada, por meio de resolução 414/12 01/08/12 em 3/7/14
1893 a empreendedor da PCH Figueirinha encaminhou ao CEAS o relatório final das
1894 ações realizadas pela equipe do posto de assistência social por meio do ofício
1895 181 CEAS/14 em 10/07/14, foi solicitado manifestação do CMAS de Guanhães,
1896 sobre o conteúdo do relatório para subsidiar deliberações do CEAS em atenção
1897 a solicitação ao CEAS, o CMAS de Guanhães protocolou manifestação positiva
1898 em 25/07/14, a partir do exposto no relatório de atividades e considerando a
1899 manifestação do CMAS De Guanhães, constata-se que a Renova Construtora
1900 da PCH Figueirinha, cumpriu o que foi determinado pela resolução 414/12, que
1901 dispõe sobre a alteração da pequena central hidrelétrica de Figueirinha 2,
1902 aprovado pela resolução 252/12, CEAS, ainda que o processo de
1903 desmobilização do posto foi concluído podendo suas atividades serem
1904 encerradas. Data de recebimento foi agora dia 06/08/14, e a comissão de
1905 normas faz o seguinte encaminhamento, revogar a resolução 252/09 que
1906 aprova o PAS da PCH Figueirinha II, considerando a desmobilização do posto
1907 de assistência social e a falta da previsão do empreendimento receber suas
1908 licenças ambientais, no caso a LI, é resumindo, né eles foram lá e
1909 apresentaram, aqui em 2009, o PAS e não receberam da ANELL, a licença de
1910 instalação, mantendo as atividades da equipe, e propuseram um plano de
1911 desmobilização que foi cumprindo, tendo anuência do conselho local de
1912 Guanhães, e por fim a comissão faz o encaminhamento de revogar a resolução
1913 até que. **ROBERTA** – deixa eu só perguntar uma questão. O empreendedor
1914 manifestou dizendo que não vai mais ter empreendimento. Pelo que eu estou
1915 entendendo para suspender o posto uma vez que a licença está demorando.
1916 Fruto da discussão que estão mudando a resolução, agora encaminhar para a
1917 resolução dele cassando o plano dele, é que eu não estou entendendo. O que
1918 significa que daqui a 5 meses ele conseguir a licença ele vai ter que entrar com
1919 o plano novamente. Essa é a pergunta. **RODRIGO** — O entendimento nosso
1920 foi esse, entendimento foi que (falas ao fundo). **ROBERTA** – pediu para
1921 suspender o posto. **JOSÉ HENRIQUE** – ele pediu a desmobilização, em função
1922 da simples suspensão dos efetivos que podia, a gente achou por bem, revogar.
1923 **ROBERTA** – O que precisa está claro pra gente, Zé Henrique que ao caçar
1924 essa resolução é que de fato ele está desistindo do empreendimento lá. É isso
1925 está claro? **ROSALICE** – Em 2009, ele tinha o posto instalado que foi a
1926 aprovação do PAS, já se passou mais de 5 anos, até hoje ele não tem previsão
1927 se ele vai receber a licença previa, não é nem a licença de instalação, na
1928 previsão dentro da NOB desse empreendimento, ser. Foi isso que foi informado
1929 em 2012 e agora foi reafirmado. Está escrito. Agora com a desmobilização o
1930 prazo que a gente teve dele em 2012, para que o plano de atendimento social
1931 funcionasse, se nesses período de dois anos não houvesse a licença iria
1932 encerrar o posto automaticamente, o plano de assistência social não teria mais
1933 validade. Como a gente já fez isso a dois meses atrás quando o empreendedor
1934 que não tinha recebido as licenças e este conselho achou por bem suspender,
1935 a resolução dele, enquanto ele não tiver a licença e quando ele voltasse ele

1936 apresentaria outro plano para nós, porque este plano está defasado, ele teria
 1937 de qualquer forma apresentar outro plano para nós. Já não tem validade pra
 1938 gente! **ROBERTA** – esclarecidos os conselheiros, e o encaminhamento da
 1939 comissão é revogar a resolução que aprova o plano dele, é isso? Aprovado!
 1940 Acabou. Só queria pautar para a comissão de normas, que eu tenho alado isso
 1941 com a Consolação, e eu gostaria se fosse o caso, mandar redigido para a
 1942 comissão de normas uma comunicação interna parte da presidência. Estamos
 1943 com um bloco de legislação que precisa ser trabalhada e revista, e eu queria
 1944 que você encaminhasse para a comissão de normas, você envia, para vocês
 1945 pautarem com prioridade para você verem como é que podem está trabalhando
 1946 essas legislações, ok! Então a comissão de politica já chegou a Shirley,
 1947 entendendo que a comissão de politica, orçamento e apoio estão junto, não é
 1948 isso? Política orçamento juntas. Então politica e orçamentos e reuniram juntas
 1949 não é isso? **SHIRLEY** – só para esclarecer o assunto, o primeiro o segundo
 1950 assunto que foi tratado em conjunto que foi falado ou devo repeti-lo aqui. Não!
 1951 Então tá! O primeiro ponto de pauta, analisar a minuta de resolução CEAS que
 1952 orienta sobre a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio
 1953 assistenciais de entidades e organizações que não tem atuação
 1954 preponderantes na área de assistência social e nos conselhos estaduais de
 1955 assistência social. Considerando a dificuldade dos conselhos municipais de
 1956 assistência de analisar a solicitação de inscrição das chamadas comunidades
 1957 terapêuticas, a minuta saiu como proposta na ultima reunião do CEAS, o
 1958 encaminhamentos, aprovação da minuta de resolução, **ROBERTA** - poderia
 1959 apresentar a minuta por favor. **SHIRLEY** - Ok! É então resolve art. 1º
 1960 **ROBERTA** – estão pedindo para voltar, pode começar do inicio, então vamos
 1961 combinar o seguinte, ela vai começar a ler dos considerando e a gente coloca
 1962 em destaque pode ser? Conselheiros ela vai ler a minuta de resolução e a
 1963 gente na medida que ela for lendo põe em destaque ok? **SHIRLEY** – minuta
 1964 resolução 492/14 CEAS MG – dispõe sobre a orientação de serviços projetos,
 1965 programas, benefícios sócio assistenciais das entidades e organizações que
 1966 não tem atuação preponderante na área de assistência social, no âmbito dos
 1967 conselhos municipais de assistência social. O conselho estadual de assistência
 1968 social de MG, no âmbito de suas atribuições conferidas pelo art. 13 da lei
 1969 estadual 12262 de 23/07/1996, e considerando toda a legislação em vigor e em
 1970 especial da deliberação do CEAS, resolve. ART. 1º Os conselhos municipais
 1971 de assistência social, deverão inscrever nos termos da presente resolução os
 1972 serviços, programas, projetos, benefícios sócio assistenciais, executada pelas
 1973 entidades e organizações sem fins lucrativos, que não tem atuação
 1974 preponderante na área da assistência social sem prejuízo da legislação vigente
 1975 e em geral da resolução do conselho nacional n. 14/14. Art. 2 os conselhos
 1976 municipais deverão observar todas as etapas de analise do processo de
 1977 inscrição dos serviços, programas, projetos, benefícios sócio assistenciais, e
 1978 sim como termo de acompanhamento. Paragrafo Único compete ao conselho
 1979 municipal deliberar quanto ao deferimento ou não da inscrição e respectivo

1980 plano de acompanhamento e determinar a publicação e decisão colegiada
1981 mediante decisão. Art. 3º o processo de inscrição será instruído conforme
1982 disposto pelo conselho nacional n. 14/14, artigo 4, a análise do processo de
1983 inscrição dos serviços, programas, projetos, benefícios sócio assistenciais,
1984 serão feitas de acordo com a proposta de execução referidas no Caput do
1985 artigo 1 desta resolução, observando as diretrizes, estabelecidas para a
1986 assistência social, sendo consideradas para devidos fins, a publicação dos
1987 serviços e as resoluções do conselho nacional, 27 ,33 e 34/2011, Paragrafo
1988 Único, será fiscalizado pelos conselhos municipais, somente os serviços
1989 executados pelas entidades relativos á assistência social. Artigo 5, serão
1990 considerados imprescindíveis para fins de análise da entidade com
1991 preponderância de atuação na saúde, denominado comunidade terapêutica, a
1992 juntada de documento regulatório. 1 a regular funcionamento da entidade junto
1993 á secretaria municipal de saúde, ou outro órgão de gênero, 2 a existência de
1994 alvará de funcionamento e alvará sanitário expedido pelas autoridades
1995 competentes, 3 ao objetivo social sem fins lucrativos, e a inexistência de
1996 qualquer espécie de cobrança, no sentido dos seus residentes, familiares ou
1997 responsáveis, 4 a distinção dos aspectos inerentes à terapêutica aquelas
1998 existentes para a assistência social, 5 a necessária existência de distribuição
1999 de recursos humanos, para a execução dos serviços, programas, projetos,
2000 benefícios sócio assistenciais, paragrafo único, a localização da comunidade
2001 terapêutica deverá ser considerado para fins de análise da proposta para
2002 fortalecimento de vínculos, e familiares. Artigo. 6 essa resolução entra em vigor
2003 na data da sua publicação. BH 03 de agosto 2014. **ROBERTA** – no parágrafo
2004 único eu só queria confirmar, nos municípios os conselhos municipais
2005 trabalham com resolução também? Eu só queria confirmar. Então está era só
2006 para confirmar isso, porque eu achei que tinha outro instrumento que eles
2007 trabalhavam sem publicizar sem ser a resolução. Todos trabalham com
2008 resolução. **SHIRLEY** – o que na verdade todos trabalham com veiculo de
2009 divulgação. Site, mas é sempre resolução. **ROBERTA** – outra coisa, quando no
2010 artigo 5, vocês desceram ao nível de detalhe e o artigo 1 e o 2 ele vem fazendo
2011 a luz dessa resolução toda uma orientação para inscrição de entidades nos
2012 seus programas, serviços e projetos, e ai chega no artigo 5 ai vocês
2013 detalharam a forma como essas entidades como essa comunidade
2014 terapêuticas deveriam se inscrever. Nós trouxemos essa discussão pra cá,
2015 porque foi uma demanda dos conselhos deliberativos, de politicas públicas, de
2016 que não estavam conseguindo inscrever suas politicas públicas lá, porque os
2017 conselhos estavam sendo rígidos demais lá. E ai tem prós e contra neste olhar,
2018 mas a essência dessa discussão nos deve remeter ao simples olhar que é o
2019 seguinte, essas comunidades estão atendendo o usuário da assistência social,
2020 e elas não conseguem o financiamento, numa capacidade devida além da
2021 saúde e nem em outro lugar, o único lugar que estão conseguindo ainda
2022 alguma coisa é na assistência. Da forma como está colocando ali está
2023 engessando. E segundo estamos fazendo o papel da exigência que não é da

2024 área da saúde e da assistência e porque só entidade comunidade terapêutica
2025 tem que apresentar tudo isso ai. Se eu for inscrever a entidade que não seja na
2026 comunidade terapêutica, mas na área da assistência, mas a comunidade
2027 terapêutica ela tem esse rigor, e acho desnecessário. E segundo ponto que eu
2028 acho que nós estamos fazendo um papel, que é eminentemente na área da
2029 saúde. Que capacidade nós temos para ficar avaliando alvará e mais alguma
2030 questões que são denominadas na área da saúde, porque quando a gente
2031 puxou essa legislação para apresentar programas que tem tipicamente haver
2032 com a área da assistência social. Então, fazer uma exigência dessa no olhar da
2033 área da assistência, mas na área da saúde é simplesmente, ao invés da gente
2034 criar uma possibilidade dele entrar na rede vinculado na área da assistência,
2035 com todo o trabalho. Até a NOB RH a gente puxou para a comunidade
2036 terapêutica, a NOB RH puxou pra lá. De fato elas não vão conseguir inscrever
2037 se essa era a intenção de fato elas vão continuar pelo contrario elas não vão se
2038 inscrever nisso ai. A gente precisava fazer esse debate por aqui, a gente saber
2039 inclusive as pessoas que estão no município, o usuário e a questão a droga.
2040 Pobre, porque o Rico não tem problema com isso ai. Onde é que estão sendo
2041 atendidos. Agora se quer fazer toda a discussão na qualidade do atendimento,
2042 ok! Podemos fazer cartilhas, orientações, e colocar isso na resolução como
2043 viabilização, acho que nós vamos inviabilizar o trabalho para os municípios. Eu
2044 não tenho duvida nenhuma disso. **SHIRLEY** – a minha colocação é o seguinte,
2045 a definição de ser estritamente comunidade terapêutica, talvez, realmente seja
2046 interessante que se mantenha a expressão, por referencia de atuação na
2047 saúde, porque a gente engloba além de comunidade terapêutica. Não vejo
2048 também porque especificamente ela. (Falas ao fundo) pois é, pode desde que
2049 seja projeto programas, com relação às outra questão acredito que bate aqui,
2050 com relação até os outros programas, projetos, que estávamos discutindo. O
2051 que acontece do ponto de vista pratico. Na assistência sói trabalha se for em
2052 rede, não conseguimos fazer nada sozinho. Esse tipo de comunidade é
2053 também da saúde, da um trabalho feito em rede, e todas as vezes que este tipo
2054 de entidade que chega para trabalhar ela já chega com todas as questões já
2055 resolvidas. Não no caso eu acredito que deva se pensar como isso deveria ser
2056 feito em conjunto com a saúde. Sabe porque Roberta, a questão do
2057 engessamento é mais serie do que isso, porque quando se fala em engessar o
2058 serviço, é sinal até que se ele não for funcionar como deve ser ele não vai
2059 funcionar, se você parar pra pensar a entidade não tem o mínimo para
2060 funcionar, se não tem o mínimo porque nós temos que colocar o profissional na
2061 nossa responsabilidade. Tá certo? **ROBERTA** – eu só acho que estamos entre
2062 o ideal e o real, eu primeiro não estou dizendo que não devemos cobrar eu só
2063 entendo que não é uma resolução de assistência social que nós temos que
2064 cobrar isso, porque por exemplo, a questão do alvará outras questões que está
2065 na área terapêutica, que você colocaram ali, vou ser muito sincera, a
2066 capacidade dos conselhos municipais em analisar essa documentação.
2067 Entendeu? Porque assim, se nós estamos colocando questões que devem ser

2068 imprescindíveis para análise, imprescindíveis, olha como está lá, nós
2069 elencamos para a comunidade terapêutica uma serie de questões, porque isso
2070 aqui é uma resolução que está regulando. Que nós estamos exigindo da
2071 comunidade terapêutica, porque caso contrário elas não vao conseguir se
2072 inscrever, é isso que estamos dizendo. A outra questão Shirley é o seguinte
2073 não é chamar para nossa responsabilidade, ela já está lá e não tem ninguém
2074 assumindo não. Ela já está lá a trancos e barrancos, e por causa disso mesmo,
2075 porque a gente não consegue inscrever não consegue financiamento, não
2076 consegue melhorar, se ela não tem a inscrição não consegue financiamento no
2077 Estado, não consegue financiamento na área da assistência, obviamente não
2078 tem assistência como ela vai apresentar essa estrutura. **SHIRLEY** – deixa eu
2079 perguntar uma coisa básica, se ela é preponderantemente da saúde, porque
2080 ela não está conseguindo isso através da saúde, porque ela está conseguindo
2081 a maior parte do discurso da assistência. **ROBERTA** – é uma discussão que
2082 temos que levar para a saúde, quais são as regras, e exigências da suade,
2083 este é o primeiro ponto. O que eu estou entendendo é que ela tem projeto que
2084 são da assistência, e estamos falando aqui para descrever projetos. Não estou
2085 falando de inscrever entidade, a diferença é essa, porque quando ela vai
2086 descrever a entidade, ela vai seguir a regulação da saúde você tem toda razão,
2087 agora estou escrevendo é um projeto na área da assistência. Agora se eu vou
2088 descrever projeto na área da assistência que tem inicio meio e fim eu vou exigir
2089 alvará eu vou exigir NOB RH, pelo amor de Deus gente, a própria coisa fala, eu
2090 não estou escrevendo serviço, estou escrevendo projeto e programa, pois é
2091 mas o que eles estão demandando da gente é a inscrição no projeto na área
2092 da saúde. **SHIRLEY** – tudo bem Roberta, fica até difícil a gente trabalhar
2093 pensando desta forma, não é rede, como é que você vai por uma interlocução
2094 com o ente, cuja a legislação corresponde a outra esfera da politica pública, se
2095 você não tratar também do que está lá é incoerente, talvez ela não deva
2096 apresentar para nós isso aqui, mas uma declaração da saúde, você entendeu?
2097 É porque é incoerente demais, a realidade chega na assistência social, sem
2098 nenhuma estrutura e assistência social inscreve um projeto que vamos fazer
2099 acompanhamento quando você vai lá fazer a visita o que você encontra não é
2100 da nossa área fazer o projeto funcionar. É porque ela não tem a estrutura
2101 adequada da saúde, então vamos liberar pela assistência um projeto que vai
2102 funcionar numa estrutura que não existe. **ROBERTA** – mas você está
2103 colocando os dois pontos extremo da discussão, você está dizendo assim não,
2104 não tem nenhuma estrutura. Não é disso que estou falando. Não estou falando
2105 de nenhuma estrutura, você está colocando os dois pontos do extremo da
2106 discussão, nós trazemos uma resolução que fala tentando clarear serviços,
2107 programas e projetos, de entidades que não tem preponderância na área da
2108 assistência. Isso que estamos falando lá. De repente no capítulo 5 vocês
2109 trazem dentro disso dessa discussão pra comunidade terapêutica elenca
2110 algumas questões que vocês estão exigindo que no meu entendimento estão
2111 acima da realidade, por exemplo, vocês estão chamando a NOB RH, que ela

2112 tem que ter a necessidade, isso na o quer dizer que não vamos cobrar
2113 trabalhar para que elas tenham isso, eu só entendo que essa ferramenta da
2114 resolução para possibilitar que ela venha para rede e fortalecer e trabalhe ela
2115 e capacite ela que esse é o papel, nós simplesmente não vamos trazer ela para
2116 a rede, a única certeza que eu tenho é que o usuário está usando isso ai
2117 indiferente de eu ter ou não. Agora para que eu possa melhorar eu tenho no
2118 mínimo que dá condição para ele vincular com essa rede. **SHIRLEY** – o
2119 usuário da assistência em termos, porque o trabalho da assistência nessas
2120 situações é da família. Então a gente acompanha as famílias das pessoas que
2121 são atendidas em comunidades terapêuticas, talvez a discussão é um pouco
2122 mais profundo, porque estamos legislando aqui em razão da realidade como
2123 estamos se apresentando para nós hoje em favor de como deveria ser. Eu
2124 acredito que quando isso foi proposto é exatamente dentro do que você acabou
2125 de dizer no fortalecimento da rede. Então a gente precisa pensar no que está
2126 acontecendo em várias questões, porque o usuário de saúde não está
2127 conseguindo apresentar os pré requisitos mínimos para funcionar na saúde, ao
2128 ponto de que ela apresenta a inscrição do seu projeto que é do seu serviço na
2129 assistência social a realização fica seriamente comprometida em razão da
2130 outra parte da política pública que não está sendo atendida. **ISABELA** – quem
2131 é a próxima. **LÚCIA** – bom! Ontem na discussão, ficaram algumas questões
2132 bem ao final, porque se formos aprofundar nessa discussão é um pouco
2133 diferente, disso que está sendo colocado aqui. Primeiro que a partir da
2134 orientação do Ministério da Saúde, nós temos um programa que é o Crack é
2135 possível vencer e a pactuação que o MDS, fez com o MS, define muito
2136 claramente qual é a atribuição da política da assistência a partir da pactuação
2137 nacional, e ai é isso que a Shirley falou nós temos que nos responsabilizar
2138 pelas famílias de situação de violência advindos a partir dai. A estrutura do
2139 Crack é possível vencer dentro da logica da saúde, ela prevê dispositivos para
2140 o acolhimento transitório de adultos homens mulheres, crianças e
2141 adolescentes, está previsto na política de saúde, o município tem que fazer a
2142 adesão e tem que montar os serviços, mas existe a possibilidade de ter
2143 acolhimento na perspectiva da saúde, 45 dias para adultos até 90 para
2144 crianças e adolescente então há uma ausência de propositura não está ai não.
2145 A comunidade terapêutica parte de outra concepção, do que é o tratamento.
2146 Então é outra historia. O Ministério da saúde não entrou nessa questão. E isso
2147 ficou a cargo do Ministério da Justiça, quem está financiamento comunidade
2148 terapêutica não é o MS, porque recurso do SUS não vai para a comunidade
2149 terapêutica, foi dado em conferencia, quem está financiamento é o Ministério
2150 da Justiça, o primeiro ponto a demarcar eu como conselheira, nós como
2151 assistência social não temos que financiar comunidade terapêutica. Segundo
2152 ponto isso que a Shirley está colocando que eu estou vivenciando no meu
2153 município. Se o cidadão que criou essa instituição o que o cidadão hoje tem
2154 respaldo para fazer. Ele tira o alvará sanitário, pela vigilância sanitária, nós não
2155 vamos ter que analisar o alvará só vamos analisar se ele tem ou não tem. Se

2156 ele tem o alvará expedido lá. Pelo planejamento, secretaria da fazenda de
2157 acordo como tramite do município, o alvará sanitário é da vigilância sanitária. O
2158 que ficou pactuado e as normativas que existem desde muito tempo, em
2159 relação à comunidade terapêutica é só no âmbito da ANVISA, da vigilância
2160 sanitária e aí por delegação de poder é vigilância municipal e estadual, o que
2161 nós colocamos ali de ter, o alvará é por o mínimo de informação já que não
2162 vamos fazer inscrição da entidade, é minimamente se ela está funcionando
2163 dentro dos parâmetros legais que estão postos para a existência dela enquanto
2164 comunidade terapêutica, o segundo ponto que ficou e aí vamos precisar
2165 esclarecer é que o projeto programa e ou serviço, diz respeito a sua ação
2166 específica com os residentes da comunidade terapêutica e seus familiares, e
2167 essa instituição nomeada como comunidade terapêutica resolveu fazer um
2168 outro projeto na comunidade em que ela está. Certo! Que não necessariamente
2169 tem haver com sua ação com os residentes, no meu município eu tenho 4
2170 unidades de uma comunidade terapêutica, dentro dela não tem um único
2171 cidadão da minha cidade, mas tem de pelo menos 15 municípios da região,
2172 nem posso dizer que vou acompanhar o trabalho de família que ele faz.
2173 Quando a gente diz entre os serviços projetos e programas, é para além do
2174 processo terapêutico dos residentes, a discussão se coloca em outro patamar,
2175 se for com os mesmos fica mais complicado do meu ponto de vista, porque no
2176 plano terapêutico esse fortalecimento de vínculo do indivíduo com a família ele
2177 vai ficar o resto da vida lá na comunidade terapêutica, não acho que é
2178 atribuição nossa dentro do projeto terapêutico. Um outro ponto depois que ficou
2179 também, pra gente! Dos conselheiros que não estavam na discussão, o
2180 atendimento pago, porque essa regra. Você tem para sobrevivência dessas
2181 instituições você tem uma composição de custo. A gente viu até para a saúde,
2182 porque se ele tem 45 vagas, 15 pode ser pela aliança se ela conseguir, 15 pelo
2183 Senarc, e 15 pode cobrar, então praticamente nenhuma dessas instituições vão
2184 conseguir registro de serviços, programas e projetos, porque eu não conheço
2185 nenhuma que não tenha cobrança. E é uma informação muito fechada, estou
2186 vivendo uma situação dramática, porque tem Juiz usando comunidade
2187 terapêutica, como unidade de internação, e a gente teve uma situação
2188 gravíssima com homicídio super. Complicada, ontem a gente conversou sobre
2189 isso e um dos primeiros pontos é a gente delimitar isso. Para os serviços
2190 projetos e programas se refere a outras ações se não aquelas, porque eu
2191 posso ter uma sede aqui, você pode ter alvará sanitário. Você tem que ter tudo
2192 para funcionar aqui, agora vou trabalhar do outro lado da cidade para minha
2193 entidade fazer outra coisa. Agora quero deixar claro a minha preocupação
2194 assim, que hoje até pela pobreza de regulação que existe neste campo da
2195 comunidade terapêutica estamos vivendo muitos absurdos, muitas denúncias,
2196 então acho que a assistência social deve ser bem cautelosa para se aproximar
2197 deste campo. **ISABEL** – é quanto a receber de outros municípios, pelo menos
2198 pela aliança pela vida, são 51 comunidades terapêuticas para atender a 853
2199 municípios, então as portas de entrada de outros municípios acabam

2200 encaminhando mesmo, e até tem casos que a pessoa está ameaçada de morte
2201 ela prefere ir para outro convívio. Além da ameaça ela prefere ficar longe
2202 daquele convívio. É do financiamento você falou do Ministério da Justiça, ele
2203 financia SENAD, porque o aliança pela vida é o SUS, ele faz parte do grupos
2204 gestor, mas o financiamento é pelo SUS. Só em Minas? Porque o
2205 financiamento é pelo SUS. E então era isso que eu queria falar, são só 51 por
2206 enquanto e estamos recebendo 853 municípios com 51 só cadastradas não
2207 tem como não receber de outro município. **CONSOLAÇÃO**– As colocações
2208 fizeram refletir também algumas coisas aqui, financiar é o segundo momento
2209 porque as entidades específicas em alguém momento já estão com
2210 financiamento na área, porque a inscrição associada a financiamento na área
2211 da assistência social, eu vejo uma consequência imediata. O fato de ter
2212 inscrição não significa o próprio financiamento imediato dentro da política de
2213 assistência uma vez que já diz das outras entidades, o que parte de pano de
2214 fundo. Desde do início é um direito de inscrição e análise de acordo com o que
2215 está posto na resolução 14 que ela prevê a inscrição de serviço, projeto
2216 benefício, para entidades, que não tem preponderância na área de assistência
2217 social, aí eu entendo que talvez na intenção de esclarecer que está sendo
2218 colocado e participei da discussão e coloquei na resolução aquele artigo e ele
2219 vai além do que está previsto inclusive nas normativas que estão postas não é
2220 uma resolução de esclarecimentos de possibilidades e de esclarecimento do
2221 que escrever, ela é além porque ela está inserindo uma normativa nova, ou
2222 seja, pré requisitos novos para inscrição, eu não tinha me atentado para isso, e
2223 talvez a gente não tenha competência imediata de falar que talvez tenha que
2224 ter outros documentos que eles tem que apresentar além do que está posto na
2225 resolução 14 do conselho nacional. Porque é lá que fala o que é necessário ser
2226 apresentando e de repente fomos um pouco além e especificando, até me veio
2227 aqui, dá uma intenção para depois quem pegar uma resolução dessa que o
2228 conselho está fazendo uma ação específica de uma área e querendo defender
2229 alguma coisa que pode não ser realmente a defesa do conselho e não ter
2230 amadurecimento ainda e saber mais sobre a questão da comunidade e acho
2231 que talvez se há esclarecimento que não poderia ser por uma resolução, mas o
2232 que a gente poderia fazer em cima da resolução 14 que o papel dos conselhos
2233 estaduais em termos do apoio aos conselhos municipais é muito de esclarecer
2234 as normas também do conselho nacional, seria isso. **ROBERTA** - Eu só queria
2235 entrar um pouco nessa linha, Shirley que eu acho o seguinte, o que você
2236 coloca e o que a Lúcia coloca de fato ao discutir esse princípio da resolução da
2237 comunidade terapêutica e traz uma série de questões que é muito mais
2238 complexa que isso aqui, então seria até para dizer que vamos discutir a droga
2239 e o direito a acessar o serviço e vamos passar por tudo isso e mais alguma
2240 coisa, que não é algo que vocês estão colocando. Porque aí inclusive é isso
2241 que a Consolação falou, não estamos tirando uma posição do conselho se é a
2242 favor ou contra a inscrição das comunidades terapêuticas, se for isso temos
2243 que abrir uma outra discussão, outro tipo de conversa e muito mais complexa

2244 do que estamos fazendo. Primeiro estamos indo além da resolução do
2245 conselho nacional, além. O conselho nacional teve uma discussão fortíssima
2246 em cima dessa discussão, enfrentando várias discussão de vários lados nessa
2247 situação no governo federal e o conselho nacional, deu conta de escrever um
2248 relatório em relação a isso, coisas mais abrangente, exatamente por entender
2249 que por mais teoricamente que coce coloca essas questões que estão corretas,
2250 mas temos outra realidade e a Lúcia colocou uma realidade, que ela vive lá,
2251 agora do ponto de vista do Estado de MG, nós temos uma realidade de
2252 atendimento que ela precisa ser vista por este conselho, estou falando do
2253 jovem pobre, do adulto pobre, da família na hora que complica não tem lugar
2254 para colocar. Ou a gente reconhece isso e vê de que forma, trazemos isso para
2255 a rede, é como é dentro da rede trazendo projeto e programa, vamos trabalhar
2256 nisso aí, e enquanto vocês especificarem tanto ali, por isso estamos falando de
2257 regulação de entidade sócio assistencial, dentro dos considerando que ela já é
2258 sem fins lucrativos, nós estamos afirmando dentro de afirmações é pra fechar
2259 mesmo, caso contrario não se faz a inscrição. E aí Consolação quando
2260 estamos falando de financiamento, ele é automático, mas ele é condição *SINE*
2261 *qua non*, minha querida! Por exemplo no Estado ele só consegue esse
2262 financiamento se ele tiver essa inscrição, se ele tiver inscrito o projeto dele,
2263 caso contrario ele não consegue, é automático. Nós queremos um bom
2264 atendimento em contra partida nós vamos regular buscando o melhor para o
2265 usuário mas a gente fecha todas as regras de fazer a inscrição. Agora não é
2266 melhor ele está na rede e ser trabalhado dentro da nossa rede e fazer aquilo
2267 que nós queremos, porque do ponto de vista de proteção. Estou falando da sua
2268 oferta do seu projeto, como a Lúcia falou e disse, ele pode ter um projeto que
2269 ele não vai executar dentro da própria entidade dele. Se a proposta do projeto
2270 vai de acordo com a tipificação, porque não nós já colocamos lá a tipificação,
2271 eu não estou entendendo como a gente abre 5 requisitos que vão para além da
2272 tipificação nacional. Entendeu? Para poder dizer, tudo bem vocês podem, mas
2273 vocês vão ter que ter estes e estes itens, e lembrando que na medida que a
2274 gente trabalha resolução os conselhos vão seguir isso a risca, está escrito e a
2275 gente colocou a minha proposta com toda a defesa que estou fazendo a minha
2276 proposta é de supressão. A minha recomendação é para vocês que
2277 encaminharam a resolução que a gente faça mais um encontro e a gente parte
2278 para o encaminhamento. Porque volto a dizer discutir a questão do fenômeno
2279 da droga a questão do usuário da droga ele não é tão simples como discutir
2280 esses 5 itens aí. Não é isso que estuo discutindo, não estou negando de ser
2281 bem atendido, se ele é da assistência vai ser atendido no projeto da
2282 assistência, se ele é da saúde ele vai ser atendido na saúde. Não estou
2283 querendo pagar e financiar nada da saúde. Não é isso que estou discutindo, se
2284 nós formos discutir este fenômeno é mais amplo, a minha sugestão é de
2285 supressão, porque a resolução do jeito que está nos parâmetros lá em cima ela
2286 está bem clara e aí sim partir para orientação com os municípios inclusive para
2287 perceber cada realidade dos municípios. O que está sendo discutido

2288 apresentados nos seus municípios, inclusive essas inscrições e no conselhos
2289 municipais para eles poderem compreender isso. Porque a fala de vocês não é
2290 a fala de 100% dos conselhos municipais que estão colocando para a gente. É
2291 isso que estou querendo colocar. Então assim poderíamos além da Shirley que
2292 pegou o telefone para falar ou tem mais alguém ações para defesa e a gente
2293 tentar a provocação. Pode ser? **SHIRLEY** – com relação ao que você disse
2294 você tocou no ponto, pensando nestes jovens e nas famílias de grande
2295 vulnerabilidade e pensando em projetos para trabalhar isso é exatamente neste
2296 ponto, se na própria estrutura que nós temos hoje e eu acredito que na maioria
2297 dos municípios é para atender a esse público mesmo que o projeto seja bem
2298 feito, construído dentro das normativas da legislação e gente da assistência
2299 social, se ele não tiver uma estrutura de onde ser aplicado, ele não consegue
2300 ser realizado a contento. E partindo deste princípio, eu entendo que extrapola
2301 nossas funções. Entendo que a melhor forma de trabalhar isso até com isenção
2302 e respeitando a legislação, seria o caso de propor como foi feito no caso do
2303 acolhimento do GT da saúde, porque o que acontece, você fica numa situação
2304 que você vai propor uma legislação, vamos dizer que você vai suprir isso aqui e
2305 coloca isso para funcionar, não vai funcionar, nós vamos orientar, vai chegar no
2306 município vai esbarrar em todas as dificuldades que estamos vendo, porque os
2307 projetos da assistência estão bem feitos, mas ele não encontra embasamento,
2308 não existe estrutura da instituição para realizar, ou seja é retrabalho, não
2309 estamos indo a fundo. E isso só prova que estamos tentando trabalhar melhor
2310 que está realmente além das nossas capacidades, temos que envolver saúde
2311 nessa questão, porque ai sim, quando cada um tiver envolvido, nas suas
2312 atribuições, estiver bem claro como vai funcionar, eu concordo, que esses
2313 projetos vao atender a essa população. **ROBERTA** – você fez uma outra
2314 proposta, a gente não vota essa resolução e cria o GT? É isso, então tá vamos
2315 lá, como vocês apresentaram a proposta da comissão de normas, na verdade
2316 tem três proposta, tem a proposta da comissão de normas que é essa ai que
2317 vocês trouxeram, dentro da proposta da comissão de normas tem a que eu
2318 encaminhei de supressão do artigo 5, manter essa resolução apenas com
2319 supressão do artigo 5, e tem a terceira proposta da conselheira Shirley que é
2320 da comissão de normas e criarmos um GT, seria conselheiros ou técnicos,
2321 seria conselheiros da saúde e conselheiros da assistência e não preciso de
2322 técnicos da assistência e técnicos da saúde não. **SHIRLEY** – os técnicos são
2323 imprescindíveis, eles tem a noção da realidade também do que queremos
2324 atingir. **ROBERTA** – seria técnicos da secretaria de assistência social e da
2325 saúde. **SHIRLEY**- e sim e os conselhos. **ROBERTA** – sim, claro, conselheiros.
2326 Conselheiros Estaduais, sim, conselheiros. No GT vai ter depois a pensa a
2327 proposta dela é ter O GT do conselho estadual contando com conselheiros da
2328 saúde e da assistência, da saúde traria os seus técnicos e da saúde traria seus
2329 técnicos para discussão. É isso? Esclarecidos conselheiros, então queria a
2330 pedir a vocês, Consolação se atenha a votação, queria pedir a vocês que
2331 peguem o microfone para votar. Proposta 1 da comissão, proposta 2 da

2332 Roberta, proposta 3 é da Shirley da comissão, está esclarecido ou tem alguma
2333 duvida. Esclarecido. Então por favor peguem o microfone para votação. **JULIO**
2334 – Proposta 2.**HERMELLIS** – Proposta 2.**GEISIANE** – proposta 3.**JOSÉ**
2335 **HENRIQUE** – proposta 3.**RODRIGO** – Proposta 3.**MILA** - proposta 2.**ISABEL** –
2336 proposta 3.**SHIRLEY** – proposta 3.**LÚCIA** – proposta 3 considerando que a
2337 gente tem conhecimento que o que mais incomoda os conselhos de assistência
2338 são as comunidades terapêuticas. A demanda das comunidades terapêuticas
2339 junto aos conselhos. **ROBERTA** – proposta 2.**CONSOLAÇÃO** – proposta 1
2340 nenhum voto, proposta 2 ,4 votos proposta 3, 6 votos. **ROBERTA** –
2341 conselheiros da aera da assistência e da área da saúde, podemos deliberar e
2342 dá condição da secretaria executiva se organizar. Da assistência quem se
2343 candidata. **RODRIGO** - é eu tenho interesse Rodrigo ASSPROM.**ROBERTA** -
2344 Rodrigo, **SHIRLEY** – também tenho interesse. **ROBERTA** – e da área da
2345 saúde. **-ISABEL-** Eu posso candidatar? **ROBERTA-** Pode. E nós vamos
2346 trazer da assistência técnicos e você traz técnicos da saúde ok! (Falas ao
2347 fundo). A não sei gente, (falas diversas) entendeu! Ai é **SHIRLEY**– no caso
2348 seria isso contribuir para a discussão. Então não vejo a colocação de numero
2349 seja interessante. **ROBERTA** – mas é importante gente, que o numero fixo se
2350 não não tem produto deste GT. Nós temos que ter um numero fixo para poder
2351 saber quem é que provoca para este GT, quem quiser vir vem, está aberto,
2352 você entendeu? Nós vamos chegar em dezembro e não tem nada, um acha
2353 que o outro foi entendeu? É só para a gente. **SHIRLEY** – faz um levantando de
2354 quem está presente e define quantas vagas. **ROBERTA** – lembra que nós
2355 acabamos de falar daquele fluxo lá não sei o que. Vamos definir essas
2356 questões aqui. Fechou define o dia como é que é. Você manda e organiza com
2357 os demais, pode ser assim. Então fechou. Prazo para o produto. GT vai até
2358 quando? **SHIRLEY** – eu acredito que vamos fazer o seguinte, reunir para fazer
2359 a primeira reunião. E a discussão para que possamos tirar algum produto e
2360 definir prazo para ver o que vai acontecer. **ROBERTA** – tá ótimo, então fechou.
2361 Qual outro ponto seu querida. **SHIRLEY** – ponto 2 estabelecer estratégia para
2362 **ROBERTA** – só um minutinho Consolação, só para organizar tira numero de
2363 minuta de resolução, exatamente ela não foi aprovada e você vai ter que
2364 aproveitar este numero ai vai dá uma. **SHIRLEY** – eu preciso ler os outros
2365 encaminhamentos, porque então! O segundo encaminhamento, elaborar
2366 orientação aos conselhos municipais em relação à manutenção de um arquivo
2367 temático digital ou ofício. **ROBERTA** – só um minutinho isso pode remeter ao
2368 GT esses encaminhamentos ai. Esse não é da resolução. **SHIRLEY** – não eu
2369 iria explicar isso em seguida, devido à discussão o encaminhamento eles
2370 normalmente não tem essa legislação à mão, então seria uma forma de propor
2371 que eles tenham esse arquivo em mãos para ajudar exatamente na discussão
2372 do conselho. **LUCIA**– Roberta, outra coisa o Zé Henrique, por isso que eu
2373 brinquei que ele já estudou tudo de assistência, porque para trabalhar ele foi
2374 consultar uma serie de normativas, e ele fez uma observação de que seria
2375 interessante aos conselho municipais, você quer falar Zé. **JOSÉ HENRIQUE** –

2376 a resolução que foi enviada ela continha vários considerandos, é fazendo
2377 remissão a título de fundamento legal, daquela resolução que foi desenvolvida.
2378 E para evitar 15 itens eu propus a retirada, e no que eu propus a retirada foi
2379 levantado a questão no sentido de que olha é importante de quem tiver acesso
2380 a resolução, saibam os fundamentos jurídicos e legais que amparam o porquê
2381 daquela resolução. Eu disse que não é usual no direito de fazer remissão, sob
2382 pena de fazer remissão em determinados casos de quase metade do
2383 ordenamento jurídico seja a título de lei no sentido formal ou no sentido
2384 informal, seria até ato administrativo que não teria importância. O que é normal
2385 e o que é de costume a luz da técnica legislativa é que a gente faça remissão
2386 da técnica no caso do conselho de elaborar a resolução, a parte no sistema se
2387 a dificuldade for buscar a legislação que ela esteja disponibilizada no site por
2388 temas e não de forma genérica. **ROBERTA** – acho que isso para nós nestes
2389 termos, talvez para você na área jurídica isso é mais fácil, para nós é mais
2390 difícil. Todas as vezes que você está tratando o assunto da lei que fala o
2391 assunto e às vezes você remete até o artigo fica muito mais fácil buscar o
2392 fundamento, ele vai imediatamente lá. Ele busca a lei toda e em partes, do
2393 ponto de vista de se apropriar e você tem uma familiaridade da coisa e você já
2394 sabe no caso nosso que não trabalhamos muito com este tecido, quando você
2395 remete a lei tal e o artigo tal, a pessoa vai lá e está falando disso. Nós da
2396 assistência a gente avançou muito na regulação, a resolução do CNAS que
2397 trata deste caso, quando a gente fala considerando a resolução do CNAS deste
2398 caso a pessoa vai lá e fala deixa eu ver o que é, vai lá e busca a resolução
2399 sobre isso. Por isso que muitas vezes que a gente tem a opção de considerar e
2400 pelo contrario facilita para ele buscar a informação como base. **JOSÉ**
2401 **HENRIQUE** – é a mesma coisa só que ao invés de ter quais são aqueles
2402 considerandos, eu pego por exemplo é aquele respectivo tema e verifico quais
2403 são as normas relativo aos tema. Eu tenho da mesma forma. Isso encore em
2404 uma outra questão essas resoluções são publicadas e a imprensa oficial cobra
2405 a publicação, e isso é custo, haveria uma redução do texto a ser publicado, não
2406 querendo considerar os fundamentos e isso seria um custo para nós. E foi até
2407 proposta a inserção do decreto é contemplando as publicações de forma isenta
2408 à imprensa oficial. **ROBERTA** – acho que este aspecto facilita para nós, mas
2409 continuo insistindo que quando você bota os considerandos remetendo àquilo
2410 que você está falando, às vezes pode ficar um pouco cansativo, mas de fato eu
2411 não tenho duvida que quando você fala por tema, nós temos determinados
2412 tema, que você tem uma porção de legislação e na hora que a pessoa vai por
2413 pesquisa entendeu, os municípios os conselhos não tem essa facilidade
2414 inclusive na internet, é uma realidade um pouco mais distante para eles, na
2415 pratica como eles trabalham às vezes na pratica. **JOSÉ HENRIQUE** – eles não
2416 tem acesso nem na internet? **ROBERTA** – para você ter ideia a maioria dos
2417 conselhos municipais nem sede tem. Os conselhos dos municípios
2418 pequenininhos de porte 1 a maioria nem isso tem. **SHIRLEY** – no caso então
2419 como fica essa questão aqui. (falas ao fundo) **ROBERTA** – por isso estou

2420 insistindo que no GT essas questões tem haver como essa temática, trazer
2421 como produto do próprio GT só transcrever e falar que o GT para além dessas
2422 coisas, facilita qualquer coisa que produzir de resolução, vai ter que vir na
2423 forma organizativa. **LUCIA**– Roberta a proposta do companheiro, não era essa
2424 não. É que nós tenhamos duas organizações, ela teria uma sequencia de
2425 numero de data e tal! E que a gente pudesse fazer um trabalho, de
2426 organização por câmaras na verdade é só acrescentar nos site mais uma forma
2427 de organizar a legislação que facilita e cria mais uma forma de pesquisa. Em
2428 relação a ter os considerandos, é o que eu tinha dito a ele, é uma questão mais
2429 didática do que a repetição a exaustão. Mas eu acho que não invalida de ter a
2430 organização de tema porque acho que enriquece. **JOSÉ HENRIQUE** – e em
2431 fazer remissão da legislação na própria resolução e considerando que a
2432 pessoa que vai trabalhar não tem contato diretamente com o mundo do direito.
2433 Se na eventualidade uma das normas estiver revogada vai induzir a erro. A
2434 premissa que o sujeito que vai analisar não tem conhecimento normativo, ela
2435 estando apontada pode ser que induz a erros, e ele não saiba não tenha o
2436 conhecimento de que aquela norma foi revogada. **ROBERTA** – se for isso
2437 indução de erros tem 10 anos que estamos nessa tratativa ai, porque a gente
2438 vem muito mais nessa perspectiva de força-lo de ir busca-lo e ler e
2439 normalmente quando ela é revogada a gente tenta tomar o cuidado e não citar
2440 entendeu? A gente tem essa preocupação, pode ser até que gente erra, mas o
2441 que estou colocando é o seguinte. Às vezes fica muito mais fácil eu recolho
2442 muito a Edna sempre, ela tem a lei orgânica na cabeça. Eu falo assim Edna,
2443 qual artigo que está entendeu, se você está tratando do tema e você cita o
2444 artigo e a lei que está lá e fica mais fácil na hora do debate. A atualização do
2445 site, acho que tudo que puder fazer para que ele possa acessar e acessar mais
2446 rápido é isso que estou dizendo e dessa forma, trabalhar a isenção nossa de
2447 pagar a publicação é melhor do que entendeu. (falas ao fundo).**CONSOLAÇÃO**
2448 – só para esclarecer o que a secretaria executiva vai ter que fazer se é isso vai
2449 ser deliberado ou se está acordado, oficio circular para os conselhos
2450 municipais orientando sobre essa questão de manter dentro dos conselhos
2451 arquivos temáticos que facilita os conselheiros quanto a discussão. É a
2452 primeira proposta, para subsidiar o conselheiro municipal, que vai tratar de
2453 bolsa família, que o conselheiro tenha um arquivo temático sobre isso. É uma
2454 orientação, o segundo é o um oficio à SEDESE, solicitando essa busca de
2455 isenção de alteração do decreto e terceiro era a inclusão do site do CEAS de
2456 arquivos temáticos, além de estruturar as normas de resolução e normatização,
2457 que a gente tenha isso. Já está todos os três. **JOSÉ HENRIQUE** – a minha
2458 preocupação não é com revogação a posteriore, a minha preocupação é o
2459 caso em concreto. A gente faz a emissão a todos os considerandos. É revogar
2460 determinada norma, onde a resolução de hoje já foi publicada, é nesse sentido
2461 se a gente acreditar que aquele que vai ler não vai ter acesso não vai saber
2462 interpretar a norma como ela deveria ser. **ROBERTA** – o ideal seria dar conta
2463 deste detalhe de fato seria dá conta. Mas nos trabalhamos em cima da

2464 legislação da gente, se amanhã ela for revogada a gente vai trabalhar as
2465 informações nela contida, essa informação faz parte do conselho, se ela faz
2466 parte desse cotidiano. Agora eu também não acredito que eles façam um
2467 consumo dessa leitura tão exacerbada a ponto de não dá conta de informar a
2468 eles que foi cancelada. Dos desafios que a gente enfrenta este é o menor,
2469 primeiro a gente enfrenta desafios de no mínimo ter arquivo no computador.
2470 Que esse é o maior desafio, posto isso claro que essas sugestões para orientar
2471 são muito bem vindas, e eu concordo que uma coisa não anula a outra e eu
2472 concordo que temos que fazer uma esforço enorme e uma informação não
2473 anula a outra vigente naquela época. **JOSÉ HENRIQUE** – se eles não sabem
2474 da existência da norma, quiçá da existência se ela foi revogada ou não.
2475 **SHIRLEY** – você constrói conhecimento se você tem acesso ao primeiro e a
2476 construção você consegue participar mais se envolver entendeu é interessante
2477 a ter este arquivo e que as pessoas tenham este costume de ver sua legislação
2478 de ver e etc. **ROBERTA** – então só para encaminhar a gente tira considerando,
2479 mantém considerando, o que é a proposta, porque acho que estamos falando
2480 as mesmas coisas e de forma diferente. **SHIRLEY** – a proposta seria a partir do
2481 segundo encaminhamento fazer uma proposta a todos os conselhos municipais
2482 para que tenham este arquivo temático, solicitar a SEDESE do CEAS para os
2483 custos de publicações alterando o decreto sobre o assunto e incluir no site do
2484 CEAS a estrutura normativa modificada como arquivos temáticos, dos CEAS é
2485 no site os conselhos municipais terem cópia e arquivo. **ROBERTA** – ok gente!
2486 Todo mundo de acordo. Mas alguém ponto conselheira. **SHIRLEY** – no caso eu
2487 só queria um esclarecimento com relação ao GT ficou combinado que ela seria
2488 representante da saúde, ela é da saúde embora seja do nosso conselho a
2489 convocação do conselho da saúde. **ROBERTA** – Uai gente! Perai, não falou o
2490 conselho da saúde não. Você está fazendo outra proposta. **SHIRLEY** – eu
2491 entendi que o conselho da saúde. **ROBERTA** –você está falando T de dois
2492 conselhos. **SHIRLEY** – não foi isso que eu entendi não. **ROBERTA** – nós
2493 encaminhamos o negocio errado, eu estava entendendo que o GT que eu estava
2494 entendendo é do próprio conselho. Alguém entendeu diferente, pelo amor de
2495 Deus. Só pode ser eu que entendi errado. Entre conselhos. Conselho da saúde
2496 e da assistência. **SHIRLEY** – CEAS E CEDCA. **ROBERTA** - não! (falas ao
2497 fundo) o técnico da saúde vai vir para discutir conosco. Não foi, até porque se
2498 não foi inclusive nessa perspectiva a votação fica prejudicada e ai convocação
2499 criação de GT de dois conselhos, no mínimo ele tem que deliberar lá que caso
2500 lá, porque caso contrario eu não consigo não. Não tenho autonomia pra
2501 convocar conselheiro da saúde para fazer parte de GT, o máximo é que eu
2502 posso fazer é convidar e ele falar que infelizmente neste momento. **SHIRLEY** –
2503 no caso possa manter o que ficou definido e deliberado e posso manter o
2504 convite. **ROBERTA** - Eu acho porque se for manter um GT de dois conselhos a
2505 gente pode até criar o GT, a gente vai ter que criar a proposta deles para
2506 depois. **SHIRLEY** – eu pensei que esse GT, sendo dessa forma ele também já
2507 contempla dessa forma. Vai ter um representante da saúde. **ROBERTA**- agora

2508 perai Shirley, a representante da saúde é a nossa conselheira, mas ela é.(falas
2509 ao fundo)**SHIRLEY** – eu só quero dizer o seguinte convocar não, mas convidar,
2510 informar o que está acontecendo as vezes eles veem e assistam. **ROBERTA** –
2511 a gente pode até convida-los para uma conversa no GT, isso não tem problema
2512 não. Eu só preciso entender porque na formação do GT, se é um GT formado
2513 pelos próprios conselheiros do CEAS, ou GT com os dois conselhos, eu não
2514 havia entendido que é dos dois conselhos. **SHIRLEY** – a proposta inicial foi
2515 essa ser em dois conselhos, como não foi entendido isso tem que definir o que
2516 foi votado. Se foi votado só o do conselho de assistência não vejo que
2517 prejudica pra mudar, porque vamos discutir da mesma forma, vamos ter o
2518 representante da saúde, sendo do nosso conselho e podemos realizar um
2519 convite para o conselho de saúde. Pronto! **ROBERTA** – ok! Acabou. Tem mais
2520 ponto. **SHIRLEY** – esse pode continuar. **ROBERTA** – fechamos este ponto de
2521 pauta. **SHIRLEY** – estabelecer estratégia para garantir aos municípios mineiros
2522 regulamentem a concessão e co-financiamento dos benefícios eventuais, como
2523 resposta ao ofício circular n. 3/14 do MDS, que informa sobre aprovação da
2524 agenda de discussão, benefícios eventuais do SUAS, dados de 2013, comporta
2525 que 91,1% dos municípios brasileiros, ofertam benefícios eventuais para
2526 famílias em situação de vulnerabilidade temporária. No entanto apenas 67%
2527 dos municípios possuem regulamentação para essa forma. Dados do censo
2528 SUAS 2013, aponta que entre 700 municípios mineiros, que responderam ao
2529 censo 373 informaram que regulamentaram os benefícios eventuais e 63
2530 municípios não responderam o censo SUAS, 2013. Codificação por porte, 363
2531 municípios não regulamentaram os benefícios eventuais. Então a gente tem um
2532 pequena tabela que diz que 297 do porte 1, que fique bem claro não
2533 regulamentara, médio 37, grande 13, grande porte nenhum. **ROBERTA** – isso
2534 em Minas Gerais **SHIRLEY** – sim, foram repassados a comissão de apoio a
2535 lista dos benefícios que não regulamentaram os benefícios eventuais e
2536 codificados por porte e regional e incluído ao censo SUAS 2013 para serem
2537 usados nas capacitações das URCMAS. Alguma consideração podemos ler os
2538 encaminhamentos, encaminhamentos gerados por deliberação em plenária. 1
2539 orientação técnica ao conselho municipal que trata da regulamentação dos
2540 benefícios eventuais, contendo tópicos e passos que identifique as
2541 competências do conselho e aspectos que devem ser observados e impostas
2542 apresentadas pela gestão municipal. **ROBERTA** – quem vai elaborar, a
2543 comissão está propondo quem elaborar nós cara pálida somos quem? É a
2544 secretaria executiva para propor? Nós temos que definir isso. Está assim
2545 elaborar orientação técnica, mas quem? **LUCIA**- ontem a Consolação
2546 esclareceu que os conselheiros que norma técnica é de competência do
2547 executivo, da SEDESE, e resolução do Conselho, ficou mais ou menos
2548 delimitando nos dois campos, porque na verdade. **ROBERTA** – ai eu acho que
2549 tem uma informação equivocada, conforme a lei compete ao conselho
2550 estadual regular beneficio eventual. Então se está regulado a elaboração de
2551 nota técnica ela não é só da gestão absolutamente, sim gente. Mas a comissão

2552 está dizendo, mas quem é que vai elaborar, se tem a regulação e pra isso vai
2553 orientar quantas vezes nós já elaboramos norma técnica, não sei de onde a
2554 Consolação tirou isso, quantas vezes nós já elaboramos norma técnica. **LÚCIA**
2555 – o papel de orientação próximo aos conselhos, é mais afeta a **ROBERTA** –
2556 não Lúcia inclusive nós criamos a comissão de apoio, foi para isso. (falas ao
2557 fundo) **LÚCIA** - então a gente elabora a norma técnica em parceria com os
2558 técnicos da secretaria executiva, sem problema. **ROBERTA** – eu não estou
2559 criando problema não você só precisa entender para encaminhar, porque
2560 vocês estão apresentando uma proposta então eu preciso saber quem, então é
2561 a secretaria executiva elaborar nota técnica é isso? Juntamente com as
2562 comissões. Por favor redija ai, as comissões vão elaborar, quais comissões, de
2563 politica e normas, vão elaborar uma orientação. **SHIRLEY** – Apoio também
2564 está? **ROBERTA** – não precisa colocar equipe técnica que isso é papel dela
2565 obrigação dela. **MARIA DAPASCOA** — por favor esse dado do numero de
2566 municípios que não regulamentou os benefícios eventuais, de pequeno porte,
2567 médio, grande, é minha duvida pé o seguinte em MG, nós temos uma
2568 metrópole que é BH. BH este dado que você está passando, está dizendo que
2569 BH, não regulamentou. Eu só queria entender obrigada. **SHIRLEY** – então
2570 ficou a elaboração da norma técnica ficou para a comissão de apoio, norma e
2571 politica, encaminhamento aos conselhos municipais tratando da
2572 regulamentação dos benefícios eventuais, contendo tópicos e aspectos do
2573 beneficio que devem ser observados na análise da proposta aprestadas pela
2574 gestão municipal. Houve também uma proposta eu não sei se houve alguma
2575 modificação e que seria encaminhada aqui. Que também seria uma coisa para
2576 a SEDESE enviar aos gestores também, houve uma discussão neste sentido. 2
2577 discussão da resolução CEAS 377/11. **ROBERTA** – ok, gente! Agora eu fiquei
2578 curiosa com a informação do censo, eu queria pedir pra comissão ai por favor,
2579 alguém podia olhar os dados. **LUCIA** -não tenho absoluta certeza, mas no
2580 censo a forma como pergunta está formulada, vários municípios inclusive BH,
2581 tem alguns regulados e não tem todos. Se eu não me engano quando eu
2582 respondi no meu município acabou aparecendo como não embora tenha
2583 entendeu? Tenham beneficio que já está regulado por lei, por exemplo, auxilio
2584 funeral. **ROBERTA** – é por isso Lúcia que essa informação, que a Edna trouxe
2585 ela precisa refletir em cima dela, sob pena de fazermos encaminhamento
2586 errado, imagina se a gente trabalha uma orientação conforme cidade, sem se
2587 quer qualificar a informação, nós vamos está mandando alguma coisa para BH,
2588 dizendo que ele não regulou. Os dados estão vindo assim, municípios que não
2589 regularam. Ai nós vamos mandar alguma coisa para ele, ele vai dizer auto lá,
2590 então acho que antes de fazer qualquer encaminhamento de orientação é
2591 preciso a gente certificar dessas informações que estamos tendo ai. O Censo a
2592 gente pega a informação, não qualifica ela e vamos tomar a decisão errada. Se
2593 cair em BH alguma coisa dizendo que ele não regula. **RODRIGO**- eu estava na
2594 mesa diretora até ano passado, inclusive no SUAS, alguns equívocos por
2595 tratativa do ativo que não deveria ter sido, a lei dos SUAS e benefícios

2596 eventuais também não. 2013 e 2014, para trás que eu estava lá. **ROBERTA** –
2597 não o quê, eu vou falar de novo, estamos lidando com ente federado entendeu
2598 e da mesma forma que causa estranheza ao estado quando tem algum dado
2599 errado, eu vou ler a tabela da forma como ela veio ali ela pode dá problema. A
2600 tabela é seguinte. Total de municípios por porte que regularam algum tipo de
2601 benefício, algum. Quando eu ponho municípios que não regulam, eu estou
2602 dizendo assim, eu não tenho nenhum tipo de regulação. E a forma como nós
2603 vamos escrever para o gestor municipal, temos que tomar cuidado, uma
2604 simples palavra algum. Aqui no censo está perguntando tipo de benefício, não
2605 regula. Aqui nós estamos dizendo não regula, por porte que não regula
2606 benefício e não é verdade, ele não regula, só que é algum, do ponto de vista da
2607 metrópole de fato vale o monitoramento. Eu não acredito que BH com o
2608 trabalho de BH, por exemplo a concessão do auxílio funerário é totalmente
2609 regulado. Entendeu? Você vai, fazer, morre alguém que não tem condições,
2610 tem uma funerária lá. Que tudo tramita de forma totalmente regulado, não tem
2611 isso. Não posso dizer que ela não regula, como é que vou alar que ela não
2612 regula. Das três ali o que traduz o quadro e a gente tem tendência de comer a
2613 palavra e ela muda todo sentido do que a gente está falando. **LÚCIA** – eu
2614 acredito que até o que ocupou muito a comissão ontem, nós conversamos
2615 mesmo, quanto melhor a gente puder qualificar a informação do censo, é
2616 prudente. Para além disso que nós estamos dizendo aqui essa orientação da
2617 regulamentação, da regulação direitinho, ela vai mexer em situações já pré
2618 estabelecidas no município, e uma das coisas que nos reportamos da
2619 orientação técnica ontem, era exatamente dá a alguns municípios, algumas
2620 orientações, para eles enfrentarem este processo de mudança, porque já
2621 constata que algumas coisas já são feitas no município, não necessariamente
2622 que são reguladas. É reguladas pela política de assistência pelo gestor da
2623 assistência, pelo conselho, então uma das preocupações é então uma das
2624 coisas que ficou ontem para essa nota técnicas era essa preocupação como
2625 fortalecer os conselhos nos critérios como ficou fortalecer o gestor, porque vai
2626 ter problemas nas câmaras, vai ter embate político. **EDMA** – diretor da gestão
2627 do SUAS na SEDESE, é a gente é conversa com o município a respeito de
2628 regulamentação de benefícios eventuais, principalmente os pequenos a gente
2629 sente que a ele não está regulamentado e a gente orienta o seguinte todos os
2630 municípios, todos ainda não vi nenhum, que não ofertam benefício eventual, o
2631 tipo de benefício seja qual for ele oferta e isso, é generalismo 853, muitas
2632 vezes aquilo é benefício eventual conforme está descrito na lei de assistência
2633 social, mas que ele oferta ele oferta. **ROBERTA** – a nossa discussão não é
2634 oferta é regulação. E ai é bom a gente lembrar neste colegiado, inclusive na
2635 discussão e formulação da política de assistência o que nós conceituamos
2636 como benefício eventual, se de fato ele não está regulado, a gente compreende
2637 que não é concessão de benefício é de caridade, concessão de benefício é na
2638 perspectiva de direito. Então ai porque nós estamos galgando a
2639 regulamentação, na regulamentação vem como viés de direito e no município

2640 pequeno, a tendência vir como direito, a tendência é vereador enterrar o
2641 prefeito pagar o caixão. Mas não é disso que estamos falando, estamos
2642 falando que temos que perseguir a regulação, que é a regulação que trás o
2643 direito sócio assistencial, fora disso estamos falando de caridade, que não só a
2644 prefeitura pode dar como qualquer entidade filantrópica pode dar, mas que não
2645 estamos computando como benefício. Estamos construindo um benefício de
2646 algo regulado, uma perspectiva de direito. Se é nesse caminho, volto a insistir
2647 na hora que a gente for trabalhar a nota técnica é isso que a Lúcia disse,
2648 vamos nos ater a qualificação dos dados para não cometer nenhum
2649 estranhamento político com os gestores. Se eu falo não está regulado o
2650 benefício, vai dizer não está sim. Alguns desafios aqui e ali mas de uma forma
2651 geral eu tenho a regulação. Outro aspecto é eu ter a regulação e eu ainda não
2652 está a contento, porque nós fizemos uma primeira ensaio de regulação até
2653 mesmo antes da tipificação e agora vale a pena revisitar a regulação para ver
2654 se ela se adequa mais inclusive com a questão da não só da tipificação e da lei
2655 do SUAS, essa base como diretriz na hora de fazermos a nota técnica. Ok!
2656 **EDMA** - a gente tem que prestar a atenção porque as vezes eles mandam pra
2657 gente a lei de benefícios eventuais e a gente inclusive chama a nossa atenção
2658 na época de calamidade pública. Na regulamentação de benefícios eventuais
2659 dele, eles não colocam não abrem essa brecha. Quando acontece a questão
2660 de calamidade ou de situação de emergência para ele ser beneficiado com
2661 algum tipo de benefício como o bolsa família, qualquer coisa, ou piso mineiro, a
2662 gente pede regulamentação desse benefício o MDS, pede também e se isso
2663 não está na regulamentação do município e impede ele de receber estes
2664 benefício. **ROBERTA** – questão de calamidade, eu vou falar muito
2665 sinceramente que você imagina na calamidade se ele não prevê lá não tem
2666 dançou, ai é difícil implantar SUAS, não é fácil não. Se não prevê lá, mas
2667 pintou calamidade, o direito meu filho sinto muito se não prevê. Então prevê
2668 este, porque ano que vem quanto tiver a calamidade você está bem na fita.
2669 Queria chamar a atenção pelo seguinte a Edna vai colaborar com você nessa
2670 orientação ai, porque inclusive na discussão de adequação da lei do SUAS, a
2671 gente está com uma orientação a ser repassada para trabalhar a adequação da
2672 lei, onde a gente coloca eventual, mas o mas sem detalhar muito, porque pode
2673 vir depois sem regulamentação no decreto que pode adequar mais. Entendeu?
2674 Exatamente para não causar essas questões a orientação é que a gente
2675 trabalhe o benefício eventual e na adequação da legislação do SUAS agente
2676 prevê a concessão do benefício e você tem algumas questões mais macro que
2677 você pode e na hora da regulamentação você põe em forma de decerto que
2678 facilita melhor o entendimento e até a compreensão da realidade do município,
2679 mas de fato vamos ter que mexer quando for trabalhar a adequação da lei do
2680 SUAS.**LUCIA** – é o que levantamos aqui que essa questão o decreto
2681 dependendo da natureza do benefício fica complicado em função das leis
2682 orgânicas do município, então para fazer essa adequação, orientar o conselho
2683 e considere a lei orgânica do município. É eu citei um caso ontem, eu arrumei

2684 uma solução para fazer transporte de adolescente e a procuradoria não me
2685 permitiu. Sem embasamento legal, sem lei aprovada na câmara negativo, nem
2686 aprovação do CMDCA, que é um conselho deliberativo, não teve jeito, então eu
2687 acho que outro aspecto nessa historia do SUAS volto a dizer é que vários
2688 municípios já tem alguns outros benefícios que não vao se encaixar no que
2689 estamos discutindo agora, e que se for suprimir junto com a criação de outros,
2690 os municípios terão um problema na câmara, temos que dá algumas
2691 orientações inclusive de fazer esse jogo politico, como demonstrar a
2692 pertinência de um ou não, como absorver ou não, mas uma quantidade de
2693 coisa que é difícil mexer, vai ter que ter muita estratégia porque o que temos
2694 que criar com a regulamentação do SUAS.**ROBERTA** - nós fizemos a primeira
2695 regulação dos municípios e alguns estados estão defasados. MG já adequou a
2696 legislação estadual em relação ao SUAS, os municípios tem a lei depois de 93,
2697 que criaram os conselhos, planos e fundos, basicamente CPF, pós SUAS,
2698 vamos ter que rever essas leis, acho que o que Lúcia coloca é importante sim,
2699 que oriente os conselhos debruçar na realidade do município, o que a gente
2700 está tentando fazer, o governo federal está fazendo, nos fizemos passamos
2701 para todos os municípios uma adequação da lei do SUAS. O que está sendo
2702 sugerido é isso, determinadas coisas não dá para ir tecendo uma lei não.
2703 Facultar para aprovação piora. Ele vai ter que ver o que é pertinente o que é
2704 preciso colocar na lei do município e esse cardápio básico a gente já deu a
2705 sugestão do cardápio básico, para além ele vai ter que discutir no município e
2706 fazer uma lei muito engessada, porque ao invés de facilitar vai engessar,
2707 porque temos a tendência de fazer lei igual faz sistema. Acha que vai facilitar e
2708 dificulta, porque quem vai operar se tiver lá vai se não, não vai. Se tiver com a
2709 vírgula do lado de cá vai com o lado de cá. Então vai criar as vezes algumas
2710 formas, que deem uma flexibilidade maior, porque se não o gestor na consegue
2711 trabalhar não, vou ser muito sincera com vocês. Terminou? **SHIRLEY** – bom
2712 este ponto sim, fechou posso passar para o próximo ponto 3, monitoramento
2713 das deliberações da 10º conferencia estadual de assistência social,
2714 apresentação da planilha que identifica as ações e status e o ano que as ações
2715 foram implementadas. Encaminhamentos gerados, encaminhar aos
2716 conselheiros da comissão de politica, 2 realizar oficina e na reunião da
2717 comissão de setembro com participação de todos os conselheiros com
2718 monitoramento de todas as ações da 10º conferencia. E agendar reunião com
2719 os conselheiros de BH para organizar a oficina. A discussão aqui foi a seguinte
2720 o que tinham comentado pela manhã, nós precisamos definir o que são essas
2721 deliberações, fazer um levantamento do que são essas deliberações e começar
2722 a organizar este universo de deliberações, nós temos antigas, temos novas,
2723 temos repetidas, temos algumas que não se aplica, por conta da nova
2724 legislação, temos algumas que temos encaminhamento, modificações, enfim.
2725 Então nós temos que organizar isso e depois estabelecer prioridades para ter
2726 ações e esse movimento inicialmente ele vai precisar que esteja todos
2727 presentes, não só pela quantidade de serviço, mas pelo olhares, porque

2728 envolve muita coisa, são as deliberações da conferencia, coisa demais, á ideia
2729 é inicialmente seja feita a oficina para auxiliar neste primeiro momento e depois
2730 agendar reunião com os conselheiros para falar a respeito disso também.
2731 **ROBERTA** – a minha sugestão é o seguinte, deliberação de conferencia não
2732 tem antiga não, nós estamos trabalhando com deliberações da ultima
2733 conferência, são todas da ultima conferência, acabou conferência lá de trás
2734 não nos interessa mais porque a ultima conferência validou a ultima. Então
2735 vamos lidar com as deliberações da conferencia De 2011, 2013 desculpa. Esse
2736 é o ponto de saída, o ponto de chegada. **SHIRLEY** – só um momento estou
2737 fazendo confusão. **CONSOLAÇÃO**– na metodologia da conferencia estadual a
2738 gente avaliou desde 2007, algumas das, ela está chamando de antiga que
2739 algumas estão desde 2007, porque ela está só falando que mesmo tendo
2740 permanecido e foi colocada, merece uma avaliação não deveria está lá ainda.
2741 **ROBERTA** – acho que é uma avaliação Shirley só para compreender não sei
2742 se é eu, mas ano que vem tem conferência, mas este conselho vai passar
2743 muito aperto na conferencia, primeiro tem que pegar as deliberações da
2744 conferencia de 2013, pronto acabou se ela é de 10 20, pronto acabou isso é
2745 irrelevante, isto posto, é avaliar se estão sendo cumpridas ou não é uma
2746 avaliação parcial. Porque ao deliberar na conferência, o que pode ser feito é
2747 partir o que é das ações do gestor que você pode fazer uma metodologia de
2748 dividir quem é quem daquela deliberação, se ela está sendo cumprida,
2749 acompanhada ou não. Entendeu? Porque ou pegar pelo eixo, e vale a pena
2750 registrar que a metodologia a conferencia de 2013, foi uma porcaria, os
2751 municípios ficaram loucos, o governo do estado ficou louco porque a
2752 metodologia foi péssima, vários estados não adotaram então e fato foi um
2753 balaio de gato que ninguém entende. A nossa conferencia sabe que quem
2754 estava lá sabe o que estava passando, porque era eixo 1 que remete ao eixo,
2755 que remete ao grupo 5, 4, 2 de fato é coisa nossa da assistência social, que é
2756 de doido, porque foi uma loucura. Não entendeu nada do que estava se
2757 votando, porque se começa primeiro dificuldade nossa, eu queria pedir a
2758 secretaria executiva participou de todo o processo inclusive é tentar limpar isso
2759 para entender o que é deliberação de conferencia, limpa, não interessa se é
2760 eixo a, b, c, isso é que confunde a gente. Porque vira deliberação repetida em
2761 todo eixo. Entendeu? A secretaria vai fazer uma limpeza para poder fazer
2762 assim, são 200 deliberações está aqui, vai fazer status para saber onde ela foi.
2763 Pra ser cumprida e o status dela, é a única forma de sermos racional para
2764 compreender isso, porque caso contrário vocês vão ficar aqui até dezembro
2765 para entender cada eixo e não vão entender isso não. **SHIRLEY** – veja bem
2766 exatamente essa limpeza que a secretaria executiva vai fazer e ela não seria
2767 mais rica sendo feita por todos os conselheiros não? **ROBERTA** – estou dando
2768 sugestão para facilitar para vocês, estou tentando usar da equipe técnica para
2769 facilitar para você. (falas ao fundo) se vocês entendem que é rico vocês
2770 fazerem isso, não tem problema. **SHIRLEY**- tudo bem vamos dizer que elas
2771 separem as que estão repetidas, mas aquelas que precisam de algum tipo de

2772 discussão. **ROBERTA** – não vai ter. **SHIRLEY** – pois é .**ROBERTA** – vamos
2773 fazer o seguinte ela não vai tirar nada, você ficam com o cardápio todo e a
2774 proposta suas é reunir e trabalhar todas as deliberações, e ai na medida que
2775 vai acontecendo até dezembro vocês vão pautando a gente. **SHIRLEY** – ai
2776 vamos conseguir organizar, dentro deste universo a gente vai fazer a limpa e
2777 ver o que tem de prioridade e o que está em uso o que não está o que temos
2778 que fazer a curto, médio e longo prazo e conseguimos dá um retorno de como
2779 vamos organizar isso. Temos que ver o que é pertinente o que não é
2780 entendeu? **ROBERTA** – terminou Shirley, o que ficou na parte das
2781 deliberações que vocês vao trabalhar na comissão de politica e vocês vao
2782 pautando a esse conselho, lembrar que só aqui já saiu três questões para a
2783 próxima plenária de setembro. A minha pergunta é capitou as três coisas
2784 macros que saiu para setembro. Quais foram as duas? É só para organizar
2785 aqui para depois não se perder. **CONSOLAÇÃO** – a possibilidade da comissão
2786 de normas, estou aguardando os conselheiros para saber se vamos ter o
2787 marco regulatório na reunião. Essa aqui agora que é da avaliação das
2788 conferencias, que eu estava presente são essas duas. **ROBERTA** – e a outra é
2789 a do GT, ficou a da comissão de normas, e essa aqui agora. Três coisas para
2790 setembro não é isso? Comissão de politica encerrou, comissão de normas
2791 encerrou, tem mais alguma coisa Consolação. Comissão de apoio.
2792 **HERMELLIS** –informar apenas que para contribuir para a comissão, nós
2793 convidamos os demais conselheiros da comissão de normas e de orçamento
2794 para contribuir conosco. Então eu pontuo uma sequencia de processo do
2795 município de Jenipapo de Minas que no dia 14/04/14 recebeu do CEAS um e-
2796 mail de denuncia anônima informando que a equipe de referencia do CRAS
2797 estava incompleta sem assistente social e falta de regularidade Nas reuniões
2798 do CMAS e que não cumpre o seu papel assistencial, foi solicitado documentos
2799 comprobatórios das ações do CMAS, e a composição da equipe de referencia
2800 da proteção básica e ações á SUBAS/SEDESE informações sobre a
2801 composição da equipe de referencia realização do concurso da assistência
2802 social e posse dos funcionários. O CEAS recebeu copia dos termos de posse
2803 dos funcionários e oficio da SUBAS/ SEDESE, não haver constatado nenhuma
2804 irregularidade no município. **MARIA DE PAULA** — Quando a denúncia chegou
2805 o concurso já havia sido realizado só que eles não estavam, estava parado não
2806 havia chamado para posso dos funcionários, depois da denuncia já
2807 encaminharam os termos e já tem o lançamento e oficio da SEDESE já veio
2808 com estes encaminhamentos que o gestor enviou para lá e já estão
2809 devidamente empossados, mas na época a denuncia procedia assim, mas já
2810 foram empossados. **HERMELLIS**-Respondemos ao denunciante sobre esses
2811 processos e arquivar. **ROBERTA**- aqui tem duas denuncias, falando na
2812 irregularidade nas reuniões do conselho. Da equipe de referencia da básica ele
2813 mandou a homologação da contratação das pessoas para a básica, do
2814 conselho. **HERMELLIS** –O CMAS mandou o calendário das reuniões
2815 cumprindo exatamente o controle social. Na época da denuncia sim,

2816 comprovaram que estava tudo regular. Mais alguém quer alguma
2817 consideração. Ponto 2 é sequência de outro processo do município de Virgem
2818 da Lapa, É foi até apresentado em uma das plenárias passadas, através do
2819 ofício 004/2014 pelo Vereador Vanilton Alvim de Virgem da Lapa, relatando
2820 conduta inadequada da presidente do CMAS e da assistente social do
2821 município que é a mesma pessoa, assédio moral de funcionários, autoritarismo
2822 e inadequação às normas. Em resposta ao ofício 96/14 CEAS, solicitando
2823 esclarecimentos, solicitando agendamento ao CEAS para apresentar os
2824 devidos esclarecimentos. Foi comunicado ofício 92/14 o agendamento no
2825 CEAS para o dia 17/07, com a comissão de apoio, porém a presidente
2826 informou respondendo ao e-mail a impossibilidade de comparecimento na data
2827 marcada e solicitou nova data. Nós marcamos transferindo o atendimento para
2828 o dia 13/08, só que a presidente alegou novamente incompatibilidade de
2829 agenda. Então o e-mail foi recebido no dia 22/07/2014, só para entender a
2830 gente pediu esclarecimento para essa pessoa que é a presidente e a assistente
2831 social, ela quis vir pessoalmente para esclarecer os fatos, marcou a primeira
2832 data, marcou a segunda data não pode comparecer e o encaminhamento que
2833 estamos dando é o seguinte dar à presidente da CMAS como mais uma opção
2834 em direito de defesa vir em outra data setembro e outubro para ela ter essa
2835 margem e respeitar a data das reuniões da comissão, vir no dia que a
2836 comissão se reunir ou se ela estiver impossibilitada de vir em uma dessas
2837 datas ela apresentar por escrito a sua justificativa. Alguma consideração ou
2838 sugestão. E por último é e-mail dos municípios de Itaúna e Guanhães em
2839 resposta enviado em 18/07/14, sobre o não aceite do co-financiamento federal,
2840 a expansão qualificada e o reordenamento para os serviços de adolescentes e
2841 jovens até 21 anos. E também em reunião levantada na plenária através da
2842 apresentação da prestação de contas que esses dois municípios não fizeram o
2843 aceite então o município de Itaúna não se manifestou sobre o assunto por
2844 desconhecer a obrigatoriedade de deliberar sobre o tema estando então
2845 estudando o assunto, Guanhães optou em não fazer o aceite devido ao
2846 impacto financeiro para o município que está cumprindo um termo de ajuste
2847 firmado com a promotoria de Guanhães que determinou o acolhimento no
2848 abrigo municipal das crianças e adolescentes através da união dos municípios,
2849 devido ao irregularidade dos municípios que não estão cumprindo o repasse
2850 financeiro, Guanhães está sobrecarregada em suas finanças por isso não ela
2851 não aceitou, fez um termo de aceite, encaminhamento gerado, encaminhar
2852 ofício sobre convidando a reflexão sobre o papel do CMAS pela garantia de
2853 direito e se a cobertura dos usuários pela assistência no município. A comissão
2854 de apoio terminou. **ROBERTA-** Ok gente! Mais alguma comissão, terminaram
2855 todos os informes, terminados as comissões um grande abraço a todos vocês
2856 até o mês que vem se Deus quiser.